

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EXPERIÊNCIA EM
CABO VERDE

Autor: José Maria Coelho de Carvalho

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte
dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, Junho de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PERSPECTIVA SOBRE A EXPERIÊNCIA EM
CABO VERDE

Autor: José Maria Coelho de Carvalho

Orientador: Professor Doutor Elimar Pinheiro do Nascimento (SOL/UnB)

Banca: Profa. Doutora Analia Laura Soria Batista (SOL/UnB)
Prof. Doutor José Aroudo Mota (IPEA)
Prof. Doutor Sadi del Rosso (SOL/UnB)
Prof. Doutor Joseph Weiss (CDS/UnB)

AGRADECIMENTOS

A nossa gratidão é dirigida especialmente a instituições e pessoas cujas contribuições propiciaram as condições indispensáveis para a realização do nosso projeto acadêmico:

CAPES/MEC pela vaga e bolsa de estudo concedidas através do PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação;

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília por nos ter proporcionado as condições logísticas, pedagógicas e técnico-científicas que possibilitaram a realização do Curso;

Embaixada de Cabo Verde em Brasília pelo interesse manifestado e apoio institucional disponibilizado;

Associação dos Amigos de Figueira Muita, Agro-Hortelão, Fami-Picos, OÁSIS, ASDIS e Plataforma Nacional das ONGs, por se dignarem a colaborar conosco, disponibilizando-nos o seu tempo, documentação e informações imprescindíveis aos objetivos da nossa pesquisa empírica em Cabo Verde;

Professor Doutor Elimar do Nascimento pela paciência, disponibilidade e sabedoria em conduzir-nos nesta “aventura”, numa postura que se traduziu em parceria e amizade;

Minha querida família, meu porto seguro, Deotina, Helton e Nuno, pelo incentivo, afeto e carinho, sobretudo, nos momentos mais difíceis desta jornada.

Queiram todos aceitar a nossa mais profunda gratidão.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa que procura analisar e compreender o fenômeno da emergência, manifestação e desenvolvimento do projeto de economia solidária no contexto da realidade cabo-verdiana, a partir da observação empírica da estrutura, organização e funcionamento de seis associações de comunidades rurais da Ilha Santiago. Para a realização deste estudo, adotou-se como referencial teórico a sociologia da dádiva em articulação com a abordagem da economia solidária. Estas abordagens constituem ferramentas conceituais disponíveis mais adequadas à compreensão, nomeadamente da tensão existente entre lógicas distintas inerentes à dinâmica e complexidade do fenômeno de economia solidária e a ultrapassar o triplo reducionismo economicista-mercantil, utilitarista - positivo - e metodológico, possibilitando, assim, a apreensão das experiências e iniciativas de economia solidária em suas várias dimensões: econômica, social, política e cultural. A análise do contexto histórico, social e político da emergência e desenvolvimento do projeto de economia solidária cabo-verdiana evidencia duas formas distintas de manifestação do fenômeno: o cooperativismo e o associativismo, em duas etapas decisivas da sua existência: o período que vai da independência nacional em 1975, à abertura política em 1990, e o de 1991, ao momento atual. A pesquisa realizada nas seis associações da Ilha de Santiago demonstra designadamente as motivações que levaram as respectivas comunidades a enfrentar associativamente, os problemas de sua subsistência e os da luta para a erradicação da pobreza no meio rural; como essas associações recuperam o tecido social local, mobilizam, congregam e dinamizam as comunidades a participar e assumir o desenvolvimento comunitário assente nos princípios de solidariedade e cooperação; como elas se constituem em redes, em elos horizontais de modo a permitir o interconhecimento, o fortalecimento mútuo, a preservação da autonomia das associações enquanto projetos de organização cidadã; como construíram redes de parcerias nacionais e internacionais essenciais à sustentabilidade e perenização dos respectivos empreendimentos.

Palavras-chave: economia solidária - dádiva - solidariedade - reciprocidade - pobreza - associações comunitárias de desenvolvimento.

ABSTRACT

The research carried out in this thesis aims at analysing and understanding the emergence, expression and development of the social and solidary economy within the Cape-Verdean reality, particularly within the empirical observation of the structure, organisation and functioning of six associations of rural communities at the Island of Santiago. For this purpose, the sociology of donation was adopted as the theoretical framework in connection with the approach of the economy of solidarity. These two approaches set up the available adequate conceptual tools for this understanding, namely to the tension existing between two different frameworks that are inherent to the dynamics and complexity of the economy of social and solidary economy phenomenon and to the overcoming of the triple economic-mercantilist reductionism, utilitarian (positive) and methodological. It allows the stock making of experiences and initiatives in all their economic, social, political and cultural dimensions. The analysis of the historical, social and political context of the social and solidarity economy rising in Cape Verde shows two different ways of expressing this phenomenon: the cooperativism and the associativism; both within two crucial stages of its existence: the period ranging from the national independence (1975) to the political opening (1990) and the period ranging from 1991 to present days. The research carried out in six associations of the Island of Santiago particularly shows (i) the motives that brought these communities to associatively face the problems of subsistence and eradication of poverty in the rural environment; (ii) how those associations regenerated the local social network; (iii) how they mobilised, linked and gave dynamism to these groups aiming at their participation and promotion of the community development on the basis of solidarity and cooperation principles; (iv) how these communities build networks by making use of horizontal linkages that allow for common knowledge deepening, mutual strengthening, preservation of associations' autonomy while projects of citizens' organisation; and (v) how they built widely national and international partnership networks that are crucial to the sustainability of entrepreneurship.

Keywords: social and solidary economy - gift - solidarity - reciprocity - poverty - community associations for development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
PARTE I - A ABORDAGEM: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	14
CAPÍTULO 1. BASE CONCEITUAL.....	15
A economia solidária.....	15
A solidariedade.....	18
A pobreza.....	20
A Perspectiva teórica.....	23
A proposta de um paradigma verdadeiramente relacional.....	26
A dádiva e a economia solidária.....	32
A relação entre economia e solidariedade.....	39
A dádiva e o Estado.....	45
A dádiva e o fenômeno associativo.....	51
A especificidade do fenômeno associativo.....	54
CAPITULO 2. BASE METODOLÓGICA.....	58
O objeto.....	62
Os procedimentos da pesquisa.....	65
As técnicas e instrumentos de coleta de informações.....	66
A observação.....	66
O levantamento dos dados.....	67
O inquérito.....	68
A análise das informações.....	70
A conclusão.....	70
PARTE II - O CONTEXTO E A PESQUISA.....	72
CAPÍTULO 3. CABO VERDE.....	73
História e geografia.....	73
Organização política e administrativa.....	77
Cultura.....	79
Economia.....	80
CAPITULO 4. A EMERGÊNCIA E MANIFESTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	83

O enquadramento da problemática associativa em Cabo Verde.....	83
O cooperativismo.....	86
O associativismo.....	92
O PNLP - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.....	96
CAPÍTULO 5. A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	98
Grade de análise: os pressupostos de base.....	98
A Associação dos Amigos de Figueira Muita.....	100
A Associação Agro-Hortelão.....	106
A Fami-Picos.....	113
A ASDIS.....	121
A OÁSIS.....	128
A Plataforma Nacional das ONGs.....	137
CONCLUSÃO.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148

INTRODUÇÃO

“O que produz as descobertas científicas não é a universal e impessoal Razão em ato, mas a capacidade dos sábios para travar alianças, para construir redes e ganhar o apoio dos colegas, administradores, financistas, jornalistas, aparelhagens técnicas, micróbios ou moluscos. O que faz as empresas funcionarem e anima os mercados econômicos não é a universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura, e sim a cadeia das (inter)dependências das relações de confiança com que se tecem as redes. A sociologia da ciência ou aquela da economia convergem portanto para uma tipologia das redes” (CAILLÉ, 2002:64).

A escolha do objeto de nossa dissertação foi orientada por uma decisão sustentada em três critérios: a) de que o mesmo estivesse relacionado com a realidade de Cabo Verde; b) algo que tivesse alguma ligação com nossa experiência pessoal, profissional e política; e, finalmente, c) um processo social que tivesse relação com a vivência e as condições de vida dos cabo-verdianos e, particularmente, das comunidades rurais do interior da Ilha de Santiago.

O drama do desemprego, da carência de habitação e da assistência ao grupo dos vulneráveis são problemas que exigem, por um lado, ações emergenciais e, por outro lado, ações a médio e longo prazo e que, portanto, sejam estruturantes e sustentáveis.

Essas nossas inquietações, de um passado recente, renasceram e tomaram a forma duma preocupação de natureza teórica, metodológica e empírica cujo interesse e orientação para a formulação de um objeto de pesquisa se viram reforçados pela abordagem da problemática da economia solidária no âmbito da disciplina de sociologia do trabalho e pelos conhecimentos que dispúnhamos da experiência e dos avanços do Brasil e de outros países da América Latina e não só, no campo da economia solidária. Foi assim, e é nessa perspectiva, que surgiu o nosso projeto de dissertação de mestrado.

A decisão de realizar uma pesquisa sobre o caso da experiência cabo-verdiana, tomando como realidade de observação empírica as associações comunitárias de desenvolvimento das comunidades rurais do interior de Santiago, partiu da preocupação de saber sobre a sua natureza. As primeiras observações nos levaram à pergunta se efetivamente elas se conformam ao conceito de economia solidária e aos princípios que

organizam a diversidade das práticas referenciadas pela literatura especializada, relativas aos múltiplos contextos de manifestação do fenômeno em todo o mundo. Neste sentido, três conceitos configuraram-se como centrais para a compreensão e explicação do fenômeno de economia solidária no contexto cabo-verdiano. São eles os conceitos de economia solidária, solidariedade e pobreza.

A dissertação está dividida em duas partes. A primeira é dedicada às reflexões teórico-metodológicas. A segunda enfrenta a abordagem do contexto e a análise do trabalho de campo realizado em Cabo Verde.

Do ponto de vista teórico e metodológico, face à complexidade e singularidade da economia solidária, sustentamos a análise do nosso objeto no paradigma da dádiva, na linha da abordagem dos autores como Caillé e Godbout, disseminada entre nós por Paulo Henrique Martins e Brasilmar Fereira Nunes, entre outros, e a da economia solidária, como a compreende Laville, Singer, Santos e outros.

Com base em Caillé (2002), justificamos a relevância, onipresença e perenidade da dádiva na sociedade moderna, assentes em três hipóteses: a primeira enuncia que sob uma forma transposta, a tríplice obrigação identificada por Marcel Mauss continua estruturando a esfera da sociabilidade primária, a das redes interpessoais. Nos termos da segunda hipótese a tríplice obrigação (dar, receber e retribuir) continua agindo vigorosamente até no seio da sociabilidade secundária, de tal sorte que, nenhuma empresa, privada ou pública, nenhum empreendimento científico poderia funcionar se não mobilizasse, em benefício próprio, as redes de primariedade cimentadas pela lei da dádiva. Por último, a hipótese de que a modernidade está assistindo ao desenvolvimento de uma forma inédita de dádiva, a dádiva aos estrangeiros, na qual ele já não serve para dar origem ou para consolidar relações interpessoais estáveis, quase comunitárias, mas alimenta redes abertas potencialmente ao infinito, muito além do interconhecimento concreto. Segundo Godbout e Caillé (1999), a dádiva entre estranhos é a esfera própria à dádiva moderna.

A nossa abordagem procura relacionar economia solidária e dádiva tanto a nível teórico como prático, defendendo a existência de um vínculo evidente entre estas duas realidades, postulando ainda que a dádiva constitua um dos componentes fundamentais da economia solidária. É, sobretudo, no nível de afrontamento das conseqüências da crise atual que se posicionam certas iniciativas associativas e cooperativas solidárias que constituem a economia solidária. A inovação destas experiências reside, assim, na manifestação da dádiva para além do espaço restrito da esfera doméstica. Assiste-se,

através destas experiências, a uma espécie de “impulsão de reciprocidade” no seio da esfera pública.

A relação entre dádiva (solidariedade) e economia se evidencia pela circunstância de não existir um único modo de organização da economia que seria a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de distribuição que coexistem. Nessa perspectiva, a economia é abordada como uma construção sócio-histórica cuja forma atual não corresponde a uma realização final da evolução humana, mas a uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam. Assim, a contribuição de economistas e etnólogos que olharam a sociedade moderna à luz das não modernas, particularmente a pesquisa de Polanyi (2000), fornece uma contribuição preciosa ao distinguir quatro princípios do comportamento econômico, estando cada um associado a um modelo institucional. O mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade. Estes princípios podem resumir-se em três formas de economia: uma economia mercantil fundada no princípio do mercado auto-regulado, uma economia não-mercantil fundada na redistribuição e uma economia não-monetária fundada na reciprocidade.

A economia da dádiva não se distingue pelas relações de produção (como é o caso do capitalismo, produção simples de mercadorias, economia pública, etc.), mas pelas relações de solidariedade que tece e reproduz. Em certo sentido, a reciprocidade é o relacionamento básico entre os que trabalham na economia solidária, na medida em que todo tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, que não passa dum sinônimo da economia da dádiva. São, portanto, as mais variadas formas de relações de troca, sem tradução monetária e alimentando um circuito econômico ampliado, que passam a ser incorporado à análise do funcionamento econômico, com esta noção de economia plural.

No que concerne a relação entre a dádiva e o Estado, Laville (2004), com base em Mauss, defende que há um elo particular na modernidade entre reciprocidade e redistribuição. Ele enuncia essa relação através do conceito de solidariedade democrática. Ao retratar sua gênese, a solidariedade democrática, à qual se relaciona prioritariamente a economia solidária, revela seu tamanho tanto histórico como teórico. Contra o “capitalismo utópico”, a solidariedade constituiu o conceito mobilizado para inventar proteções suscetíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia de mercado. Além disso, a solidariedade democrática aparece sob duas faces, uma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais e outra redistributiva, designando normas e

prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades. Portanto, segundo Laville, com Mauss e Jaurés, o conceito de solidariedade democrática leva então a insistir sobre as relações estreitas entre dádiva, reciprocidade e redistribuição, em vez de sublinhar suas diferenças.

Caillé, reportando à essência da associação, sugere que dádiva, associação e política são realidades indissociáveis que não se podem compreender plenamente a não ser quando interpenetradas uma pela outra. A dádiva é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. Ele só pode se formar no registro da incondicionalidade condicional, aquele no qual cada um se compromete a dar incondicionalmente ao outro, mas se mostra igualmente disposto a sair do jogo, a qualquer momento, se os outros não jogarem.

Essas reflexões são desenvolvidas no primeiro capítulo de base conceitual, sobre o qual nos estendemos de forma acima do comum em grande parte pela ausência de literatura a respeito em Cabo Verde, para quem esta dissertação pretende, entre outros, servir.

O capítulo 2, sobre a metodologia adotada, após a exposição do objeto da pesquisa desta dissertação, apresenta os procedimentos de pesquisa e as técnicas e instrumentos de coleta de informações utilizadas, precedidas e enquadradas por uma reflexão de natureza epistemológica e metodológica sobre os princípios e procedimentos que melhor orientam a abordagem do nosso objeto. Assim, no essencial, a estratégia da nossa pesquisa tem como referencial teórico e metodológico uma abordagem pluralista dos fenômenos econômicos e partilha o argumento de Zaoual (2006) de que hoje a experiência exige uma recomposição dos saberes, das disciplinas e das culturas rumo a um paradigma capaz de pensar e de contribuir para construir conceitos e ferramentas humanamente operacionais. Esse paradigma, segundo esse autor, só poderá ser construído sobre os escombros do pensamento global, apostando em uma abordagem mais modesta e flexível para adaptar a grande variedade do nosso mundo. Esta abertura científica é também ética, na medida em que deve integrar os múltiplos sentidos que os homens dão aos seus mundos. Nessa perspectiva, o paradigma dos sítios, ou diríamos, o paradigma da dádiva, constitui uma das variantes entre as alternativas procuradas. Integrando as crenças dos atores de base, ele demonstra que as leis econômicas são construções sociais situadas no tempo, no espaço, e no mundo imaginário dos homens, daí sua relatividade. Enfim, o postulado do fim de uma ciência uniforme, início de uma ciência plural!

O capítulo 3, o primeiro da parte II, faz uma apresentação sintética de Cabo Verde e da Ilha de Santiago, onde se situa o campo do nosso objeto de pesquisa empírica, apresentando, designadamente, dados de sua geografia, clima, história, economia,

população, organização política e cultura. O capítulo 4 faz um enquadramento da problemática associativa em Cabo Verde; o delineamento do contexto histórico, político, social e econômico da emergência do cooperativismo e do associativismo. Estes constituem dois movimentos e dois momentos distintos, porém interligados, do processo de construção e desenvolvimento do projeto de economia solidária cabo-verdiana, encontrando-se, entretanto, intimamente ligados e fortemente marcados pelos regimes políticos prevaletentes em Cabo Verde: o regime da ditadura do partido PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde) que governou o país desde a independência nacional em 1975, até a mudança para um regime pluripartidário e democrático em 1991. Assim, o movimento cooperativista era visto como um instrumento ao serviço do regime da ditadura, nomeadamente para a mobilização e organização das populações. Por seu turno, a emergência e proliferação do fenómeno associativo a partir de 1991, foi interpretado como uma consequência da implantação e prevalência dos princípios e práticas democráticos de liberdade, igualdade, de incentivo ao empreendedorismo e às iniciativas privadas. Aliás, um entendimento que se enquadra na argumentação de Chanial (2004), de que uma sociedade civil democrática apenas pode desabrochar-se em um Estado democrático.

No capítulo 5, procedemos à análise das informações coletadas no âmbito da nossa pesquisa empírica realizada no interior da Ilha de Santiago, em Cabo Verde. As informações foram obtidas através de realização de entrevistas com as seguintes entidades: Presidente da Associação Agro-Hortelão, do Município de São Miguel, Presidente da Associação dos Amigos de Figueira Muita, do Município de Tarrafal, Gerente da Associação de micro-crédito Fami-Picos, do Município de São Salvador do Mundo, Gerente da Associação de micro-crédito ASDIS, com sede no Município de São Miguel, Gerente da Organização das Associações OÁSIS, cuja sede também se situa no Município de São Miguel e Presidente da Plataforma Nacional das ONGs, com sede na cidade da Praia. Outra fonte de informação privilegiada foi a pesquisa documental, nomeadamente dos estatutos e regulamentos internos dessas organizações.

O objetivo era analisar a estrutura, organização e funcionamento dessas associações, tanto do ponto de vista formal/legal como informal, ou seja, ao nível das suas práticas cotidianas, por forma a verificar se regem pelos princípios e valores das organizações de economia solidária. Visando conferir uma maior sistematização e confiabilidade à nossa pesquisa, procedemos à elaboração de uma grade de análise

contendo os critérios básicos definidores e caracterizadores dos empreendimentos de economia solidária.

Finalmente, destacamos duas principais conclusões desta dissertação. A primeira é a constatação dos fundamentos empíricos da tese de que não há um modo único de organização da economia, mas sim um conjunto de formas de produção e de distribuição que coexistem. Por conseguinte, é a irredutibilidade do econômico ao mercantil que permite a apreensão de grande parte da vida econômica regida prioritariamente pela solidariedade, que garante a sobrevivência de grande parte das populações, sobretudo nos países menos avançados.

A segunda é a constatação de que, independentemente da forma jurídica, da denominação, do conteúdo, do grau de dinamismo, de estruturação e de desenvolvimento organizacional das diversas iniciativas e experiências dos empreendimentos econômicos não capitalistas existentes em Cabo Verde, existem efetivamente aquelas que, a exemplo das associações comunitárias de desenvolvimento da Ilha de Santiago, embora não sejam identificadas e denominadas sob o rótulo de economia solidária, entretanto, se estruturam, se organizam e funcionam segundo princípios e valores das associações de economia solidária.

PARTE I

A ABORDAGEM: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Capítulo 1.

BASE CONCEITUAL

A economia solidária

Segundo França Filho e Laville (2004), enquanto conceito, a expressão economia solidária elabora-se em França, no início dos anos 90, fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas no Crida em Paris (Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie), sob a coordenação de Jean-Louis Laville, visando exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação das iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Esta expressão, economia solidária, vem, assim, num primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade, e, por outro lado, sugerir a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Para Singer (2003), a extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a hipótese de que ela poderá estender-se a muitos campos de atividade econômica, englobando diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, no campo e na cidade. A economia solidária é o projeto, que em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando.

Porém, ressalva que seria um erro supormos que a economia solidária é a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas immanentemente solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras que lhe

são estranhas. E muitos deles aceitam e interiorizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.

Ainda segundo Singer (2002), a economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins lucrativos -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Mesmo sendo hegemônico, porém, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa e todas as formas de produção.

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Com base em Singer, que considera a cooperativa de produção como a modalidade básica de economia solidária, definimos, no âmbito deste trabalho, como economia solidária todo empreendimento que se organiza, estrutura e funciona com base nos seguintes princípios: a) posse coletiva ou compartilhada dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; b) gestão democrática do empreendimento, por meio da participação direta ou por representação; c) divisão por igual, entre todos os trabalhadores, do direito de decisão; d) destinação do excedente segundo critérios aprovados por todos; e) reputar como finalidade básica a quantidade e a qualidade do trabalho e não a maximização do lucro.

Dada a diversidade e abrangência do universo da economia solidária relativamente ao campo mais restrito e homogêneo do cooperativismo tradicional, como esforço de identificação desse universo de experiências, França Filho e Laville (2004), propõem alguns critérios norteadores das iniciativas de economia solidária. Os critérios sugeridos refletem cinco grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária: a natureza e a origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão

das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade.

1. A *pluralidade de princípios econômicos* indica que em tais experiências articulam distintas fontes de recursos, no mercado por meio da venda e prestação de serviços; entre os poderes públicos, por intermédio das várias formas de subsídios, oriundos tanto de instituições governamentais quanto não governamentais; e aqueles recursos oriundos das práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações, e as mais diversas formas de troca-dádiva. Na perspectiva daqueles autores, os empreendimentos de economia solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre estas três fontes de recursos, que representam três princípios do comportamento econômico e refletem três lógicas de ação que atravessam a dinâmica da iniciativa. O princípio da reciprocidade tende a desempenhar um papel importante neste jogo de tensão que caracteriza tais empreendimentos. Porém, os casos em que os recursos ao mercado ou aos poderes públicos exercem papel preponderante na iniciativa indicam sua tendência à descaracterização enquanto economia solidária. Os casos dos clubes de troca representam uma exceção em relação a este ponto, uma vez que se encontram essencialmente fundados numa dimensão recíprocitária, estando ausentes qualquer forma de recurso mercantil ou não-mercantil.

2. A *autonomia institucional* significa, sobretudo, a autonomia de gestão do empreendimento, o que não impede sua interdependência em relação a outras organizações, sob a forma de parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação que preservam sua autonomia.

3. A *democratização dos processos decisórios* significa supor a existência de mecanismos de decisão interna nessas formas de organização que são coletivos ou baseados no ideal de participação democrática dos seus associados.

4. A *sociabilidade comunitário-pública* observa-se, em geral, uma tentativa simultânea de combinação singular entre valorização das relações comunitárias e afirmação do princípio da alteridade.

5. A *finalidade multidimensional* indica que, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se em um espaço público. O econômico aqui acaba servindo como um meio para a realização do objetivo do empreendimento que se define, prioritariamente, em termos sociais, políticos ou ecológicos. Portanto, as iniciativas devem afirmar, do ponto de vista do seu grau de referencialidade, um caráter heterocentrado. Ou seja, elas não se limitam

apenas aos seus membros internos e voltam-se para questões que estão no seu entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas.

A solidariedade

Na perspectiva de França Filho e Laville (2004), um sistema econômico baseado na economia mercantil não pode ser concebido sem a instituição prévia de uma comunidade política, fixando-se como horizonte a liberdade e a igualdade entre todos os homens. Esta afirmação de um laço político manifesta a ruptura fundamental da modernidade que reside na extinção de toda a transcendência.

A emancipação, no que diz respeito aos costumes e à tradição, se traduz pela perda da evidência do sentido do mundo, pelo desencantamento do mundo ao ser despojado da magia, diria o Weber (1996). Confrontando-se, assim, o homem com a pluralidade de valores, tal emancipação engendra a questão do tipo de laço social próprio à modernidade, induzida pela existência do laço político.

Portanto, para além do utilitarismo, impõe-se novamente a necessidade de conceituar o laço social moderno. “*Nesta ótica, Leroux elabora a noção de solidariedade: ‘A natureza não criou nenhum ser para ele-próprio (...) ela os criou uns para os outros, e colocou entre eles uma solidariedade recíproca’ (...). ‘Através desta, apenas pelo fato dos homens existirem e terem entre si relações, a sociedade existe (...). Há, portanto, necessariamente e divinamente comunhão entre os homens’ (...)*”. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004:42).

Segundo estes autores, a contribuição inegável de Leroux reside na afirmação de que a solidariedade não pode ser concebida a partir do indivíduo ou da sociedade, pois ela é indissociável de uma relação; o que autoriza a pensar uma igualdade na diferença. Tal pensamento repercute em um associacionismo operário no qual Leroux intervém, pois se engaja justamente na pesquisa de uma economia que poderia ser solidária: a organização do trabalho que fica para ser encontrada poderia fornecer a oportunidade de erguer entidades produtivas que inscrevam a solidariedade no coração da economia.

Assim, para os diferentes autores engajados nas associações operárias, a regulação da economia não podia ser confiada apenas ao mercado, era preciso agir em favor de uma economia plural que admitisse outros princípios além do mercado. Para eles, o *laissez-faire* liberal desemboca numa desigualdade contrária aos ideais republicanos e eles preferiam

elaborar novos modos de regulação social pelo trabalho, indo até à sua sacralização para alguns.

Segundo Laville (2004), solidariedade é um conceito central na resistência à sociedade de mercado e defende, com base em Mauss, que há um elo particular na modernidade, entre reciprocidade e redistribuição.

Na sua perspectiva, a solidariedade não poderia ser idealizada. A inclinação para ajudar o próximo, valorizada como elemento constituinte da cidadania responsável, carrega em si a ameaça de um “dom sem reciprocidade”, permitindo apenas como retorno uma gratidão sem limites e criando uma dívida que não poderá jamais ser honrada por seus beneficiários. Afinal, os elos de dependência pessoal favorecem o risco de manter donatários em situação de inferioridade. De outra forma, é possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades apoiado nas redes sociais de proximidade.

Por conseguinte, a esta versão “benevolente” opõe-se a versão da solidariedade como princípio de democratização da sociedade resultando de ações coletivas. Esta segunda versão supõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que dela participam. Menos presente nos países anglo-saxônicos, ela modificou em parte as realidades sul-americanas e européias continentais. Ao retratar sua gênese, a solidariedade democrática, à qual se relaciona prioritariamente a economia solidária, revela seu tamanho tanto histórico como teórico. Contra o “capitalismo utópico”, a solidariedade constituiu o conceito mobilizado para inventar proteções suscetíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia de mercado. Além disso, a solidariedade democrática aparece sob duas faces, uma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais (contrastando com a caridade e a filantropia), outra redistributiva, designando normas e prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades.

A interdependência evolutiva entre ações associativas e públicas é também um dos principais ensinamentos em uma retrospectiva histórica. Não se trata, com a reatualização da economia solidária, de substituir o Estado pela sociedade civil, mas de combinar a solidariedade distributiva com uma solidariedade mais recíproca para reforçar a capacidade de auto-organização da sociedade.

A diferença entre reciprocidade e distribuição não deve fazer esquecer que elas conhecem um engendramento mútuo a partir da referência comum à solidariedade.

Assim, com base em Mauss e Jaurés, perspectiva Laville (2004), que o conceito de solidariedade democrática leva então a insistir sobre as relações estreitas entre dádiva, reciprocidade e redistribuição, em vez de sublinhar suas diferenças.

Ainda trabalhando essa noção de solidariedade, subjacente ao conceito de economia solidária adotado no âmbito desta dissertação, França Filho e Laville (2004), apresentam uma perspectiva segundo a qual economia solidária pode representar formas inéditas de ação pública, participando de uma tendência atual de desenvolvimento de novas formas de solidariedade, particularmente importante de sublinhar, uma vez que ela parece constituir uma forte tendência dos chamados novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN e GOHN, 1997). Ora, isso significa pensar que o tipo de solidariedade que se elabora nestas experiências, por um lado, não se define propriamente como solidariedade abstrata (estatal), pois trata-se de indivíduos engajando-se voluntariamente em projetos coletivos concretos, emanados do seio da sociedade civil e não meros assistidos, gozando ou tendo acesso a certos direitos de modo passivo. Por outro lado, nem tampouco se trata de uma forma típica de solidariedade tradicional (característica dos chamados grupos primários), pois a ação organizacional tende a não se fechar num pequeno grupo de beneficiários. A vocação de tais iniciativas parece ser a de combinar a dimensão pública da primeira (novas formas de solidariedade), com a força dos laços comunitários da segunda (solidariedade tradicional), resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetam num espaço público, criando em alguns casos o que se poderia chamar de espaços públicos de proximidade.

A pobreza

Dado a estreita relação - embora em termos de campos e lógicas absolutamente opostos - entre economia solidária e pobreza; considerando a associação entre o tema do desenvolvimento local e a questão do combate a pobreza; atendendo a onipresença da problemática da pobreza na preocupação e no objeto desta pesquisa; considerando ainda o fato da pobreza ser, por natureza, um fenômeno histórico estrutural, complexo e multifacetado, coloca-se, então, a questão de se saber qual o conceito de pobreza que melhor ajusta ao objeto desta pesquisa, aos princípios e ao conceito de economia solidária por nós adotados.

Normalmente o conceito de pobreza se prende ao acesso de bens materiais e simbólicos por parte dos diversos membros de uma dada comunidade ou sociedade. E este

acesso pode ser considerado de forma absoluta ou relativa. No primeiro caso o conceito refere-se a insuficiência de bens acessados pelos membros de uma comunidade para terem uma vida socialmente digna, tendo mais comumente como mensuração uma determinada renda¹. No segundo refere-se a uma comparação no acesso aos bens por parte dos membros de uma comunidade considerando-se pobres os que se encontram na base da pirâmide social²

É nosso entendimento que o conceito de pobreza, formulado por Demo (2003), associado à idéia do PNUD de conceber desenvolvimento como oportunidade, consubstancia, sintetiza e sinaliza um caminho para uma abordagem mais inteligível possível do árduo e complexo processo de luta, senão para erradicação da pobreza, pelo menos para a sua redução, e, conseqüentemente, para a construção, a nível das comunidades objeto desta pesquisa, de condições de vida mais justas e igualitárias para os seus habitantes.

Demo propõe-nos uma visão e compreensão novas do fenômeno da pobreza, e sugere-nos elementos para a definição e operacionalização de uma estratégia mais adequada aos objetivos da luta para sua erradicação. Argumenta que, atualmente, dois aspectos principais são realçados nos estudos sobre pobreza: sua base material ou o problema da renda e a vulnerabilidade crescente de grandes maiorias, observada geralmente por intermédio do prisma da exclusão social. Porém, carência material não torna pobreza questão social (CASTEL, 1998), porquanto esta surge quando a pobreza se apresenta como desigualdade, marginalização, repressão. Melhor ainda, conforme Nascimento (2000), quando a desigualdade é percebida como injusta.

Geralmente pesquisadores e técnicos da área da pobreza tendem a se fixar em seus aspectos materiais e, melhor ainda, pela mensuração indireta, e apenas na renda, pela razão metodológica óbvia: é mais fácil formalizar dados empíricos quantificáveis e a renda presta-se muito bem a isso.

Demo tenta mostrar que a estas duas facetas é forçoso acrescentar outras, em particular a política, dentro da hipótese de que o cerne mais duro da pobreza é político. Exclusão social mais drástica não é só não dispor de bens essenciais. É, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só o

¹ No caso do Brasil normalmente se considera pobre aquelas pessoas que vivem com um valor igual ou menor que meio salário mínimo por mês. Distinto do conceito de indigente que viveria com um valor igual ou menor que um quarto de salário mínimo. Mas este conceito não é aceito por todos os estudiosos do assunto, ver a este respeito Rocha, 2005, pp. Xxx.

² Ver Nascimento, 2006, p. 22.

acesso aos bens materiais, mas principalmente a autonomia emancipatória; a capacidade de lutar pela vigência de seus direitos.

O conceito de pobreza política, na perspectiva deste autor, coloca em xeque o entendimento usual de pobreza como simples carência ou vulnerabilidade material. Por mais que esta face seja decisiva, ela é apenas uma delas e possivelmente não a central. A pobreza surge quando bens escassos se tornam bens privilegiados, em sentido material e imaterial. Seu cerne é destituição de teor político, ou seja, imposta, injusta, historicamente produzida e mantida.

Ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo, ser impedido de ter e, muito pior ainda, de ser, o que desvela situação de exclusão.

Ressalta ainda que *“mais que ‘não ter’, trata-se de ‘ser impedido de ser’*. *Pobreza política releva, ao lado da materialidade sempre implicada, a depredação qualitativa da sociedade, impedida de tornar-se sujeito consciente e organizado de seu destino. Pobreza mais dura, humilhante é a do pobre que sequer sabe que é coibido de saber que é pobre, não atinando para a injustiça de sua condição histórica. Existe aí, irrecusavelmente, o lado da destituição material, indicado por tudo que os pobres ‘não têm’, mas o problema mais agudo e essencial é a dilapidação do ser humano como ser humano, reduzido a massa de manobra, objeto de manipulação. Pobreza cabal é ser tolhido de conceber e realizar projeto próprio e efetivo contra ela. Este ‘não ser’ é o cerne do ‘não ter’*. *Diz-se que o sistema não teme pobre com fome, teme pobre que sabe pensar”* (DEMO, 2003:41-42).

Disso resulta claramente que não é possível combater a pobreza sem o pobre, conservando-o como objeto de esmolas ou simples beneficiário. Antes de tudo é preciso conseguir que o pobre se faça sujeito da sua própria história, sabendo ler criticamente sua condição social. Pobre irremediável é quem sequer consegue saber que é pobre, atribuindo sua condição à vontade de Deus, ao destino, a mau jeito ou à falta de sorte, como se fosse natural e incontornável ser pobre.

Entretanto, o realce dado à pobreza política não retira a importância da carência material, nem da assistência. Não se pode, porém, confundir o mais importante com o mais imediato. Fome mata mais rápido que falta de escolaridade, mas o atendimento de ambas é crucial para a qualidade de vida humana.

A perspectiva teórica

Pela complexidade e singularidade da economia solidária, a questão que se nos coloca no âmbito da pesquisa que culmina com a elaboração desta dissertação de mestrado é a de se saber quais das ferramentas conceptuais disponíveis são as mais adequadas a apreender e compreender, nomeadamente, a tensão entre lógicas distintas inerentes ao fenómeno de economia solidária.

A proposta apresentada pelos autores, designadamente Caillé, Godbout, Laville, Singer, França Filho e Dzmira e com a qual a preocupação deste trabalho compartilha é a de se sustentar a análise dessas experiências de economia solidária no paradigma da dádiva, em virtude do mesmo permitir ultrapassar o triplo reducionismo economicista-mercantil, utilitarista - positivo - e metodológico, sob o qual estas experiências de economia solidária não se deixam apreender nas suas várias dimensões: econômica, social, política e cultural.

Assim, a perspectiva teórica que adotamos no âmbito deste trabalho é a da sociologia da dádiva, na linha da abordagem dos autores como Caillé e Godbout, disseminada entre nós por Paulo Henrique Martins e Brasilmar Ferreira Nunes, entre outros, e a da economia solidária, como a compreende Santos, Singer, Laville e outros.

Segundo Martins e Nunes (2004)³, Marcel Mauss ao sistematizar a teoria da dádiva no seu célebre *Ensaio sobre a dádiva*, de 1923, resgatou uma idéia antiutilitarista extremamente importante para a existência das sociedades arcaicas, tendo igualmente demonstrado a sua relevância para a sobrevivência das sociedades modernas, consubstanciada na fórmula da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

No entanto, segundo os pensadores do MAUSS⁴, nos tempos atuais, a importância desta tríplice obrigação para a compreensão dos vínculos sociais ficou, de certo modo, esquecida devido à força exercida pela ideologia do utilitarismo econômico sobre o indivíduo moderno. Entretanto, ao se tornar evidente o impacto negativo do neoliberalismo sobre as perspectivas de sobrevivência das sociedades nacionais, sobre uma distribuição mais igualitária e justa das riquezas em escala planetária e sobre a promoção da solidariedade humana como fator político e moral, surge, uma reação antiutilitarista visando, senão estancar, pelo menos contrapor-se às tendências desumanizadoras em curso.

³ Exprimindo as conclusões dos pensadores do MAUSS.

⁴ Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, escola fialida à tradição teórica de Marcel Mauss, criada em 1981, na Europa.

O paradigma da dádiva aparece, nesse contexto, como referência central para justificar as reações antiutilitaristas.

Os mesmos autores sublinham ainda que estudiosos de diferentes latitudes, e não só, vêm chamando atenção sobre o fato de que a dádiva não constitui uma teoria social a mais, na moda, mas a modalidade específica de produção da convivência não apenas entre os homens, mas entre os seres vivos em geral. Justamente por isso, a dádiva não é uma mera teoria, mas um poderoso recurso paradigmático para compreender a formação, a natureza e a permanência dos vínculos sociais. Por isso, o paradigma da dádiva constitui importante recurso para o processo de procura de respostas a questões que estão à espera de soluções, em particular, a de saber que orientação a crítica antiutilitarista deve tomar na presente conjuntura mundial.

Para corroborar a tese quanto ao vigor potencial compreensivo e explicativo do paradigma da dádiva, Caillé elucida com a reflexão de que *“de saída, a referência a Marcel Mauss nos tinha principalmente servido para sedimentar a crítica do utilitarismo e do economicismo, corroborando a intuição, por si mesma evidente, que na ação social, certamente entra cálculo e interesse, material ou imaterial, mas não há somente isso: encontra-se também obrigação, espontaneidade, amizade e solidariedade, em suma dom. Mas, pouco a pouco, fomos levando sempre mais a sério, e desta vez de forma positiva, a descoberta, que Mauss nos parece ter feito, de uma certa universalidade daquilo que ele denominava a tríplice obrigação, para os seres humanos, de dar, receber e retribuir”* (CAILLÉ, 2002:15).

Quanta à relevância, onipresença e perenidade da dádiva na sociedade moderna, a argumentação e os exemplos apresentados por Godbout são, do nosso ponto de vista, suficientemente esclarecedores, traduzidos nos seguintes termos: *“a idéia que pouco a pouco se nos impôs é que a dádiva é tão moderna e contemporânea quanto característica das sociedades primitivas; que ela não se refere unicamente a momentos isolados e descontínuos da existência social, mas a sua totalidade. Ainda hoje, nada pode se iniciar ou empreender, crescer e funcionar se não for alimentado pela dádiva”* (GODBOUT, 1999:20-21). Começando pelo início, continua o autor, ou seja, pela própria vida, pelo menos ainda por enquanto nem comprada nem conquistada, mas realmente dada, e dada geralmente no seio de uma família, legítima ou ilegítima. No entanto, tudo leva a crer - não importa o que digam os sociólogos do interesse e do poder - que as famílias se dissolveriam instantaneamente se, repudiando as exigências da dádiva e da contradádiva, elas passassem a se assemelhar a uma empresa ou a um campo de batalha. Passando pelas

relações de amizade, de camaradagem ou de vizinhança, as quais tampouco se compram, se impõem pela força ou se decretam, mas pressupõem reciprocidade e confiança (COVOY, 2008); e terminando, provisoriamente e para não alongar uma lista que poderia ser interminável, pelas empresas, administração ou a nação, as quais pereceriam todas rapidamente se os assalariados não dessem nada além daquilo que o seu salário rende, se os funcionários não dessem alguma prova de espírito público e se um número suficiente de cidadãos não estivesse pronto a morrer pela pátria.

Na perspectiva de Caillé (2002), seria errôneo acreditar que a descoberta de Mauss só se refere às sociedades arcaicas e que o dom antropológico já não existiria hoje a não ser sob a forma de sobrevivência. Nas sociedades arcaicas a modalidade de sociabilidade prevalecente denomina-se por sociabilidade primária que é o tipo de relação social em que a personalidade das pessoas é mais importante que as funções que elas desempenham - o que não impede que essas funções existam e sejam importantes. Por seu turno, na modernidade, denomina-se de sociabilidade secundária, o tipo de relação social submetido à lei da impessoalidade - como ocorre no mercado, no direito ou na ciência -, onde as funções desempenhadas pelas pessoas têm mais importância que a sua personalidade.

A tese que argumenta e defende a possibilidade da existência da dádiva nas sociedades modernas, formulada por Caillé, é sintetizada e apresentada na forma de três hipóteses. A primeira hipótese enuncia que sob uma forma transposta, a tríplice obrigação continua estruturando a esfera da sociabilidade primária, a das redes interpessoais (família, o círculo dos vizinhos, amizade, associações de conhecimento mútuo).

Nos termos da segunda hipótese a tríplice obrigação (dar, receber e retribuir) continua agindo vigorosamente até no seio da sociabilidade secundária, de tal sorte que, nenhuma empresa, privada ou pública, nenhum empreendimento científico poderia funcionar se não mobilizasse, em benefício próprio, as redes de primariedade cimentadas pela lei do dom.

Neste sentido, é possível uma articulação e um diálogo com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2006), no que se refere à natureza paradoxal do mercado, que consiste no fato dele precisar daquilo que a sua própria lógica destruiu: a confiança! Aliás, o empreendedorismo contemporâneo mostra que todas as dimensões negligenciadas pelos modelos físico-financeiros de gestão e a economia em geral desempenham um papel fundamental no dinamismo econômico: ética, identidade e solidariedade de grupo, tradições e culturas de comunidade, vínculo familiar e ético, rede de pertencimento, efeitos sociais e espaciais do território, etc. Enfim, exemplos de

entidades qualitativas de que precisa o próprio sistema para se desdobrar com a máxima certeza.

E, por último, a hipótese de que a modernidade está assistindo ao desenvolvimento de uma forma inédita de dom, o dom aos estrangeiros, na qual ele já não serve para dar origem ou para consolidar relações interpessoais estáveis, quase comunitárias, mas alimenta redes abertas potencialmente ao infinito, muito além do interconhecimento concreto. Além do mais, a dívida moderna não se funda em uma obrigação moral da classe abastada para com o povo. Pessoas de qualquer meio social participam dessa dívida moderna, não somente monetariamente, mas também sob a forma de dívida de tempo: atividades de escuta, visitas, acompanhamento de pessoas idosas etc.

Caillé, referindo ao papel do político nesse processo, ressalta que no quadro da microssociedade, fundada sobre o interconhecimento, o político coincide com o dom. Por outro, o político é efetivamente a matriz dessa aliança generalizada para além do interpessoalidade, funcionando, na macrossociedade, como um *analogon* do dom, considerando que, embora conserve o seu espírito não se reduz, contudo, ao dom de pessoa a pessoa, ou seja, ao que poderia ser um dom primário. Portanto, conclui que o paradigma do dom e do simbolismo é igualmente um paradigma do político; e que dom é a forma que o político reveste na microssociedade; e que a política é aquilo que permite a generalização do dom na macrossociedade, ou seja, na modernidade.

A proposta de um paradigma verdadeiramente relacional

Na perspectiva de Caillé (2002), a superação de uma boa parte dos impasses em que se encontram as ciências sociais, os debates da filosofia moral e política e a própria vida política, passam pelo ato de levar a sério e por uma exploração metódica de todas as implicações da descoberta de Marcel Mauss.

Sendo o dom, por natureza, aquilo que permite superar a antítese entre o eu e o outro, entre obrigação e liberdade, entre a parte do herdado e a parte do legado a receber, compreender-se-á facilmente que pensar segundo o dom implica aprender a superar a tensão não resolvida entre os dois grandes paradigmas em que se dividem as ciências sociais e uma boa parte da filosofia moral e política e que remetem, no final das contas, precisamente a essas mesmas oposições.

As ciências sociais e a filosofia moral e política são o terreno de um confronto constante entre dois paradigmas. Por um lado, o paradigma individualista (utilitarista,

contratualista, instrumentalista, etc.), que imagina explicar a totalidade do social tomando o indivíduo como ponto de partida e, por outro lado, o paradigma holista segundo o qual o conjunto das ações individuais ou coletivas parece ser comandado por uma totalidade social sempre preexistente aos indivíduos (funcionalismo, culturalismo, estruturalismo, etc.).

Por conseguinte, a totalidade social não preexiste aos indivíduos nem estes a aquela; o indivíduo e a totalidade são ambos mutuamente transcendentais. O que na verdade se necessita é de meios intelectuais que nos possibilitem apreender e compreender o que Caillé denomina de, “*essa dupla transcendência cruzada, esse duplo englobamento do contrário*”, e temos que aprender a pensá-los. A superação da antinomia se dá com a conquista, o esclarecimento e a colocação em evidência de uma maneira de questionar especificamente sociológica.

Holismo e individualismo têm, com efeito, um traço comum que é pensar a sociedade segundo um eixo vertical. Nos dois casos é necessário supor que um dos dois termos preexiste à geração e seria assim transcendente à realidade que gera. “*Raciocinar em termos de interacionismo do dom, de pensamento do político, significa ao contrário adotar um ponto de vista radicalmente imanente, horizontalista, espinoziano, e mostrar que é pelo mesmo movimento que se produzem ou se reproduzem os termos opostos (...) ‘no início’ - isto é, a todo momento, agora, não há nem indivíduo nem sociedade - nem natureza nem sociedade, diria B. Latour - mas a (inter)ação dos homens concretos. Mas a práxis, diria o jovem Marx de A ideologia alemã*” (CAILLÉ, 2002:66-67). Portanto, uma sociologia e uma filosofia maussiana do dom não procuram imputar à ação outra coisa senão seus próprios determinantes positivos e normativos imanentes. Neste sentido, constituem uma verdadeira sociologia e filosofia da práxis.

Nessa perspectiva, colocando em evidência o componente normativo do paradigma do dom, Caillé defende, que existe uma forte correlação entre a adoção do paradigma individualista e uma certa predileção pelo liberalismo econômico e político e, reciprocamente, entre a escolha de uma abordagem holística e, no mínimo, a existência de certas reticências em face do liberalismo econômico. Assim, os individualistas almejam abandonar ao livre jogo do mercado a organização da maior parte da existência do social. Quanto aos holistas, pelo contrário, mostrarão preferência por um Estado que tenha um papel importante no jogo social.

Porém, no que concerne aos que interpretaram a sua crítica a hipertrofia da economia do mercado, a hipótese da naturalização do mesmo e as dúvidas colocadas sobre

a capacidade da ciência econômica para analisá-la, como uma pretensão ou desejo de substituí-la por uma economia totalmente outra, fundada sobre o dom e a gratuidade, por exemplo, Caillé defende argumentando que *“como Marcel Mauss, não preconizamos de jeito nenhum a abolição de mercado ou do Estado, mas pensamos em sua reinserção em uma ordem social e política que sintonize com o senso comum. Pensamos em seu reenquadramento, em seu reembedding, como diria K. Polanyi”* (CAILLÉ, 2002:70-71). Sendo que uma das razões teóricas fundamentais para isso é que nem a economia de mercado nem a economia pública, nem o capitalismo nem o Estado são incomensuráveis e absolutamente estranhos à economia ou sociedade do dom. O princípio da economia de mercado - o interesse (e, em segundo lugar, a liberdade) e o princípio da economia pública - a pressão ou a coerção (e, em segundo, lugar a igualdade) encontram-se presentes no registro do dom. E a singularidade do dom não é certamente negligenciar o interesse e a coerção, a liberdade ou a reciprocidade, mas misturar todos esses princípios, temperando-os uns com os outros, onde a modernidade deixa cada ordem obedecer a seu próprio princípio. Não existe, portanto, segundo Caillé, um modelo da economia do dom que se possa como tal contrapor ao do mercado ou da economia estatal. E isso, segundo o mesmo, implica a necessidade de precisar melhor em que sentido seria possível procurar definir um paradigma do dom.

Ora isso implica que o terceiro paradigma ou o paradigma do dom não pretenda propriamente analisar como se gera o vínculo social nem a partir dos indivíduos nem a partir de uma totalidade social, mas de algum modo a partir do seu meio, horizontalmente, em função do conjunto das inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores sociais. A aposta sobre a qual repousa o paradigma do dom é que o dom constitui o motor e o performador por antonomásia das alianças. É o dom que as sela, as simboliza, as garante e lhes dá vida. É dando que se declara concretamente disposto a tomar parte no jogo da associação e da aliança e que se solicita a participação dos outros nesse mesmo jogo.

Continua o autor, *“a obrigação que o dom nos impõe é de fato uma espécie de exortação, (...) uma exortação à ação, (...) à individuação e a manifestação pessoal. E se em toda a sociedade, em um momento dado, é o peso dos hábitos e do ritual que parece predominar, bem se pode ver que, a longo prazo, e na escala da história, é a liberdade que triunfa e desfaz todo o instituído abrindo sem cessar novos campos de possibilidades, irreduzíveis às prescrições oblativas originais. O dom é o agente dos possíveis sociais e históricos”* (CAILLÉ, 2002:20).

A descoberta de Marcel Mauss é de fato dupla: a tese de que “*em muitas sociedades arcaicas, talvez em toda parte, é rivalizando em dons que os seres humanos se ligam e constituem a sociedade, trocando bens que não possuem valor utilitário, mas simbólico, e também porque, desde há muito, ele tinha ao mesmo tempo generalizado e radicalizado a idéia durkheimiana segundo a qual ‘a vida social não é possível a não ser por um vasto simbolismo’; e os símbolos, segundo as palavras de Claude Lévi-Strauss, são ‘mais reais que aquilo que simbolizam’*” (idem).

Para estar em condição de compreender e descobrir empiricamente como o vínculo social é tecido de dons, que só ganham valor simbolicamente, era ainda necessário ter compreendido, para além de Durkheim, que não se dá, de um lado, a realidade social e do outro as representações coletivas ou os símbolos, mas que a um nível mais profundo, é a própria realidade social que deve ser concebida como intrinsecamente simbólica. A descoberta da coextensividade do dom e do símbolo.

Porém, Mauss radicaliza essa concepção da natureza simbólica da relação social inferindo com isso suas implicações positivas e negativas. Contrariamente à conceptualização durkheimiana do sagrado e do profano, Mauss não cansará, com efeito, de insistir sobre a estreita imbricação entre o utilitário e o simbólico, o interesse e o desinteresse. E cai ao mesmo tempo a oposição durkheimiana radical entre o sociológico e o psicológico. Pois, do social para o individual não se dá ruptura, mas gradação e tradução recíproca, com os simbolismos constitutivos de um dos planos se deixando traduzir nos do outro.

Aliás, não seria apenas por razões exclusivamente metodológicas, a partir do momento em que o próprio curso da investigação põe em evidência que a oposição entre as coisas e as pessoas não tem sentido nem alcance a não ser aos olhos do nosso direito moderno, e que em todos os outros lugares é a confusão das dimensões reais e pessoais que predomina. Os fatos sociais não podem verdadeiramente ser mais considerados como simples coisas. “*Os fatos sociais, poder-se-ia dizer, para resumir da melhor forma possível a especificidade da abordagem maussiana, passam a ser totais (Tarot, 1996) e não devem mais ser considerados como coisas e sim como símbolos. E este conselho não tem um alcance apenas metodológico, mas principalmente socioontológico. (...) é necessário tratar os fatos sociais como símbolos porque sabemos que esta é precisamente de fato a sua natureza*” (CAILLÉ, 2002:39).

O autor se questiona sobre o porquê do paradigma uma vez que, contrariamente aos dois primeiros, o principal mérito do terceiro paradigma consiste em abrir questões,

realizar pesquisas em vez de pretender ter a priori respostas para tudo (sob a forma de verdades abstratas e atemporais). A razão, segundo ele, é que por mais anti-sistemática que pretenda ser, é necessário fixar com um pouco de sistematicidade as modalidades de um pensamento do concreto e concatená-los, mesmo que frouxamente, numa forma de paradigma, ainda que seja antiparadigmática.

Sobre o porquê do terceiro paradigma ou paradigma do dom (paradigma do simbolismo, da associação, da aliança, do político, do jogo, etc., todos estes termos remetem a uma mesma maneira fundamental de pensar), explica que sob múltiplos aspectos seria, com efeito, mais preciso falar de paradigma primeiro ou primordial. O mercado de um lado, o Estado do outro, individualismo e holismo, portanto, não se tornam inteligíveis a não ser como formas especializadas e autonomizadas de uma realidade maior e mais englobante desse fato social total que tem no dom a sua expressão por antonomásia.

Caillé começou a apresentar o esboço de sua idéia de um paradigma do dom, na perspectiva de uma hipótese, partindo do pressuposto de que existe em Mauss, uma teoria sociológica vigorosa e coerente, que oferece as grandes linhas não somente de um paradigma sociológico, mas do único paradigma propriamente sociológico que se possa conceber e defender. Uma hipótese tanto mais forte e frágil ao mesmo tempo por ser no fundo bastante precisa, a hipótese da universalidade ou pelo menos de uma certa universalidade da obrigação de dar, receber e retribuir e que liga intrinsecamente dom e simbolismo.

“O que confere ao pensamento de M. Mauss todo o seu vigor e fecundidade se deve aos estreitos vínculos que ele estabelece, mesmo sem o dizer com bastante clareza e sem explicá-lo, entre a figura do dom, a temática do simbolismo e o seu conceito de fato ou de fenômeno social total” (CAILLÉ, 2002:44).

Coloca ainda duas hipóteses, uma de que o fracasso histórico da sociologia clássica, apesar das esplêndidas promessas que encerrava, deve-se à impossibilidade de transformar o seu antiutilitarismo crítico, ou negativo, de partida, num antiutilitarismo positivo, claramente formulado. A outra, extremamente ambiciosa do ponto de vista do autor, segundo a qual o dom de M. Mauss, nos oferece os fundamentos de um paradigma positivo tanto para sociologia e antropologia como para o conjunto das ciências sociais, fundada sobre o pressuposto de uma certa universalidade da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

“O que confere à análise muito bem esboçada por M. Mauss o seu enorme vigor potencial é que ela não se apresenta como resultado de uma construção especulativa, mas como o desvelamento da complexidade do próprio concreto” (CAILLÉ, 2002:60).

Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a dádiva* (1998)⁵, fixa um duplo objetivo, ao mesmo tempo positivo e normativo: *“ao pesquisar a forma e a razão das trocas nas chamadas sociedades arcaicas, ele espera poder encontrar ‘um dos fenômenos humanos sob o qual são construídas nossas sociedades’, a partir do qual ele pensa poder ‘deduzir certas conclusões de moral sobre certos problemas colocados pela crise do nosso direito e da nossa economia’. Ele enxerga esse fundamento na dádiva”* (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 2004:148-149).

Para Mauss, a dádiva é incompreensível sob a figura do mercado: *“não se constata jamais simples troca de bens, de riquezas e de produtos ao longo de um mercado entre indivíduos”*, pois, em primeiro lugar, *“não são os indivíduos, são as coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam”*, e, em segundo lugar, *“o que eles trocam não são exclusivamente objetos úteis economicamente. São antes gentilezas, danças, festas onde o mercado é apenas um dos momentos e a circulação de riquezas apenas um dos termos de um contrato muito mais geral”*. (Idem).

A dádiva é um fenômeno social total: por um lado, pelo engajamento da coletividade como um todo e, por outro lado, por se tratar de um fenômeno que atravessa todas as esferas da vida social. Ela não se reduz a um ato obrigatório isolado: as obrigações de dar, de receber e de devolver constituem os *“três temas de um mesmo complexo”*. A obrigação de dar está sempre acompanhada de outras duas, receber e devolver, sem as quais é a relação - o laço social - que se rompe.

Antiutilitária, antiacumuladora, antiequivalente, a dádiva não é, portanto, redutível a uma relação mercantil. Os objetos doados aceitos e devolvidos não se “trocam” por serem úteis, nem em razão da sua equivalência monetária, mas por significarem, simbolicamente, a vontade de construir vínculo ou relação. A dádiva possui *“valor de vínculo”*. Assim sendo, o que está em jogo na dádiva não é o valor de uso ou o valor da troca, mas sim o valor das pessoas. Os objetos intercambiados não têm preço, senão aquele, a priori indeterminado, da honra e da grandeza daquele que dá ou, ao contrário, da desonra e da vileza daquele que, tendo aceitado a dádiva, recusa-se a devolvê-la.

⁵ Tradução da versão original publicado na revista francesa l'Année Sociologique em 1923.

Nem holismo nem individualismo metodológicos: no sentido em que sendo uma relação constitutiva de pessoas e de grupos aos quais as pessoas se obrigam, a partir de seu livre consentimento, a dádiva não se deixa enquadrar pelos dois paradigmas dominantes em sociologia.

Enfim, experiências associativas que geram projetos capazes de mover pessoas, de provocá-las no sentido de se reunirem, uma vez que elas os escolheram em comum, experiências desse porte de economia solidária não se acomodam nem no holismo - que supõe regras absolutamente transcendentais -, nem no individualismo - que as supõe absolutamente imanentes. Sua compreensão, na perspectiva destes autores, supõe a reconciliação conceitual de três pares de figuras estreitamente ligadas e muitas vezes separadas e opostas de maneira dicotômica: a sociedade e o indivíduo, a transcendência e a imanência, a obrigação e a liberdade.

Lugar de aprendizagem da vida em sociedade, onde se elaboram projetos que comprometem entre si as pessoas, porque elas os escolhem livremente; momentos nos quais a igualdade é vivida como liberdade; “espaços públicos” alimentando a democracia plural; as experiências associativas procedendo da economia solidária, isto é, onde domina uma lógica solidária, a dádiva aparece como experiência democrática. Parece, assim, que se compreende melhor a “relação intrínseca” entre associação e democracia. Trata-se de uma relação de identidade: elas “são uma só e mesma coisa, mas em escala diferente”. Esta relação não é outra que aquela processada entre a dádiva e a política, o modo sob o qual se instituem as sociedades, em pequena e grande escala.

A dádiva e a economia solidária

Conforme foi referido, a opção pelo paradigma da dádiva, justifica-se, essencialmente, pela sua força crítica, presente em sua capacidade de ultrapassar certas clivagens conceituais usuais em ciências sociais, sob as quais não se deixa apreender o fenômeno da economia solidária.

Para Santos (2002), qualquer análise que procure sublinhar e avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas que têm sido feitas por todo mundo deve ter em conta que, face ao seu caráter anti-sistêmico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes. Daí a proposta de uma perspectiva de análise que o autor denomina de “*hermenêutica das emergências*”, uma abordagem que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e

comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas, ampliando e desenvolvendo as características emancipatórias dessas alternativas tornando-as mais visíveis e credíveis.

Na mesma linha, França Filho e Laville (2004) sublinham que sobre o termo economia solidária parece repousar um valor heurístico fundamental, aquele de pretender refletir uma tendência atual, verificada em diferentes partes do mundo, de proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, com o intuito de produção de atividades econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado. Não obstante suas diferenças significativas, relacionadas a cada contexto de sociedade, um traço comum que mais parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural. Sob a perspectiva da Dádiva, França Filho e Dzimira propõem uma abordagem que procura relacionar economia solidária e dádiva tanto a nível teórico como prático. Nesse sentido, defendem a existência de um vínculo evidente entre estas duas realidades, postulando que a dádiva constitui um dos componentes fundamentais da economia solidária. *“Definido na esteira de Godbout e Caillé como uma forma de circulação de bens e/ou serviços que não pertence ao circuito nem do mercado nem do Estado, e que se faz em nome do laço social, a dádiva é muitas vezes reduzida - sua existência - ao espaço das relações entre próximos, conhecidos: no seio da família, entre amigos, entre vizinhos etc. Entretanto a dádiva se faz também entre estranhos, desconhecidos”*. (in MARTINS e NUNES, (ORGS), 2004:136-137).

É, sobretudo, no nível de enfrentamento das conseqüências da crise atual que se posicionam certas iniciativas associativas e cooperativas solidárias que constituem a economia solidária. A inovação destas experiências reside, assim, na manifestação da dádiva para além do espaço restrito da esfera doméstica. Assiste-se, através destas experiências, a uma espécie de “impulsão de reciprocidade” no seio da esfera pública.

Estes autores esclarecem ainda, que a relação proposta entre economia solidária e dádiva não significa uma identificação simplista da economia solidária a uma espécie de economia da dádiva. Trata-se muito mais do que uma relação de envolvimento teórico-prático. A dádiva participa da economia solidária, manifestada, notadamente, por intermédio do trabalho voluntário-militante - dádiva de si mesmo, de seu tempo. Em certos casos, a exemplo dos clubes de trocas, que são uma das formas de economia solidária, a dádiva pode mesmo se constituir como elemento estruturante.

Para Singer (in FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004), a economia da dívida não constitui um modo distinto de produção, pelo menos nas sociedades de hoje. Os objetos e serviços que se tornam dívidas não são produzidos especialmente para este fim. Podem ser adquiridos no mercado ou produzidos no lar. A economia da dívida não se distingue pelas relações de produção (como é o caso do capitalismo, produção simples de mercadorias, economia pública, etc.), mas pelas relações de solidariedade que tece e reproduz. Em certo sentido, a reciprocidade é o relacionamento básico entre os que trabalham na economia solidária, na medida em que todo tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, que não passa dum sinônimo da economia da dívida.

Continua Singer, seria de se imaginar que o modo solidário de produção fosse o correspondente marxista da economia da dívida de Polanyi. Porém, esta não é a posição de França Filho e Laville, dado que a análise histórica do ressurgimento da economia solidária, nos anos de 1990, leva-os a concluir que a economia solidária, como resposta a crise do paradigma fordista e do Estado de bem-estar social, é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais. Segundo estes autores, *“a economia solidária não constitui uma nova forma de economia que veria acrescentar-se às formas dominantes de economia mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terciarização das atividades econômicas. O desafio é acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato”* (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004:7-8).

Para Singer (in SANTOS, (ORG.) 2002) a economia solidária é uma invenção dos operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas dos trabalhadores de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

Nessa perspectiva, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. O capital é possuído

pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalham na empresa. A propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que estes tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Por isso, sua finalidade básica não é a maximização do lucro, mas a quantidade e a qualidade de trabalho. E o capital da empresa solidária não é remunerado.

Segundo esse autor, a cooperativa de produção é a modalidade básica da economia solidária ao lado de outras modalidades designadamente as cooperativas de comercialização e de consumo. Porém, visando uma clarificação e precisão conceptual, ressalta argumentando que economia solidária compõe-se de empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão, integrando assim a economia cooperativa ou social, sem, no entanto, confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados. Consequentemente, para ser empresa solidária, não pode haver separação entre trabalho e capital.

Importa ressaltar, que a abordagem que concebe e analisa as iniciativas e experiências de economia solidária enquanto projeto alternativo e viável ao capitalismo, retira sua força do pensamento crítico que, segundo Santos (2002), fundamentalmente, consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é efetivamente um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Assim, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão sobre as alternativas que representem formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além do que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas como inviáveis.

Nessa perspectiva, é de se sublinhar a contribuição de Caillé (2005), que esclarece argumentando que a linha de clivagem mais forte opõe sem dúvida aqueles para os quais a economia solidária tem vocação a substituir integralmente o capitalismo e aqueles para os quais ela representa em definitivo uma nova forma de economia mista. Uma economia que articularia não mais somente economia de mercado e economia pública, mas que, deixando subsistir completamente essas duas lógicas, as colocaria também ao serviço do setor associativo. É uma concepção deste tipo que defendem Jean-Louis Laville e Barnard Eme, em França e que vêem na economia solidária uma maneira de hibridar recursos públicos,

recursos privados e energia recíproca, colocando a lógica da redistribuição que preside aos primeiros e a da troca que comanda os segundos sob a dominação do princípio de reciprocidade que constitui a alma das associações. Nesta concepção, vê-se, que a economia solidária não tem vocação para abolir o mercado ou o Estado, mas sim ocupar ao seu lado todo o seu lugar - um lugar susceptível de ser quantitativamente importante, nomeadamente, lá onde mercado e Estado são particularmente deficientes.

Segundo Singer, o que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Referindo ao caso brasileiro, ele diz que economia solidária já firmou sua identidade e que, por isso, está em condições de se estruturar a nível local, regional e nacional; que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade; que o resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania solidária desses homens e dessas mulheres já justifica todo esforço investido na economia solidária, e que é por isso que ela desperta entusiasmo.

A abundância de idéias e de experiências testemunha a imbricação entre debates e práticas para confrontar os caminhos através dos quais poderia consolidar-se uma economia solidária que constitua a finalidade em direção à qual tendem numerosos e díspares tentativas. Entretanto, Segundo França Filho e Lavelle (2004), qualquer que seja a diversidade das organizações iniciadas neste objetivo, sua especificidade pode ser medida através de dois traços fundamentais:

O primeiro é “o agrupamento voluntário” que se inspira na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica. A participação nesta atividade, não podendo ser separada do laço social que a motiva, depende então do princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas.

O segundo traço refere “a ação comum” que, por estar baseada na igualdade entre os membros, é o vetor de um acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. As estruturas constituídas, excetuando o seu papel econômico, instauram espaços públicos de proximidade que são espaços públicos autônomos no sentido de Habermas, ou seja, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo.

Esta inscrição na esfera pública diferencia radicalmente a economia solidária da economia doméstica e da informal. Os serviços de proximidade baseiam-se, portanto, nas práticas quotidianas das populações, ou seja, nas relações e trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local, nas aspirações, nos valores e desejos das pessoas que são os usuários.

Assim, em nome desta dupla inscrição, ao mesmo tempo na esfera econômica e na esfera política, a economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem, inclusive, ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa, independente da detenção de um capital. Ela funda, assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua.

Por conseguinte, tanto em sua origem, na primeira metade do século XIX, como em seu recente ressurgimento, a economia solidária, mais uma vez, constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho que tem seus primórdios, nos tempos recentes, na década de 1980. Tal crise vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcados pela sinergia entre Estado e mercado. É precisamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, que outros fenômenos tomam corpo e se desenvolvem.

Ainda a respeito, Santos (2002) acrescenta que com o fracasso das economias centralizadas⁶ e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas, e governos progressistas de todo mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX, no espaço urbano, com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas.

Perspectiva esse autor, que o ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias em geral e pelas cooperativas de trabalhadores em particular, deve-se a quatro razões fundamentais relacionadas às condições econômicas e políticas contemporâneas que tornam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores uma tarefa prometedora

⁶Modelos econômicos como o caso da ex-URSS em que os meios de produção eram propriedade do Estado e as decisões sobre a produção um processo de negociação política em que os dirigentes da burocracia estatal definiam as prioridades, metas e objetivos e os impunham através de um planejamento centralizado.

para a criação de alternativas de produção emancipadores. Primeiramente, ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas, sempre foram concebidas e operaram como unidades produtivas capazes de competir no mercado. Pois, o cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Em segundo lugar, as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, por duas razões. Por um lado, as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque os seus trabalhadores-proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho. Por outro lado, as cooperativas de trabalhadores parecem ser especialmente adequadas para competir em um mercado fragmentado e volátil como o que caracteriza a economia global contemporânea. Em terceiro lugar, como a característica essencial das cooperativas de trabalhadores é o fato destes serem proprietários, a difusão das cooperativas tem um efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia. Por último, as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômicos para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista.

Em face desta constatação, a questão que importa formular e responder é: o que marca e define a emergência e o dinamismo do fenômeno da economia solidária na modernidade?

Quanto a nós, o cerne da questão reside essencialmente no significado e na abrangência que o conceito de solidariedade assume na modernidade. *“Pensamos que, tratando-se de economia solidária, e diferentemente do que ocorre com a solidariedade na sua acepção mais tradicional, tal como vivida no passado da maioria das sociedades humanas (e até mesmo atualmente, em muitos casos), ela, a solidariedade, afirmada como uma ação voluntária das pessoas projeta-se sobre um espaço público. Ou seja, os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração das atividades econômicas, porém com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente etc. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004:18).*

Com isto, os autores querem sugerir a idéia de que a economia solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária (mais tradicional), com uma dimensão

pública (mais moderna), na sua ação. Isto é particularmente evidente nos casos em que a ação associativa, fortemente baseada nos vínculos comunitários, ataca a resolução de problemas públicos concretos ligados às condições de vida das pessoas no contexto de um bairro, por exemplo.

Para os mesmos autores, é exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental.

Entretanto, os mesmos reconhecem que esse esforço de tentar salientar e estabelecer os traços comuns à emergência do fenômeno na modernidade, não é feito sem dificuldades, considerando que enormes diferenças entre os distintos contextos de realidade, sejam em escala mundial, continental, nacional, regional e local pesam significativamente sobre a configuração das iniciativas. Além das nuances culturais que o próprio conceito de economia solidária pode assumir em diferentes contextos.

A relação entre economia e solidariedade

Para introduzir a abordagem desta problemática conferindo-lhe uma maior inteligibilidade, adotamos uma questão formulada por Laville no seu texto: “com Mauss e Polanyi rumo a uma economia plural”, em virtude da sua relevância para nossa abordagem, pela ênfase que dá à dimensão política do fenômeno de economia e de economia solidária em particular. Mas política na acepção do político enquanto conceito fundacional, na linha de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, definido “*como a totalidade das atividades comunicativas que ocorrem na esfera privada e prolongam-se na esfera pública, quando os cidadãos se reúnem para discutir os fins da sociedade e os meios mais adequados para alcançá-los*” (VANDENBERGHE, 2004:99).

A questão em referência tem a seguinte formulação: *pode a visão de uma outra economia, de um outro mundo, negligenciar uma reflexão sobre as condições democráticas de sua realização?*

Essa questão suscita reflexões e debates visando à explicação e compreensão das dimensões da atividade econômica oculta pela naturalização da economia dominante, para articular esse esforço de inteligibilidade com uma concepção das transformações sociopolíticas que se apóie sobre o debate público.

Por conseguinte, não há um modo único de organização da economia que seria a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de distribuição que coexistem.

Perspectiva Laville (2004) que a referência a uma economia plural não é subentendida por nenhum pressuposto de consenso, constituindo uma grade de análise que apresenta a vantagem de respeitar os fatos e de poder atualizar tanto complementaridades como tensões e conflitos entre as polaridades econômicas.

Nesse sentido, segundo esse autor, Polanyi e Mauss, abrem os caminhos para um projeto de emancipação que recusa o esquecimento do político, ao contrário do que paradoxalmente vem fazendo a retórica revolucionária da eficácia.

Enfatizando a atualidade de um projeto de economia solidária é de se ressaltar que, tanto no passado como no presente, esse projeto só é perceptível através da dupla inscrição na esfera política e na esfera econômica.

Atualmente, a economia solidária pode, em parte, atenuar os efeitos devastadores para a democracia de uma mercantilização e de uma abstração das relações sociais.

Se antigamente, no plano econômico, a economia solidária constituiu uma abertura na direção de uma economia plural quando se implantava uma sociedade industrial baseada no trabalho assalariado, presentemente, ela pode reatar esse élan original na passagem a uma sociedade de serviços, designadamente, apoiando-se sobre formas plurais de trabalho, funcionando como um operador da integração das estratégias de repartição do emprego, de não diferenciação das formas de emprego e de multiplicação das formas de trabalho. Muito embora se reconheça que tal perspectiva não constitua uma solução mágica para a saída da crise.

Ainda, segundo Laville (2004), Polanyi sublinha o valor heurístico de um retorno reflexivo sobre a definição da economia. Com base em Caillé, ele refere que o termo econômico utilizado correntemente para designar um certo tipo de atividade humana oscila entre dois pólos de significação. O primeiro sentido, o formal, provém do caráter lógico da relação entre fins e meios. O segundo, ou o sentido substantivo, trata das relações e das interdependências entre os homens e os meios naturais de onde extraem sua subsistência.

A economia, como conjunto reagrupando as atividades submetidas à necessidade, ou seja, as atividades de produção e distribuição de bens e serviços confronta-se com a questão da escassez dos recursos disponíveis para satisfazer um número ilimitado de necessidades e de desejos humanos. Diante desta exigência, o recurso ao mercado é

apresentado, na ciência econômica ortodoxa, como a realização final de um processo que otimiza o destino e a repartição dos recursos.

Numa perspectiva de sociologia econômica, esta visão que naturaliza o mercado é refutada. A economia é, ao contrário, abordada como uma construção sócio-histórica cuja forma atual não corresponde a uma realização final da evolução humana, mas a uma configuração particular que convém situar em relação àquelas que a precederam. Nessa perspectiva a contribuição de economistas e etnólogos que olharam a sociedade moderna à luz das não modernas, particularmente a pesquisa de Polanyi (2000), fornece uma contribuição preciosa ao distinguir quatro princípios do comportamento econômico, estando cada um associado a um modelo institucional.

Segundo França Filho e Dzimira (2004) são inúmeras as lógicas que perpassam a dinâmica dos empreendimentos de economia solidária, pois com a imbricação entre as dimensões social, econômica e política é a própria perspectiva de entendimento do funcionamento da economia real que deve ser complexificada. É em termos de uma economia plural que se deve raciocinar, ou seja, em termos de uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico.

Postulam que o conceito de economia plural permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial, aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional, ou neoclássica. Esta dimensão não deve ser desprezada, pois dela depende a sobrevivência de uma grande parte da população no mundo. Ao compreendermos assim o fenômeno, filiamo-nos à formulação polanyiana, que identificou quatro grandes princípios do comportamento econômico na sua obra *A Grande Transformação*: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade. Estes princípios podem resumir-se em três formas de economia:

a) Uma economia mercantil fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem - que se mede por seu preço - funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame - ou da relação social - que se busca numa lógica da reciprocidade.

b) Uma economia não-mercantil fundada na redistribuição, isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior - o Estado - que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los.

c) Uma economia não-monetária fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relações de troca orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada e descrita por Marcel Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele de dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, ela é essencialmente paradoxal.

Na prática, pois, não apenas as economias de mercado não são mercantis, como ainda sua prosperidade repousa sobre os pólos não-mercantil, especialmente na infraestrutura financiada pelos poderes públicos, e não-monetário, também chamado pólo de reciprocidade, isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas etc., que contribuem de modo central com o processo de socialização dos indivíduos.

Segundo os mesmos autores, esta visão mais abrangente da economia implica, na verdade, enxergar estes três pólos em sua complementaridade, simultaneamente criadores e consumidores de riqueza. Nesta perspectiva da economia, sua redução à idéia do mercado, torna-se insustentável. E é o próprio mito do progresso, a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que é colocada em questionamento.

Ao partir de uma definição da economia solidária como conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania, o desafio que se coloca a este fenômeno, na perspectiva dos autores, não é o de um substituto da ação do Estado. Ao contrário, seu objetivo é muito mais o de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir uma reimbricação da economia num projeto político de integração social e cultural. É nesse sentido que consideram que a economia solidária apresenta-se como emanção de ações coletivas, buscando a instauração de novos modos de regulação. Na perspectiva da sociologia e da antropologia econômica, dois traços característicos fundamentais resumem a especificidade do fenômeno da economia solidária, erigindo ainda uma hipótese fecunda para sua interpretação como modo de regulação. Os traços em referência são: a hibridação de economias e a construção conjunta da oferta e da demanda.

Hibridação de economias é a combinação de diferentes princípios econômicos, que são também lógicas de ação, presente na maioria dos casos. Tal combinação deve-se à natureza distinta das diversas fontes de recursos mobilizados na prática dessas iniciativas. Tais recursos podem ser de natureza mercantil, pela venda ou prestação de serviços a

particulares, pessoa física ou jurídica, o que configura um recurso ao mercado; são também de natureza não-mercantil, mediante subvenções ou outros financiamentos a atividades provenientes do poder público ou outras instituições públicas, o que configura o ato de recorrer ao Estado ou às instituições públicas da sociedade civil; ou ainda de natureza não-monetária, pela participação voluntária de alguns membros, ou seja, a doação sob forma material ou humana - doação de tempo, por exemplo -, que constitui o recurso privilegiado de uma lógica de reciprocidade ou de uma lógica da dádiva. É essa hibridação de economias que permite, em muitos casos, a sustentabilidade e a perenidade dos projetos criados.

O segundo traço indica que, em matéria de economia solidária, a oferta e a demanda não podem harmonizar pela ação de uma mão invisível. A construção conjunta da oferta e da demanda indica que os serviços são concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais expressas localmente. Ora isso se concretiza em virtude da interação entre os diferentes participantes da iniciativa e os seus estatutos particulares, que podem ser múltiplos ou difusos, isto é, ao mesmo tempo usuários e assalariados ou usuários e voluntários militantes. Daí a idéia de se pensar em termos de espaço público de proximidade como modo de concepção destes serviços, pois os debates concentram-se sobre os problemas reais enfrentados no quotidiano da vida das pessoas, favorecendo o exercício de uma dimensão política nestas experiências.

Em suma, *“a especificidade da economia solidária reside na hibridação de economias - dimensão econômica -, na prática de serviços solidários de proximidade - dimensão social - e na afirmação de sua ação enquanto projeto - dimensão política. A estas três dimensões cabe ainda acrescentar uma quarta, no sentido de reconhecer a importância da dimensão cultural. Ou seja, em muitos casos de economia solidária, os projetos empreendidos são emanção direta da vida cultural dos grupos implicados, incorporando seus costumes, valores e “savoir-faire”. Em outros casos, os próprios projetos definem-se em torno de atividades culturais, a exemplo dos cafés-concerto, restaurantes multiculturais de bairro, e algumas associações culturais”*. (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 2004:147).

Apesar das diferenças fundamentais e dos contornos específicos que assume a manifestação do fenômeno em distintos contextos nomeadamente nos europeu e latino americano, França Filho e Laville (2004) pensam ser possível sugerir um quadro analítico geral. O que, entretanto, implica a desconstrução do modo habitual de conceber a

economia no seu funcionamento real, que a reduz ao princípio mercantil. É, portanto, em termos de economia plural que se deve raciocinar.

Assim, na perspectiva dos autores, economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição. Este conceito de economia solidária se configura, então, como uma projeção ao nível micro e mesossocial deste conceito macrossocial de economia plural: designa efetivamente realidades micro e mesossociais, que constituem formas híbridas das economias mercantil, não-mercantil e não-monetária, e que não se deixam apreender sob a figura única do puro mercado, domínio conhecido e preferido apenas pelos economistas ortodoxos. Nestas experiências, portanto, os recursos são plurais: mercantil pela venda de produtos ou prestação de serviços; não-mercantil, através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas governamentais ou não-governamentais; e não-monetário, através de contribuições voluntárias, de dádivas, principalmente sob a forma de benevolato - dádiva de si mesmo e do seu tempo.

Por outro lado, economia solidária refere-se ainda a experiências em que o emprego não representa um fim em si mesmo. Ele parece representar mais um meio para a descoberta de sentido na elaboração em conjunto de projetos econômicos.

Observa-se, então, que a vocação fundamental de um projeto de economia solidária, situa-se principalmente em dois aspectos. O primeiro, a hibridação de economias, refere-se ao cruzamento de lógicas próprio à dinâmica dessas formas de organização o que, na prática, não acontece sem dificuldades, donde resulta que ao mobilizar diferentes legitimidades, através de uma diversidade de fontes de recursos e, em suma, distintas racionalidades no plano da ação organizacional, estas iniciativas se desenvolvam num jogo de tensão permanente. Neste sentido, constata-se que a perenidade dos projetos de economia solidária, encarnados por suas formas de organização, se joga na capacidade que terão tais iniciativas de encontrar o equilíbrio na gestão desta tensão. Importa sublinhar, que esse equilíbrio implica a subordinação da dimensão instrumental da ação aos objetivos sociais e políticos, ou seja, a dimensão do projeto - na qual se encontra seu sentido. É exatamente quando se inverte o primado de uma racionalidade substantiva sobre aquela mais funcional ou instrumental é que aparecem as maiores dificuldades.

O outro grande desafio inerente a vocação de um projeto de economia solidária é o da afirmação de um agir no espaço público. Isto implica ir além de uma dinâmica comunitária que restringe os benefícios da sua ação ao grupo interno, isto é, apenas à

própria organização e seus membros. A realização de tal vocação passa exatamente pela capacidade que terão essas iniciativas de afirmar um dos seus próprios fundamentos, que inclusive distingue, de modo central, o princípio de uma economia solidária do princípio mercantil ou da economia de mercado: o da construção conjunta da oferta e da demanda. Tratando-se de economia solidária, os produtos e/ou serviços são, então, propostos em função de demandas reais expressos localmente.

A dádiva e o Estado

Sobre a questão de se saber as fontes através das quais se manifestou a resistência à sociedade de mercado, Laville, com base em Mauss, defende que há um elo particular na modernidade entre reciprocidade e redistribuição.

Este autor sustenta que a solidariedade não pode ser idealizada; que a inclinação para ajudar o próximo, valorizada como elemento constituinte da cidadania responsável, carrega em si a ameaça de um dom sem reciprocidade, permitindo apenas como retorno uma gratidão sem limites, criando uma dívida que não poderá jamais ser honrada por seus beneficiários. Os elos de dependência pessoal que favorece correm o risco de manter donatários em situação de inferioridade. De outra forma, é possuidora de um dispositivo de hierarquização social e de manutenção de desigualdades apoiado nas redes sociais de proximidade.

A esta versão benevolente de solidariedade opõe-se a versão da solidariedade como princípio de democratização da sociedade resultando de ações coletivas. Esta supõe uma igualdade de direitos entre as pessoas que dela participam. Menos presente nos países anglo-saxônicos, ela modificou em parte as realidade sul-americanas e europeias continentais. Ao retratar sua gênese, a solidariedade democrática, à qual se relaciona prioritariamente a economia solidária, revela seu tamanho tanto histórico como teórico. Contra o “capitalismo utópico”, a solidariedade constituiu o conceito mobilizado para inventar proteções suscetíveis de limitar os efeitos perturbadores da economia de mercado. Além disso, a solidariedade democrática aparece sob duas faces, uma de reciprocidade, designando o elo social voluntário entre cidadãos livres e iguais e outra redistributiva, designando normas e prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades.

O Estado elabora um modo específico de organização, o social, que torna praticável a extensão da economia mercantil, conciliando-a com a cidadania dos trabalhadores. A

segurança obtida advém, todavia, de um abandono da interrogação política sobre a economia. Entretanto, a relativa democratização da economia, obtida após muita luta, ocorreu em nome da solidariedade. A interdependência evolutiva entre ações associativas e públicas é também um dos principais ensinamentos em uma retrospectiva histórica. Não se trata, com a reatualização da economia solidária, de substituir o Estado pela sociedade civil, mas de combinar a solidariedade distributiva com uma solidariedade mais recíproca para reforçar a capacidade de auto-organização da sociedade.

Esta conclusão - segundo a qual a solidariedade democrática introduz a reciprocidade entre cidadãos no espaço público ao mesmo tempo em que funda uma redistribuição em um Estado de direito - marca distância em relação a autores como Godbout, que privilegiam o dom em relação à reciprocidade e à solidariedade: trata-se de pleitear uma identificação prioritária do que é comum a essas noções e que a gênese do conceito de solidariedade ajuda a reconstituir.

Na perspectiva de Laville, reciprocidade é essencial para que sejam formuladas questões emergentes do mundo vivido em espaços públicos autônomos, que mantêm um potencial de autodeterminação da sociedade. Provavelmente, segundo o autor, a reciprocidade no espaço público é mais característica da modernidade que o dom aos estrangeiros; aliás, a ameaça de dominação depende menos do sentido atribuído ao gesto do dom que à igualdade entre o donatário e o doador no acesso à experiência da reciprocidade, quando o acesso é aberto aos cidadãos livres e iguais em direito, o que corresponde à primeira definição da solidariedade democrática. A dívida positiva pode existir muito mais quando se é liberado do sentimento de superioridade do doador.

Por outro lado, a passagem para a segunda definição da solidariedade democrática, fundamentada na distribuição, pode, inegavelmente, conduzir a uma obrigação que nega a liberdade, no caso de esta emanar de uma autoridade pública que se burocratizou e se tornou o instrumento de uma colonização pelos sistemas dos “mundos vencidos”. Mas este risco não eliminará a interdependência entre reciprocidade e distribuição, pois a diferença entre reciprocidade e distribuição não deve fazer esquecer que elas conhecem um engendramento mútuo a partir da referência comum à solidariedade.

Segundo Laville (2004), com Mauss e Jaurés, o conceito de solidariedade democrática leva então a insistir sobre as relações estreitas entre dom, reciprocidade e redistribuição, em vez de sublinhar suas diferenças.

Martins (2004) postula que de uma maneira geral, as políticas de descentralização estão colocando novos desafios para a gestão estatal, implicando, igualmente, na

necessidade do Estado fazer alianças com associações não governamentais e associações locais, contribuindo para estimular diversas mobilizações cívicas e autonomizantes.

Defende ainda a tese de que existe um espaço importante para se repensar o Estado, a partir dos recursos oferecidos pelo paradigma da dádiva, sobretudo quando se observa a gestão pública na perspectiva local.

Entretanto, esta posição contraria a sustentada por Godbout (1999) segundo a qual existiria uma contradição entre a exigência de uma certa espontaneidade dos atores sociais envolvidos no sistema de dom/dádiva e a adoção de regras rígidas impostas pelo direito público sobre o comportamento dos atores sociais, limitando largamente as possibilidades de trocas espontâneas entre os atores sociais.

O principal argumento utilizado para negar a possibilidade de existência da dádiva no interior do aparelho estatal é o de que o Estado se afirma precisamente pela usurpação de um espaço de poder que era até então regido pela lei da dádiva. De início, o Estado surgiria para substituir o dom como sistema regulador da vida social. Graças ao mecanismo de apropriação obrigatória das riquezas sociais em mãos dos cidadãos - os impostos -, o Estado criaria uma economia pública, monetária e não mercantil que permitiria estabelecer mecanismos de transferências dessas riquezas acumuladas para a sociedade civil, via mecanismos de redistribuição, como as políticas de renda mínima, por exemplo. Segundo Godbout, num certo momento histórico o Estado libera a dádiva como sistema regulador da vida social. Pelo pagamento de transferências diretas e indiretas, ele assume responsabilidades que liberam os membros das redes primárias de suas obrigações mútuas. Esta função reguladora do Estado é justificada, sobretudo, pela necessidade de se preservar a idéia de bem público, pois, nas ocasiões em que o Estado deixa de exercer esta função de intermediário legítimo, ele se separa da sociedade/comunidade que o legitimou, abrindo espaço para uma crise de legitimidade do sistema de governo. Mesmo assim, Martins contrapõe com a tese de que o sistema burocrático-legal, ao assegurar a igualdade e universalidade dos direitos, contribui para reproduzir o sistema da dádiva entre estranhos, permitindo o surgimento de valores de confiança que são imprescindíveis para a cidadania democrática. Quando as práticas interpessoais são mediadas por uma regulamentação jurídica e administrativa superior à vontade direta dos atores sociais, surge a possibilidade de uma dádiva entre estranhos a favor da cidadania democrática. Assim, ao diferenciar as funções de regulação e de redistribuição da ação estatal, quer sugerir que a dádiva sobrevive nos interstícios do Estado. Deseja ainda sugerir que esta presença da dádiva não constitui uma anomalia residual do sistema político pré-moderno, mas é cimento que une a

sociedade civil e o sistema político. A dádiva constitui o operador simbólico que traduz a decisão burocrática em ação solidária. Ela permite promover pela ampliação da escuta política dos dirigentes públicos a criação de mecanismos de ampliação da demanda social.

A expansão desse papel de prestador de serviços em substituição às redes sociais tem levado invariavelmente o Estado a esquecer sua missão como redistribuidor de riquezas coletivas, como agente que tem a obrigação de retribuir aquilo que não lhe pertence e que foi tomado à força aos membros da coletividade - mesmo que tal violência institucional seja justificada por um bom motivo: a necessidade de estabelecer mecanismos de igualdade e de universalidade no interior da sociedade.

Vandenberghe (2004), em consonância com os autores atrás referidos, insiste com firmeza no pressuposto de que a dádiva não pertence simplesmente ao passado. Vista e compreendida como geradora formal do vínculo social, seu caráter trans-histórico e relevância paradigmática para análise do social tornam-se claros. Se definirmos sociabilidade primária como a totalidade de relações interpessoais que se desenrolam no mundo da vida e sociabilidade secundária como a totalidade de relações sistêmicas ou funcionais que governam os subsistemas da economia e do Estado, é fácil ver que todo domínio da sociabilidade primária é estruturado pela lógica da dádiva, pelo menos na medida em que não estiver colonizado pela lógica impessoal e reificante do domínio da sociabilidade secundária. Segundo este autor, ainda que a lógica sistêmica da sociabilidade secundária ameace o domínio da sociabilidade primária, os sistemas do mercado e do Estado não poderiam funcionar se não tivessem sucesso em mobilizar a energia afetiva do mundo da vida para os seus próprios fins. Por outras palavras, o domínio da sociabilidade secundária está imerso no da sociabilidade primária, mas, ao mesmo tempo, ameaça subverter a relação hierárquica e encaixar as relações interpessoais no domínio da sociabilidade secundária.

Para barrar essa tendência, é importante que as associações do mundo da vida sejam fortalecidas e que os subsistemas sejam democraticamente domesticados de maneira a não minarem a integridade desse mundo.

Neste sentido, *“podemos ver que as reformulações do projeto socialista avançadas por Habermas e por Mauss justapõem-se: o objetivo do socialismo é limitar democraticamente o alcance da racionalidade impessoalizante dos subsistemas do mercado e do Estado, em favor da racionalidade comunicativa das associações do mundo da vida. Para dizer o mesmo em termos tomados de empréstimo a Polanyi: o intuito é subordinar os subsistemas político e econômico à esfera social, na qual eles estariam*

imersos e atribuir a estes subsistemas o papel subordinado de meios para consecução dos fins sociais que os cidadãos democraticamente decidem perseguir” (VANDENBERGHE, 2004:111). O projeto político-econômico do socialismo converge com os propósitos de uma democracia associativa que devolve, tanto quanto possível, os assuntos da sociedade às auto-organizantes associações do mundo da vida, as quais são publicamente fundadas, mas voluntárias. Dado que o intuito não é abolir o Estado ou o mercado, mas garantir que a força mobilizadora da sociedade não seja minada pelo dinheiro ou pelo poder, a questão é encontrar a política certa para uma economia plural que redefina as relações tradicionais entre o Estado, o mercado e as associações, de uma forma em que as atividades pessoal e socialmente úteis desempenhadas fora do trabalho assalariado tenham uma chance de florescer, revigorando politicamente o tecido social.

Philippe Chaniel (2004) ao problematizar a relação entre sociedade civil, mercado e Estado formula a seguinte questão: *a partir do momento em que não se acredita mais na inocência da ciência, nos benefícios naturais da economia de mercado, no papel por essência salvador do Estado, não cabe aos cidadãos a função de desempenhar o papel crítico de assegurar o desdobramento de uma outra força de regulação social que constitui a solidariedade?* Explicitando melhor a sua formulação, ele sugere duas opções: ou se considera que nossas sociedades, ao se tornarem tão complexas, devem ser pilotadas como sistemas *experts*, por especialistas, pela mediação exclusiva do mercado e do Estado, ou se atribui um novo sentido à exigência democrática e cidadã, tentando radicalizar este princípio de reciprocidade. Se as velhas noções do espírito público, de compromisso com o bem comum, com o interesse geral têm ainda um sentido, elas pressupõem a ética da responsabilidade e da solidariedade.

Ele argumenta que hoje é, sobretudo, no campo da sociedade civil, na rede de suas associações múltiplas, sobre o terreno concreto da vida cotidiana, que a luta contra a desmedida e a favor da participação cidadã desenvolve-se, dia após dia, no âmbito das culturas e dos regimes políticos mais variados.

Na sua perspectiva, a sociedade civil contemporânea pode, assim, ser definida como uma sociedade cívica e solidária em busca de uma democracia duradoura que a exprima. O desafio de uma política da sociedade civil consiste, neste sentido, não somente em defender a autonomia da sociedade civil diante das ameaças que fazem pesar sobre a sua integridade o Estado e o mercado, mas também democratizar estes três pólos, por um lado, favorecendo, no seio da sociedade civil, o reforço dos compromissos e das solidariedades voluntárias e quebrando os quadros hierárquicos tradicionais de dominação;

por outro, constituindo esta sociedade civil como o vetor de uma democratização das instituições políticas e de uma domesticação da racionalidade - ou irracionalidade - mercantil.

Chanial ainda defende que *“A política da sociedade civil, por exigir garantias jurídicas - um sistema de direitos fundamentais instituídos e aprovados - não é auto-suficiente. Não há sociedade civil sem comunidade jurídica. Do mesmo modo, a sociedade civil não é plenamente independente do Estado. Não há sociedade civil sem a comunidade política. Certamente, o Estado democrático depende hoje primeiramente da vitalidade da vida associativa na sociedade civil. Mas, por outro lado, uma sociedade civil democrática apenas pode desabrochar-se em um Estado democrático. As suas associações não poderão desenvolver-se, reforçar a participação quotidiana da maioria, incentivar as pessoas a ajudar a si mesmas, sem a ajuda do Estado. É por esta razão que o argumento da sociedade civil não pode reduzir-se ao slogan liberal ‘a sociedade civil contra o Estado’”* (in MARTINS e NUNES (ORGS), 2004:68). Porque a sociedade civil é marcada ao mesmo tempo pela desigualdade, pela fragmentação e pela descontinuidade, ela não poderá realizar sua missão de salvar o Estado democrático sem o auxílio deste mesmo Estado do qual ela é a suposta salvadora. Segundo este autor, nas condições do pluralismo contemporâneo, o papel do Estado deve, por conseguinte, consistir não somente em contribuir para democratizar a sociedade civil, afrontando as desigualdades e as múltiplas formas de opressão ou de sectarismo que emergem no mundo associativo, mas igualmente abrir mais largamente a esfera democrática a fim de moderar as diferenças entre as associações e os recessos identitários; e, por último, remediar o carácter descontínuo e, frequentemente caótico do compromisso benévolo, fazendo, por exemplo, do voluntariado um trabalho estável com status reconhecido.

Neste sentido, só um Estado solidário poderá reforçar e ajudar uma sociedade solidária e vice versa. Isto supõe identidades políticas fortes, uma ética cívica alimentada por sentido de pertença e um sentimento de fidelidade à comunidade política. Contrariamente ao mito mantido por certos socialistas - dentre os quais Marx -, a política da sociedade civil como política da autonomia e como política da solidariedade reconhece não somente a necessidade de uma permanência do Estado, mas também, uma redefinição do seu papel: garantir, sobretudo, condições favoráveis à multiplicação de formas de cooperação mútua, livres, igualitárias e solidárias.

Numa perspectiva que reflete uma posição mais de conciliação, sinergia e parceria, Vandenberghe (2004), advoga que ao combinar a lógica da dádiva recíproca, a lógica

competitiva do livre mercado e a lógica redistributiva do Estado igualitário, o setor associativo, no qual a maior parte dos serviços está concentrado, é um híbrido institucional do mercado, do não-mercado e da economia não-monetária. Dado que as associações não pretendem gerar lucro em primeiro lugar, a participação voluntária dos seus membros e as vendas dos serviços ou produtos que elas oferecem não são, em geral, suficientes para manter seus negócios financeiramente desimpedidos. A “militância empreendedora” não remunera. Doações caritativas de indivíduos ou empreendimentos podem ajudar, mas dada sua utilidade social e a redução dos níveis de desemprego que essas associações tornam possível, faz sentido esperar uma contribuição extra por parte das finanças públicas. Ainda que isso transformasse de fato as associações cívicas em instituições “semi-públicas” ou “para-estais”, se elas pretendem escapar à rigidez formal e impessoalizante que caracteriza os serviços públicos, é importante que permaneçam imersas no mundo da vida.

A dádiva e o fenômeno associativo

Em todos os quadrantes da terra se assiste a um desenvolvimento simplesmente espetacular do setor terciário, do voluntariado e do engajamento associativo. No mundo da pobreza, porque o Estado e o mercado, insuficientemente desenvolvidos e estruturados, estão longe de poder garantir a sobrevivência material da totalidade da população. Razão porque, além das solidariedades tradicionais de famílias, deve-se criar solidariedades novas que se exprimem através das cooperativas sociais, das associações e do conjunto das atividades coletivas com fins não lucrativas. Em qualquer dessas formas de organização, é evidente que o engajamento associativo e voluntário implica que a pessoa dê uma parcela de seu tempo e se empenhe pessoalmente em alguma tarefa. O que, em outros termos, significa que ela deve funcionar primeiramente no registro do dom.

Caillé (2002), reportando à essência da associação, sugere que dom, associação e política são realidades indissociáveis que não se podem compreender plenamente a não ser quando interpenetradas uma pela outra.

Na perspectiva de Caillé, uma sociologia do fenômeno associativo deve determinar-se com relação a seis séries de problemas:

O problema da tópica sociológica: na perspectiva de que o registro específico da associação não se deixa facilmente detectar em algumas das grandes ordens da ação social distinguidas pelos tópicos sociológicos existentes. Designadamente, o fato do fenômeno associativo não depender enquanto tal da sociabilidade secundária e, de igual modo, dele

escapar ao registro dominante da primariedade. Portanto, o fato associativo se desenvolve na interface da primariedade e da secundariedade, da comunidade orgânica e da sociedade contratual. Ou melhor, que ele opera uma mescla e uma transformação de lógicas opostas, permitindo realizar tarefas funcionais sob a forma de personalização, ou formar alianças em grande escala, alianças próprias da macrosociedade, sem, no entanto, renunciar à forma da microsociedade. E, para dizê-lo em relação a outros referenciais teóricos, a associação abre aquilo que se poderia denominar de espaços públicos primários que repousam sobre o interconhecimento.

O problema dos móveis da ação: ao fato associativo basta-lhe reconhecer a possibilidade de ações empreendidas sem fim lucrativo, ou que subordinam o fim lucrativo a outras considerações não instrumentais. Assim, onde a economia de mercado funciona sobre o princípio do interesse e da liberdade dos particulares, onde a esfera político-administrativa repousa sobre o princípio do interesse público e da coerção necessária para a realização do mesmo, a associação, tal como o dom, segundo M. Mauss, repousam sobre um princípio de liberdade e de obrigação intimamente misturados através do qual se realizam interesses comuns. Por conseguinte, onde a obrigação incita a quitar uma dívida, onde o interesse mercantil ou instrumental leva a sair do registro da dívida equilibrando a cada instante os direitos e os deveres, os débitos e os créditos, o dom e a ação associativa estimulam a entrar no ciclo da circulação da dívida que, quando funciona bem, cria o endividamento mútuo positivo (Godbout).

O problema da definição: percebe-se que muitos dos pontos acima frisados têm um alcance sociológico que ultrapassa de longe a definição jurídica e formal da associação, como a formulada pela lei francesa de 1901, como “*o acordo pelo qual duas ou mais pessoas põem em comum, de maneira permanente, seus conhecimentos ou sua atividade com um fim que não seja partilhar um benefício*”.

Caillé considera esta definição como um caso importante, mas, no entanto, particular de uma definição mais geral da associação, como “*O acordo tácito ou explícito, em conformidade ou não com uma lei, escrita ou não escrita, pelo qual duas ou mais pessoas se comprometem, de maneira mais ou menos permanente, a compartilhar seus recursos materiais, seus conhecimentos ou sua atividade, com um fim que é diferente ou que não é principalmente o de compartilhar benefícios materiais*” (CAILLÉ, 2002:151).

O problema da tipologia: dada a imensa variedade empírica de associações definidas pela lei de 1901, e face ao risco de confrontação com um universo quase infinito e heterogêneo resultante de uma definição mais geral da associação, impõe-se, como

orientação, a necessidade premente de se dispor de tipologias assentes sobre princípios claros. Os critérios devem permitir distinguir entre associações compreendidas largo ou *stricto sensu*: o acordo, sempre voluntário por definição, é tácito ou explícito? Público ou secreto? Ou clandestino? Ratificado pela lei, pelo costume ou por coisa alguma? Pode-se ou não sair da associação e em que condições? Os critérios relativos aos fins da associação (econômicos, culturais, pedagógicos esportivos, etc.); os relacionados à sua escala; ao recrutamento dos membros; ao seu grau de autonomia face às outras organizações e ao grau de democracia (autonomia/heteronomia) em seu seio juntamente com o seu grau de auto-referencialidade (se ela está voltada para si mesma ou para o exterior?); enfim, permitir distinguir entre associações secundarizadas, primarizadas, ou em equilíbrio, entre primaridade e secundariedade e, por fim, ter em atenção as pseudo-associações, associações de fachada ou mafiosas.

O problema do lugar do fato associativo do ponto de vista sociológico geral: justifica-se em virtude do fato associativo concreto não ser plenamente compreensível a não ser que se conceba a associação na sua máxima generalidade, como “ad-sociação”, movimento ativo rumo à “sociação”. (algo definível como “socialização”). Em certo sentido, só há duas grandes maneiras de constituir sociedade, de criar um vínculo social onde não existia senão a separação ou a hostilidade: a violência de cima para baixo ou ad-sociação, sendo evidentemente concebível qualquer mistura entre ambos. O dom é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. Ele só pode se formar no registro da incondicionalidade condicional, aquele no qual cada um se compromete a dar incondicionalmente a cada um, mas se mostra igualmente disposto a sair do jogo, a qualquer momento, se os outros não o jogam.

Associação e democracia: uma das razões pelas quais esta questão das modalidades associativas da gênese do vínculo social ficou relativamente obscura é que, até há pouco tempo, o peso da sociedade e da sociabilidade herdadas, de uma parte, o peso da violência, da coerção e da dominação, da outra, tinham tanta preponderância com relação ao da iniciativa voluntária, que a questão poderia parecer como relativamente marginal. Só há pouco tempo as sociedades modernas reconheceram-se como produtoras autônomas de suas próprias normas e como existindo apenas o movimento contínuo da invenção democrática. Portanto, infere-se daí que existe um nexos privilegiado entre associação e democracia. Que, como o dom e o político, são uma só e mesma coisa, mas em escala diferente. Essa hipótese, segundo Caillé, por sua natureza, tende a lançar a interrogação sobre o lugar da democracia em nossas sociedades em pistas novas. Pois a sorte da

democracia não se joga somente no nível do pacto coletivo tácito, no nível do político; não apenas no nível da política instituída, no nível do que se poderia designar como os espaços públicos secundários. Ele joga também, e talvez em primeiro lugar, no seio desses espaços públicos primários que são as associações.

Sobre *o primário e o secundário; o privado e o público*: Caillé esclarece: “*nossas distinções e nossas tipologias serão com toda a certeza mais claras se não as fundarmos somente sobre a oposição entre o primário e o secundário, mas sobre um cruzamento dessa oposição com aquela do privado e do público. Assim fica fácil, no seio da sociabilidade secundária, distinguir entre um secundário privado (a empresa, o mercado) e um secundário público (o Estado e a administração). Da mesma forma e simetricamente se impõe com toda a naturalidade ao espírito a distinção entre um primário privado (a família, o âmbito doméstico) e um primário público (o associativo, as corporações, as confrarias, o espaço público do interconhecimento). Assim, o lugar das associações parece que foi perfeitamente encontrado, o primário público*” (CAILLÉ, 2002:155-156). O que, entretanto, segundo o autor, encerra uma certa ilusão porque tanto a família como a empresa e o Estado podem ser considerados também como associações.

A especificidade do fenômeno associativo

“*A associação no sentido moderno do termo aparece caracterizada por uma dimensão de livre vontade, de um lado, e pela ausência de fins lucrativos, de outro. Precisamente, é possível considerar como associações todas as formas de livre união de recursos diversos que subordinam as regras ou o lucro material a fins de solidariedade - amizade, camaradagem, boa vizinhança, aimance em uma palavra - de par com prazer, espontaneidade e inventividade*” (CAILLÉ, 2004:19). Os anglo-saxões insistem sobre o critério de ausência de fins lucrativos, o que os conduzem a excluir do campo da associação as cooperativas, as caixas de previdência, ou os sindicatos; os europeus continentais colocam no primeiro plano o critério de solidariedade, o que os leva a defender uma concepção mais vasta do terceiro setor. Isto com certa razão, pois a ausência de fins lucrativos não deve ser considerada como um fim em si, no mesmo plano que o espírito de amizade e de democracia que deve conduzir o funcionamento das associações.

Por seu turno, prossegue Caillé, a teoria econômica das associações apresentada por Laville, vê nelas o resultado da inconsistência dos contratos e do mercado, de um lado, e da ausência crescente do Estado, de outro. Nesse sentido, existem associações porque o

mercado ou o Estado não sabem tudo, não conhecem as novas necessidades, porque existem assimetrias de informação, viscosidade, etc. Mas, de direito, na lógica da teoria econômica, todas as associações teriam vocação para se tornarem mercantis ou públicas.

“Distingamos então, no interior da nebulosa das associações modernas, as associações de pleno direito, no sentido em que acordam o privilégio ao vínculo sobre o bem e ao entusiasmo sobre as rotinas, daquelas que poderíamos chamar de associações de fato pleno, pois adotam a forma jurídica da lei de 1901, mas aparecem como substitutas de empresas ou de administrações ausentes” (CAILLÉ, 2004:20). São, antes de tudo, associações que poderíamos qualificar de associações para os outros - em oposição às associações para si -, cujo objetivo primeiro é satisfazer um público diferente dos membros da associação, benevolentes ou profissionais. A lógica do “para os outros” rompe com o princípio da mutualidade e da reciprocidade, cria uma brecha na qual prosperam as tendências à burocratização.

Na formulação de Caillé (2004), as associações primárias reúnem pessoas - e não indivíduos - definidas primeiramente por seu pertencimento a linhagens familiares e as localidades também inscritas em histórias e geografias determinadas. Ao contrário, a filosofia contratualista moderna - o pensamento do direito natural - faz sociedade não mais com pessoas, sempre já inscritas nas associações ‘naturais’ primeiras - família, vizinhança etc. -, mas com indivíduos singulares ‘que não são (não ainda) associados se bem que associáveis’, tendo como princípio de legitimação o consentimento.

Às duas formas de sociedade histórica correspondem dois tipos de sociabilidade igualmente contrastantes. A sociabilidade primária e a sociabilidade secundária, ou seja, o modo de relação social coextensivo ao que é permitido chamar sociedade primeira, aquela que funciona pela dádiva e pelo simbolismo, e o modo de relação social próprio à sociedade segunda, a sociedade da lei, pela qual se entende ao mesmo tempo a lei da utilidade funcional e a lei moral. Na sociabilidade primeira, reina um princípio de personalização que permite afirmar que as pessoas são mais importantes - de direito e de fato - que as funções por elas exercidas. Na sociabilidade secundária, ao contrário, a exigência de eficiência funcional é hierarquicamente primeira em relação à personalidade das pessoas que desempenham as funções. A sociabilidade primária funciona pelo interconhecimento e pela dádiva. A secundária, ao mesmo tempo, pela impessoalidade e pela funcionalidade.

Dentre as tipologias de associações apresentadas por Caillé destacamos, especialmente, a de *associações híbridas* em virtude destas, pelas suas características,

apresentarem maior potencial compreensivo e explicativo das associações que integram o campo da nossa observação e análise empíricas.

As associações híbridas são geralmente aquelas cujos membros se caracterizam por um multipertencimento. Nascidas de deficiências de aparelhos próprios à sociabilidade secundária, da incompletude do mercado ou da administração, destinadas a sustentar suas demandas as mais evidentes, elas reintroduzem no seio de uma lógica associativa que tem a ver com a primariedade certos limites próprios à sociabilidade secundária. Formadas a partir da exigência de reciprocidade e de dádiva inerentes ao espírito da associação, elas são híbridas, cruzando-se nos limites da eficácia técnica, jurídica, administrativa, mediática ou mercantil, que estruturam o domínio da sociabilidade secundária. Elas não gozam de uma sociabilidade primária já organizada, constituída ou instituída. Visam, ao contrário, criar e estruturar ali onde não existe ou não existe ainda associação ou onde ela permanece informe ou potencial.

Estas associações híbridas, próprias de uma contemporaneidade bastante recente, subdividem-se em dois grandes tipos, o primeiro mais próximo do pólo do privado e o segundo do público.

As associações de economia solidária, que são o foco desta análise, inscrevem-se no quadro do que se reconhece frequentemente sob a etiqueta de economia solidária. Sua vocação é inicialmente remediar as insuficiências econômicas do mercado e do Estado, permitindo àqueles que não encontram emprego, sem atividade plena no interior de empresa ou de administração, ou que não o desejam produzirem as condições materiais de sua existência social no âmbito de uma sociabilidade primária - ou primária secundária - associacionista menos desencorajadora que a fria funcionalidade inerente à sociabilidade secundária.

As associações de militância moral dizem respeito às associações híbridas. O campo que essas associações ocupam é extraordinariamente fragmentado, pois se diversifica em tantos domínios quanto existem causas a defender. Essas associações estão para o Estado e a administração pública como as associações de economia solidária estão para o mercado.

A questão da democracia nas associações híbridas não deixa de colocar um certo número de problemas evidentes. Quanto mais se especializam, mais ficam imbuídas de provar sua experiência funcional e mais se distanciam os membros permanentes - sejam eles assalariados ou voluntários - dos militantes ou voluntários ocasionais e das populações ajudadas. O fato de essas associações serem frequentemente associações para outros - que

falam e agem em nome de outros - torna um pouco incerta a motivação dos militantes mais engajados e tende a transformá-las seja em organizações que se comportam como verdadeiros minipartidos, no caso das associações de militância moral, seja em organizações muito próximas à razão social de uma empresa ou ainda verdadeiras administradoras, no caso de empresas de economia solidária, quando voltam-se para a inserção e esquecem a motivação propriamente democrática.

Outro problema de peso - colocado à democracia pela proliferação de associações híbridas - não tem relação com a sua lógica interna de funcionamento, mas com o fato de que, em tese, passassem a existir apenas associações específicas, todas se ocupando da defesa de vítimas particulares. Nessa circunstância, não veríamos mais quais seriam as encarregadas de colocar o problema da construção e defesa de um modo de funcionamento democrático global, no quadro geral em que as múltiplas associações especializadas poderiam articular-se e encontrar seu lugar, ao lado do mercado e dos Estados.

Capítulo 2.

BASE METODOLÓGICA

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1978:13).

Queríamos começar apresentando algumas considerações de natureza epistemológicas por as considerarmos relevantes para a abordagem que adotamos na presente pesquisa e para a inteligibilidade da realidade concreta da manifestação dos fenômenos objetos da nossa observação. Do nosso ponto de vista, a nossa preocupação de pesquisa, em certa medida, encontra-se perfeitamente traduzida nas reflexões explanadas por Zaoual (2006), e Santos (2002), em que estes fazem uma espécie de apologia da necessidade de se adotar uma atitude de permanente *vigilância epistemológica* e metodológica na preparação e no desenrolar do processo de investigação teórica e empírica sobre as formas de organização econômicas que se regem por princípios não capitalistas.

Por outro lado, a justificativa para a nossa opção resulta do fato de termos constatado serem escassos ou mesmo inexistentes reflexões dessa natureza - com alguma sistematização - voltada especificamente para a problemática da economia solidária em particular e para a dos empreendimentos econômicos alternativos em geral.

A questão que, de início, pode, entretanto, colocar-se é a de se saber se essa perspectiva tem algo a ver com o paradigma da dádiva. A esse respeito, é nossa convicção de que têm tudo a ver um com o outro. Senão vejamos como o autor se posiciona perante os dois paradigmas clássicos e predominantes das ciências sociais, o holismo e o individualismo metodológico: *”A questão do ‘todo e seus indivíduos’ já fez derramar muita tinta. E as noções que estão em jogo são ambíguas. A experiência mostra que não se deve ceder nem a um lado nem ao outro, sendo sempre uma questão do justo meio. O holismo conduz ao romantismo e até ao totalitarismo de entidades coletivas e o individualismo metodológico à apreensão do indivíduo fora do contexto no qual ele evolui (Boyer, 1999). É esse duplo obstáculo que a teoria dos sítios tenta evitar, pondo em*

evidência as formas de autonomia relativa e interacionista dos atores” (ZAOUAL, 2006:121).

Além disso, Zaoual defende uma filosofia de pesquisa que se enquadra numa abordagem pluralista dos fenômenos econômicos, consubstanciado na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, em que os comportamentos das organizações e dos sistemas econômicos são apreendidos com base nos contextos de ação dos agentes que os animam e os moldam. Esses agentes são as configurações do *homo situs*, ou seja, homem da situação munido de e movido por uma *racionalidade situada*.

Ele postula que se ficarmos apegados às definições e visões do homem e da sociedade que o sistema capitalista elaborou, as alternativas econômicas não capitalistas não transcenderão o paradigma do progresso. Chama atenção para o fato de todos os conceitos que utilizamos estarem impregnados da civilização econômica do capital; aponta, inclusive, o problema das ambigüidades transmitidas pelo vocabulário proliferante das alternativas que estão se desenhando em diferentes regiões do mundo.

Na mesma linha, Santos (2002), sugere que antes de avançarmos para análise das iniciativas e propostas concretas, é necessário precisar os termos geralmente utilizados nas discussões sobre estes temas. Por exemplo, na falta de um termo melhor, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são frequentemente qualificadas como “alternativas”. Assim sendo, diz-se “globalização alternativa”, “economias alternativas”, “desenvolvimento alternativo”, etc. Em vez de uma mudança de linguagem, o que se exige no início de uma interrogação que procura teorizar e tornar visível o espectro de alternativas é formular a pergunta óbvia: alternativo em relação a quê? Ou seja, quais são os valores e práticas capitalistas que essas alternativas criticam e procuram superar?

Radicalizando um pouco, Zaoual ressalta que não basta acrescentar qualificativos como *local, sustentável, social, solidário*, justo a categorias pertencentes a seu paradigma, como desenvolvimento, economia, comércio, democracia, etc., para encontrar uma verdadeira visão paradigmática da alternativa às práticas desse sistema. Ademais, todas essas concepções e práticas podem ser recuperadas e recicladas nas capacidades de adaptação de que é capaz a civilização econômica. Por exemplo, a feição *simpática* de uma noção como a de desenvolvimento local não deve nos iludir, pois o conceito de desenvolvimento prolonga uma visão que nega a diversidade e mesmo a necessidade da existência das outras dimensões da vida social. Ele é, antes de tudo, de essência econômica. Portanto, o rótulo local não garante uma verdadeira mudança de paradigma. “É o ‘mesmo’ que se dissolve no sítio para melhor acostamá-lo à cultura da acumulação e à

competição que, aliás, acabam corroendo os valores de coesão que o desenvolvimento local pretende estabelecer, e assim por diante. Há então antinomia como no caso de desenvolvimento sustentável, na medida em que a lógica do lucro é incompatível com o respeito da biodiversidade e à continuidade do vínculo social” (ZAOUAL, 2006:140).

A perspectiva de Zaoual é que a crise está desestabilizando o saber econômico, e que devido à urgência dos problemas de desemprego e de exclusão que assolam o planeta, surgiu um vocabulário proliferante sobre as alternativas ou eventuais correções: economia informal, setor não estruturado, economia subterrânea, economia de reciprocidade, economia comunitária, economia solidária e alternativa, terceiro setor, etc. Tudo isso gera perturbações paradigmáticas e semânticas. Donde resulta que nem sempre sabemos do que estamos falando.

Ora, a epistemologia das ciências nos ensina que os conceitos determinam o que observamos e quantificamos. Esses mesmos conceitos adquirem seu significado profundo com base na teoria que os organiza.

Nesse sentido, os principais defeitos de uma teoria emergente residem também nos termos que usa para designar os fenômenos que procura interpretar. Dado que nada é neutro em ciência, as crenças científicas e as definições, como também os princípios sobre os quais se constroem uma disciplina, um paradigma ou uma teoria, condicionam amplamente seu desenvolvimento intelectual e, mais tarde, sua impotência em decifrar as realidades. Pensa-se apenas no que se acredita e mede-se apenas o que se pensa.

Segundo Zaoual, o primeiro passo para uma real emancipação consiste na inovação conceitual que dará um verdadeiro sentido às práticas e à confusão dos fatos observáveis. Neste nível é preciso clarificar a terminologia; este trabalho é central para consolidar um verdadeiro discurso alternativo e coerente consigo próprio e com os fatos observados. Isto é requisito para ser aceito na arena científica e mobilizador no plano político. Nesta perspectiva, o discurso produzirá sentido. Tal objetivo é necessário para corrigir as principais deficiências dos múltiplos movimentos e correntes de pensamento que observamos no plano do que ele designa por economia dissidente em seu conjunto.

Relativamente à pergunta se pode o econômico ser solidário e plural?

Esclarece que como nos países do Sul, a atualidade econômica nos países globalmente ricos é, também, marcada pelo crescimento das práticas econômicas híbridas enraizadas nos territórios. Ao lado dos setores mercantil e público que, supostamente, funcionam segundo princípios próprios e claramente definidos, está havendo uma proliferação de práticas que remetem ao desenvolvimento local, à economia social, à

economia solidária, etc. Tais práticas apresentam relações estreitas com os territórios dos quais estão emergindo. Elas põem em relação uma variedade de atores em espaços mutáveis e sempre singulares dependendo de suas trajetórias históricas. Nessa circunstância, a hegemonia do pensamento único revela-se incapaz de classificar em uma mesma grade o conjunto desses fatos econômicos e sociais observáveis.

Ressalta, entretanto, que a retomada no Sul e no Norte do debate sobre o *desenvolvimento* através da noção de *desenvolvimento local* não esclarece os enigmas que se formam. Outrossim, a noção em questão não é objeto de um verdadeiro consenso, ainda que pereça simpática com relação aos sítios locais. É verdade que a literatura especializada tem a preocupação de ser realista quanto ao caráter incontornável da participação dos atores na mudança de sua situação e isso já é um passo adiante com relação ao caráter mecanicista dos grandes modelos macroeconômicos. Falta, contudo, elucidar o sentido e a direção a dar a tais abordagens: se é do local para o global? Ou do local que procura emancipar-se do global? Saber se isto é realmente possível? Ou, então, saber se a economia solidária e o desenvolvimento local estão a procura de mercados que ainda estavam despercebidos? Efetivamente, “há risco de voltar, a qualquer momento, à visão e às leis do sistema que está na origem da exclusão e dos problemas tratados em tais abordagens! Fechando o círculo, volta-se ao ponto de partida. Aliás, a performance dos projetos sustentados por organizações não-mercantis tende a ser avaliada com regras e critérios de mercado, pelo menos para períodos de médio ou longo prazo. O sistema não pensa de modo híbrido!” (ZAOUAL, 2006:182-183).

Argumenta ainda que hoje, a experiência exige uma recomposição dos saberes, das disciplinas e das culturas rumo a um paradigma capaz de pensar e de contribuir para construir conceitos e ferramentas humanamente operacionais. Esse paradigma só poderá ser construído sobre os escombros do pensamento global, apostando em uma abordagem mais modesta e flexível para adaptar a grande variedade do nosso mundo. Esta abertura científica é também ética, na medida em que deve integrar os múltiplos sentidos que os homens dão aos seus mundos. Nessa perspectiva, o paradigma dos sítios, ou diria, o paradigma da dádiva, constitui uma das variantes entre as alternativas procuradas. Integrando as crenças dos atores de base, ele demonstra que as leis econômicas são construções sociais situadas no tempo, no espaço, e no mundo imaginário dos homens, daí sua relatividade. Enfim, o postulado do fim de uma ciência uniforme, início de uma ciência plural!

O objeto

Em Cabo Verde, até recentemente, a expressão economia solidária não era utilizada quando se referia às atividades ou às formas de organização que assumem as diversas iniciativas e experiências emanadas da sociedade.

Este setor de atividade é normalmente identificado sob a forma jurídica, a natureza e os fins que dão corpo e substrato às organizações, ou seja, designado genericamente por: associativismo, cooperativismo, organizações não governamentais, organizações de sociedade civil ou associação de..., associação para..., etc. Hoje, ainda que de forma tímida e esporádica, já se começa a ouvir um ou outro político ou intelectual referir-se a essas iniciativas e experiências como economia social ou solidária, mas parece prevalecer uma certa ambigüidade sobre o sentido desses conceitos e as realidades a que dizem respeito.

Assim, tanto uma associação de base comunitária, como um grupo recreativo, desportivo e cultural, uma ONG de desenvolvimento ou ainda uma Plataforma Nacional das ONG's, são tratados indiferentemente por ONG's, enquanto representam, na prática, níveis de organização, responsabilidade e interlocução, bem como de interpretação de processos participativos e de desenvolvimento, bem diferenciados.

Aliás, o conceito de ONG, tal como é entendido na plano internacional, não existe no nosso ordenamento jurídico, o que tem provocado confusão de papéis, dificultado a tipificação das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e o relacionamento destas com os poderes públicos, bem como as relações dentro do tecido associativo nacional.

O critério definidor e de enquadramento é, essencialmente, de natureza técnico-jurídico, pelo que uma diferenciação se justifica, tendo em conta a realidade concreta do tecido associativo nacional, nomeadamente o objecto, o âmbito geográfico de acção e os objectivos perseguidos pelas diferentes entes associativos de fins não lucrativo. Portanto, uma tipificação se impõe, na perspectiva de clarificação dos papéis e dos níveis de responsabilidade, o que terá os seus efeitos na definição de estratégias de parcerias e relações institucionais entre o Governo, os municípios e as OSC.

É assim que ao iniciar o estudo do tema economia solidária, direccionando a pesquisa empírica para a observação e análise do caso da experiência cabo-verdiana, numa primeira abordagem, a questão sobre a qual, de imediato, tivemos que refletir foi a de saber se efetivamente existem em Cabo Verde iniciativas e experiências que se conformam ao conceito de economia solidária e aos princípios que organizam a diversidade de práticas

referenciadas pela literatura especializada, relativas aos múltiplos contextos de manifestação do fenômeno em todo o mundo. Isso porque, inicialmente, e num primeiro impulso, a nossa atitude foi a de entendermos uma eventual economia solidária cabo-verdiana como um dado, portanto, como um ponto de chegada, quando, na verdade, a postura mais adequada seria a de admitirmos a possibilidade da sua hipotética existência, perspectivando-a, por conseguinte, como um ponto de partida da démarche da nossa pesquisa.

Seguidamente, já numa preocupação de tentar delimitar e precisar o nosso objeto de pesquisa, a nossa reflexão se orientou pela questão de saber e de identificar que tipo de práticas se conforma sob tal denominação, apontar suas principais características e o tipo de problemática que envolveu o seu engendramento e sua situação no espaço vivido do contexto cabo-verdiano.

Considerando que não seria factível nem viável que o âmbito do objeto de pesquisa abarcasse todo o universo de iniciativas e experiências disseminadas pelas diferentes ilhas do arquipélago, a opção foi a de restringirmos o objeto empírico ao meio rural do interior da Ilha de Santiago, a maior e a mais populosa Ilha do país, que alberga mais de metade da população residente, estimada em 500 mil habitantes.

Assim sendo, elegemos como objeto da nossa observação as ACDs - Associações Comunitárias de Desenvolvimento ou Associações de Base, que se definem como associações de âmbito estritamente local e territorial, que visam promover o desenvolvimento das comunidades locais ou a realização de fins específicos, que não tenham por objeto a função de intermediação no desenvolvimento.

Por conseguinte, tendo como espaço territorial e referente empírico as comunidades rurais do interior da Ilha de Santiago, atendendo a natureza do nosso objeto de pesquisa, formulamos uma hipótese geral de que: *o contexto atual de um projeto de economia solidária cabo-verdiana, do ponto de vista da sua manifestação concreta na realidade, é melhor representado pelas associações comunitárias de desenvolvimento das comunidades rurais do interior de Santiago.*

Assim, tomando como horizonte temporal o período que vai de 1990 a 2007, partimos para o terreno para observar e identificar os traços característicos principais da estrutura, organização e funcionamento dessas associações sob a suposição de que elas configuram-se como iniciativas e experiências de economia solidária.

A pergunta que pretendemos responder nesta dissertação de mestrado tem como objetivo identificar e apresentar os principais indícios de que existem de fato iniciativas e

experiências de economia solidária em Cabo Verde; a forma de organização característica que essas práticas assumem e se manifestam na realidade concreta do espaço cabo-verdiano.

Visando conferir alguma fundamentação e sistematização ao objeto acima mencionado, importa enfatizar que todo empreendimento solidário é, ao mesmo tempo, uma associação comunitária; que quem se associa a ela não faz um contrato de trabalho, mas entra numa união em que seu destino individual tende a se confundir com os de seus companheiros e que, por isso, o processo do aprendizado coletivo que vai viabilizar o empreendimento começa antes mesmo que ele venha a funcionar.

De modo que, além da geração de renda, é ainda objetivo dos trabalhadores associados a promoção de atividades que normalmente se denominam de desenvolvimento comunitário, ou seja, aquelas atividades cuja finalidade é a satisfação de outras necessidades humanas como educação, saúde, formação e aperfeiçoamento profissionais, ambiente, cultura e lazer, promovidas de maneira formal ou informal, isolada ou em parceria com outras entidades, cujo objetivo é a satisfação das necessidades imateriais de seus integrantes e da comunidade local.

Esses empreendimentos comunitários são, de uma maneira geral, alternativas de renda para pessoas marginalizadas do mercado formal de trabalho. Seus integrantes, em geral, têm baixa ou nenhuma escolaridade (em alguns casos), precária ou nenhuma qualificação profissional. A participação das mulheres é geralmente superior a dos homens; localizam-se, nas periferias dos centros urbanos, mas principalmente, no campo. Têm como parceiros privilegiados entidades como: o governo, a cooperação internacional bilateral, multilateral e descentralizada, os municípios, as ONGs estrangeiras, etc.

Parte-se, igualmente, do pressuposto de que, pelo menos no caso cabo-verdiano, a abordagem de um projeto de economia solidária é um dos instrumentos mais adequados do ponto de vista teórico, metodológico e prático para os objetivos da luta para a erradicação da pobreza nessas comunidades. Por isso, busca-se visualizar em que medida os programas, projetos e atividades desenvolvidos por essas associações, organizadas e orientadas pelos princípios de solidariedade, têm contribuído para o melhoramento das condições de vida dos seus associados e das respectivas comunidades. Num segundo momento, o objetivo é o de analisar as práticas dos trabalhadores associados, procurando compreender designadamente, as motivações que os levam a enfrentar associativamente, seus problemas de subsistência e de satisfação de suas necessidades básicas; inquirir sobre a forma como organizam o trabalho, como funcionam e deliberam os órgãos sociais, como

distribuem os excedentes ou sobras, como se dá o processo de participação e socialização do saber no cotidiano da produção de bens e serviços, a participação no processo de tomada de decisões, e, também, procurar saber junto aos trabalhadores associados, em que medida as iniciativas de geração de trabalho e renda se configuram como algo alternativo à lógica do capital, ou se apenas são uma solução transitória face à crise do trabalho.

Os procedimentos de pesquisa

Para organização e desenvolvimento da pesquisa começamos escolhendo a economia solidária como tema da pesquisa, elegendo como objeto de observação e análise empíricas o caso da experiência cabo-verdiana, tomando como horizonte temporal o período de 1990 a 2007.

Seguidamente, debruçamos sobre o problema da definição, delimitação e construção do objeto de pesquisa a partir da formulação de uma questão inicial.

Concomitantemente a essas operações fomos pesquisando informações e documentação relacionadas com o tema e objeto de pesquisa, dando seqüência às seguintes tarefas:

Seleção de um número razoável de leituras pertinentes que conferissem inteligibilidade à análise, interpretação e compreensão do objeto de estudo;

Organização, realização e tratamento das leituras de modo a se tirar delas o máximo de proveito;

Construção da problemática da pesquisa, ou seja, a abordagem ou perspectiva teórica que adotamos para tratar o problema posto pela questão inicial e pelo objeto de pesquisa;

Construção do modelo de análise que constitui uma charneira entre a problemática ou a perspectiva teórica adotada e o objeto de estudo empírico. A partir do objeto de pesquisa traduzido numa hipótese de trabalho (fundada sobre uma reflexão teórica e algum conhecimento prévio do objeto), dentre os vários dados disponíveis sobre o mesmo definimos o critério de seleção dos dados relevantes e úteis para testá-la.

Construção de conceitos: consiste em determinar as dimensões que os constituem e pelas quais elas darão conta do real; precisar os indicadores graça aos quais essas dimensões poderão ser medidas. No caso concreto desta pesquisa consistiu essencialmente em determinar as dimensões ou aspectos ligados às práticas cotidianas das associações objeto de estudo, com um foco especial nas dimensões da estrutura, organização e

funcionamento das mesmas, estando atento a eventuais incongruências entre a organização formal plasmada nos estatutos e a organização informal forjada nas contingências do cotidiano da *práxis*.

Atendendo que o cerne do nosso objeto é observar e identificar os traços característicos principais das associações comunitárias de desenvolvimento do interior de Santiago que genuinamente as configuram como sendo iniciativas e experiências de economia solidária, centramos nossa observação nas práticas dessas associações procurando compreender designadamente, as motivações que levaram os membros a enfrentar, associativamente, seus problemas de subsistência e de satisfação de suas necessidades; a forma como organizam o trabalho; como mobilizam recursos para funcionamento e financiamento das atividades; como distribuem os excedentes ou sobras; como se dá o processo de participação e socialização do saber no cotidiano da produção de bens e serviços; a participação no processo de tomada de decisões; as condições de viabilidade, continuidade e durabilidade da ação organizativa.

As técnicas e instrumentos de coleta de informações

A observação

Numa perspectiva essencialmente normativa, a observação é o modo privilegiado de contato que se deseja o mais profundo e completo possível com a realidade que se está a investigar. Deve constituir-se essencialmente num olhar ativo e crítico sustentado pela questão inicial e pelas hipóteses de trabalho, cujo papel primordial é o de conferir uma orientação, um fundamento e um sentido ao trabalho de pesquisa, particularmente no processo de seleção e coleta de informações pertinentes e melhor adequadas à verificação das mesmas.

A observação compreende o conjunto das operações pelas quais o modelo de análise (constituído pelas hipóteses e pelos conceitos) é submetido à prova dos fatos, confrontado com os dados observáveis.

Para levar a bom termo o trabalho de observação, é preciso poder responder a três questões:

- Observar o quê? Que consiste na definição de dados pertinentes, ou seja, a questão de saber de que dados o pesquisador necessita para testar suas hipóteses.

- Sobre o quê? É preciso selecionar as unidades de observação; circunscrever o campo de análises empíricas no espaço geográfico e social e no tempo;
- Como? Como observar? Trata-se de elaborar os instrumentos de observação (direta e/ou indireta) e a coleta de dados;

O levantamento das informações

No âmbito da implementação desta pesquisa, considerando a relativa homogeneidade das associações comunitárias constitutivas da realidade empírica da nossa observação no que concerne nomeadamente, a estrutura, organização e finalidade social;

Atendendo as limitações em matéria de recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis para a realização da coleta das informações;

E face à natureza e especificidade do objeto de pesquisa, entendemos que uma amostra de três associações pertencentes a três municípios do interior de Santiago seria adequada e, conseqüentemente, corresponderia aos objetivos pretendidos pela pesquisa.

Entretanto, por último, concluímos que seria muito mais interessante se nos fosse possível observar também associações que comportassem alguma diferenciação a nível das atividades que realizam e dos fins que perseguem.

Assim, em um universo de 72 associações comunitárias localizadas em 7 municípios do interior da Ilha de Santiago escolhemos uma amostra de 6 associações pertencentes a 4 municípios⁷, conforme a seguir indicados:

Associação dos Amigos de Figueira Muita - ADAF, do Município do Tarrafal;

Associação dos Agricultores e Criadores para o Desenvolvimento de Hortelão - Agro-Hortelão, do Município de São Miguel;

Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-Promoção Familiar - Fami-Picos, do Município de São Salvador do Mundo;

Organização das Associações de Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago - OÁSIS, no Município de São Miguel;

Federação das Associações para a Solidariedade Social e o Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago - ASDIS, no Município de São Miguel;

Plataforma Nacional das ONGs⁸, no Município e cidade da Praia.

⁷ Três dessas associações têm sede no Município de São Miguel, porém duas têm caráter regional, cujo âmbito é toda Ilha de Santiago e uma é originária desse Município, da localidade de Hortelão.

Importa ainda destacar algumas características comuns às organizações objeto de análise. No contexto da realidade cabo-verdiana, nomeadamente de Santiago, predominam as associações de primeiro grau⁹ que, entretanto, organizam-se em estruturas associativas de grau superior¹⁰. As organizações objeto de análise no quadro desta pesquisa têm em comum o fato de suas estruturas organizativas resultarem da Lei n.º. 28/III/87, de 31 de Dezembro, isto é todas elas têm um órgão diretivo colegial, uma assembléia deliberativa e um órgão colegial de fiscalização; utilizam a associação como forma jurídica; são organizações sem fins lucrativos; perseguem fins sociais e de solidariedade; são de natureza apolítica; surgiram da necessidade das comunidades locais/territoriais ou das associações se unirem na base do voluntariado, solidariedade, liberdade e igualdade para a resolução de problemas comuns aos seus associados e às suas comunidades em geral, no quadro da luta para a erradicação da pobreza.

O inquérito

A opção foi pela realização de entrevistas semi-diretivas (no sentido de que não é nem inteiramente aberta, nem canalizada por um grande número de perguntas precisas), ou semi-dirigidas, por ser certamente a mais utilizada em pesquisa social.

O objetivo visa a obtenção, através de entrevistas semi-estruturadas, de testemunhos privilegiados junto a individualidades que sejam especialistas ou pelo menos interessadas na problemática da economia solidária; de líderes/dirigentes e profissionais diretamente implicados com o quotidiano dessas organizações; instituições de promoção, apoio e assessoria. Nessa perspectiva, foram entrevistados os representantes das seguintes entidades:

Presidente da Associação dos Amigos de Figueira Muita;

Presidente da Associação Agro-Hortelão;

Gerente Adjunto e responsável da contabilidade da Fami-Picos;

Gerente da OÁSIS - Organização das Associações de Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago;

⁸ É uma federação nacional de associações comunitárias e organizações não governamentais de desenvolvimento, que se constitui como uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica e não governamental, cujo objetivo principal é a promoção do desenvolvimento social e comunitário, nomeadamente através da capacitação institucional das suas associadas e formação dos membros das mesmas.

⁹ São organizações que têm como membros cidadãos numa base do voluntariado.

¹⁰ Estruturas associativas que têm como membros associações e ou ONGs.

Gerente da ASDIS - Federação das Associações para a Solidariedade Social e o Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago;

Presidente da Plataforma Nacional das ONGs.

A pesquisa documental tem como objetivo a análise das condições históricas, econômicas, sociais e políticas da emergência, implantação e desenvolvimento das iniciativas e experiências de economia solidária no contexto cabo-verdiano, um fenômeno cuja manifestação e disseminação, desde a independência nacional em 1975, até a abertura política em 1991, consubstanciaram-se e configuraram-se no movimento cooperativista. Por outro lado, pretende obter uma perspectiva sobre o papel que as cooperativas desempenharam no processo de luta para a erradicação da pobreza e melhoramento das condições de vida das comunidades rurais do interior de Santiago. Assim, essa análise privilegiou os seguintes documentos/instrumentos:

Os estatutos e regulamentos internos das associações objeto de observação;

A Lei nº 35/VI/2003, de 15 de Setembro que define o enquadramento legal das CRP - Comissões Regionais de Parceiros - do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural. As CRP são associações de direito privado, sem fins lucrativos, dotados de personalidade jurídica. Cada CRP é constituída a nível de território de um município que corresponda a uma ilha ou de diferentes municípios da mesma ilha. Elas são constituídas por diferentes parceiros domiciliados na sua área de constituição, designadamente, representantes das associações de desenvolvimento comunitário, das organizações não governamentais para o desenvolvimento, das Câmaras Municipais (Prefeituras) e dos serviços desconcentrados do Estado e demais parceiros locais.

A Lei nº 15/VII/2007, de 10 de Setembro que regula a Atividade de Micro-Finança: *“atividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou para-bancárias, e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional”*.

O Decreto Lei nº. 135/81, de 5 de Dezembro que cria FAC - Fundo de Apoio às Cooperativas - que tem como atribuições o apoio, a consolidação e o desenvolvimento do setor cooperativo pela outorga das ajudas fornecidas ao movimento cooperativo por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais.

O Decreto Lei nº. 96/78, de 21 de Outubro que cria o INC - Instituto Nacional das Cooperativas -, um serviço autónomo do Estado que dinamiza, coordena e orienta todo o movimento cooperativista.

O Decreto Lei nº. 80/79, de 25 de Agosto que aprova as Bases Gerais das Cooperativas;

O Decreto Lei nº 101-H/90, de 23 de Novembro que aprova as (novas) Bases Gerais das Cooperativas;

O Relatório da Central das Cooperativas de Cabo Verde, Praia, 27 de Dezembro de 1977, pp. 3 a 21;

Plano de Desenvolvimento Cooperativo 1992/1996, pp. 12 a 64;

Encontro de Reflexão sobre o Movimento Cooperativo Cabo-verdiano, Praia, 1 a 3 de Julho de 1991, pp. 18 a 30.

A análise das informações

A escolha dos métodos de recolha dos dados influencia de forma direta os resultados do trabalho: os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são muitas vezes complementares e devem então ser escolhidos juntos em função dos objetivos e das hipóteses de trabalho. Se os inquéritos por questionários se acompanham de métodos de análise quantitativa, os métodos de entrevista apelam habitualmente aos métodos de análise de conteúdo que são muitas vezes, mas não obrigatoriamente, qualitativas.

O primeiro objetivo desta fase de análise das informações é a verificação empírica. Em virtude da realidade ser mais rica e com muito mais *nuances* do que as hipóteses que elaboramos para sua abordagem, a análise das informações tem um segundo objetivo que é o de interpretar os fatos imprevistos, rever ou afinar as hipóteses a fim de que, nas conclusões, o pesquisador esteja em condições de sugerir melhoramento de seu modelo da análise ou de propor pistas de reflexão e de pesquisa para o futuro.

A conclusão

A conclusão de um trabalho de pesquisa social compreenderá normalmente três partes: primeiramente, um relembrar das grandes linhas da pesquisa que foram perseguidas; uma apresentação de novas contribuições de conhecimentos em cuja origem está o trabalho; e, por fim, uma apresentação de propostas de ordem prática. Neste ponto é pertinente enfatizar que um trabalho de pesquisa social trás em princípio dois tipos de conhecimentos. Novos conhecimentos relativos ao objeto de análise: toda contribuição de conhecimento em ciências sociais é forçosamente corretiva, na medida em que os objetos

de conhecimento fazem parte de um ambiente (cultural) do qual temos sempre um certo conhecimento, seja ele rudimentar ou espontâneo. Novos conhecimentos teóricos: são precisamente os concernentes à problemática e ao modelo de análise. A possibilidade de que uma pesquisa social conduza à novos conhecimentos teóricos está, entenda-se bem, ligado à formação teórica e à experiência do pesquisador, (o que não é definitivamente o nosso caso, nem a ambição desta pesquisa).

Quanta a propostas práticas: todo investigador deseja que seu trabalho sirva para alguma coisa. O problema reside, por conseguinte, no fato das conclusões de uma pesquisa raramente conduzirem a aplicações práticas, claras e indiscutíveis.

PARTE II

O CONTEXTO E A PESQUISA

Capítulo 3.

CABO VERDE

História e geografia

Na zona tropical do Atlântico Norte situa-se o Estado-arquipélago de Cabo Verde, a cerca de 450-500 km do promontório africano donde lhe veio o nome, entre as latitudes de 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes de 22° 40' e 25° 22' Oeste. Formado por dez ilhas e cinco ilhéus de origem vulcânica, tem uma superfície de 4033 km² e uma zona econômica exclusiva superior a 600 000 km², um perímetro da costa marítima de 965 km.

As ilhas e os ilhéus formam dois agrupamentos segundo a sua posição em relação aos ventos dominantes do nordeste, com a seguinte composição:

Grupo Barlavento: formado pelas ilhas de Santo Antão (779 km²), São Vicente (227 km²), Santa Luzia (35 km²), São Nicolau (343 km²), Sal (216 km²) e Boavista (620 km²), e os ilhéus Branco (03 km²) e Raso (07 km²).

Grupo Sotavento: Santiago (991 km²), Maio (269 km²), Fogo (476 km²) e Brava (64 km²), e os ilhéus: Grande (02 km²), Luís Carneiro (0,22 km²) e Cima (01,15 km²).

A capital de Cabo Verde é a cidade da Praia, na Ilha de Santiago, que goza de estatuto administrativo especial.

Localizado na zona sub-saheliana, o arquipélago é caracterizado por condições climáticas de aridez e semi-aridez. Conta com duas estações: a das chuvas ou das “águas” muito irregular, de Julho a Outubro e a estação seca ou o “tempo das brisas”, que vai de Dezembro a Junho. A penúria em matéria da disponibilidade da água é uma constante. As secas são frequentes e no passado, até finais da década de 1940, acarretavam com frequência a ocorrência de fomes que dizimavam milhares de pessoas.



Base 802990AI (C00671) 2-04

As primeiras ilhas de Cabo Verde terão sido descobertas, ou, pelo menos, visitadas, em 1 de Maio de 1460, pelo português Diogo Gomes e pelo genovês António de Nola, ao serviço do rei de Portugal. A ilha de Santiago foi a primeira a ser povoada, porque tinha boas nascentes de água doce, bons portos e, apesar de íngreme, acessos relativamente fáceis ao interior. Foi doada aos dois descobridores. António de Nola escolhe para sede de capitania a Ribeira Grande, situada no sul da ilha, e Diogo Gomes funda Alcatrazes, na praia da Sra. Da Luz, a Norte.

A colonização da Ilha inicia-se a partir de 1462 por aventureiros portugueses, a maioria dos quais provenientes do Algarve, a que se seguiram alguns catalães, genoveses castelhanos, judeus e degredados portugueses. As difíceis condições do clima e do solo levaram os colonos, diferentemente do que aconteceu no povoamento dos Açores e da Madeira, a terem de utilizar o trabalho de escravos resgatados na costa da Guiné para o amanho da terra. Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento, com

particular destaque no tráfego de escravos. Cedo, o arquipélago tornou-se num centro de concentração e dispersão de homens, plantas e animais.

A Ribeira Grande de Santiago, antes Cidade Velha, berço da Nação e da cultura cabo-verdianas foi a primeira capital cabo-verdiana, sede do primeiro bispado da costa ocidental africana, pela Bula Pro excellenti do Papa Clemente VII em 1533 e primeira cidade mandada construir pelos europeus na África sub-sahariana. Os primeiros missionários católicos terão sido franciscanos e catalães. Entre 1604 e 1642, estiveram nas ilhas vários padres jesuítas.

A partir de meados do século XVI, o arquipélago vai perdendo progressivamente a sua função de entreposto comercial, designadamente de comércio de escravos, que eram enviados majoritariamente para América espanhola (as “Índias de Castela”), onde eram utilizados na exploração mineira e na agricultura.

Após a perda da independência de Portugal para o domínio de Castela, em 1580, chegam às ilhas de Santiago e do Fogo alguns colonos castelhanos. O arquipélago é saqueado pela armada inglesa comandada por Francis Drake em 1585. Para defesa da cidade de Ribeira Grande é construída no morro a fortaleza de São Felipe.

Nos fins do século XVI e na primeira metade do século XVII as ilhas foram atacadas por navios piratas ingleses, franceses e holandeses.

Em 1614, Filipe I nomeia Nicolau de Castilho capitão geral das ilhas, com jurisdição sobre todos os donatários, e a capital passa a ser (a atual) cidade da Praia.

Por regimento de 1650, a Guiné ficava sob dependência administrativa de Cabo Verde.

Em 1712, um assalto de navios franceses, comandados por Jacques Cassard, a Ribeira Grande, destruiu a cidade e apressou a sua decadência.

Em 1757, no reinado de D. José, o território de Cabo Verde passou a ser administrado pela Companhia do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal e à qual foi concedido o monopólio do comércio externo. A administração das ilhas pela companhia durou vinte anos e foi desastrosa quer do ponto de vista econômico como do social: as populações foram oprimidas, tendo morrido a fome alguns milhares de pessoas. Só em 1755 morreram à fome 1470 pessoas. Durante o século XVIII foram povoadas as ilhas de Santo Antão e de São Nicolau e nos finais do século foram povoadas as ilhas de São Vicente e Fogo.

Em 1798 estabeleceu-se uma ligação regular bimensal das ilhas com Portugal continental.

No início do século XIX, Cabo Verde exportava milho, algodão, gado, carne salgada, peles, anil, urzela, óleo e sementes de purgueira. O café foi introduzido em São Nicolau em 1790 e nos anos seguintes em outras ilhas, como Santo Antão e Santiago. Em 1798, foi autorizada a pesca da baleia. Em 1800, um decreto levou ao fim da produção de vinho de qualidade, para não fazer concorrência ao vinho do Douro. A população do arquipélago era em 1807, de 58 mil habitantes.

Em 1811 foi criada a Junta de Melhoramentos da Agricultura. Um decreto de 16 de Julho de 1822 toma medidas para o desenvolvimento econômico das ilhas.

Em 1838 a Inglaterra é autorizada a construir no Porto Grande (São Vicente) um depósito de carvão, combustível para os navios intercontinentais que passaram a fazer escala na Ilha. Nesse ano, a capital do arquipélago é transferida para o Mindelo, no Porto Grande, mas só é elevada a cidade em 1874, contando então com 17 mil habitantes.

Em 1835 a Guiné passou a distrito de Cabo Verde e em 1879 constituía uma província autônoma.

Em 1874 foram instalados cabos submarinos para ligação telefônica de São Vicente para a Madeira, Europa e América e em 1923 foi feita a ligação por cabo à América do Sul.

Entretanto, com a abolição da escravatura foi criado um fundo especial de colonização para cobrir as despesas feitas com os colonos que demandavam as ilhas. A partir de 1876 foram executados estudos hidrológicos e meteorológicos, por forma a minorar as secas que ciclicamente afetavam o arquipélago e se saldavam por centenas de mortes.

Na segunda metade do século XVIII iniciou-se o movimento de emigração de cabo-verdianos que continuou nos séculos seguintes e se acentuou com a abolição da escravatura, em 1876, e com diversas revoltas no arquipélago contra a administração tributária.

No período do Estado Novo em Portugal (1932/74), Cabo Verde passou a ser um destino dos opositores ao regime que eram enviados para a Colônia Penal do Tarrafal, hoje Museu da Resistência, na ilha de Santiago. Nas ilhas iam ganhando importância acrescida a consciência de nacionalidade, em que o movimento literário “Claridade” teve ação de relevo, a partir dos anos 1935/40 e que tomou um cunho político com a criação, em 1956, por Amílcar Cabral, do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) que, a partir de então, iniciou a luta armada e política pela libertação e independência dessas duas colônias portuguesas, tendo a Guiné Bissau conquistado a sua

independência em 24 de Setembro de 1973, ano em que foi assassinado o Amílcar Cabral, a 20 de Janeiro do mesmo ano.

Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, a 19 de Dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e o Governo colonial, instaurando-se um Governo de Transição em Cabo Verde. Este mesmo Governo preparou as eleições para a Assembléia Nacional Popular e a independência, proclamada em 5 de Julho de 1975.

Cabo Verde tem como língua oficial o português e o crioulo como língua nacional.

Organização política e administrativa

Na década de 1980, diversos programas de governo insistiram na necessidade de descentralização administrativa e diversas disposições legislativas, como a Lei de Bases das Autarquias Locais (Lei 47/III/89), a Lei Eleitoral Municipal (Lei 48/III/89), A Lei da Organização e Funcionamento Municipal (DL nº. 52 - A /90) e a lei das finanças locais DL nº. 101 - 0/90, outorgaram o enquadramento jurídico necessário à concretização daquele objetivo.

Contudo, só após a introdução do sistema multipartidário e das primeiras eleições democráticas para os órgãos municipais (1992), parlamentares e presidenciais (1991), instituiu-se no país uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna. Hoje Cabo Verde é um país com estabilidade e paz sociais, pelo que goza de crédito junto de governos, empresas e instituições financeiras internacionais.

Atualmente, os dois principais partidos políticos são o PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde e o MPD - Movimento para a Democracia. Além destes há o PTS - Partido do Trabalho e da Solidariedade, o PCD - Partido da Convergência Democrática, o PRD - Partido da Renovação Democrática, a UCID - União Cabo-verdiana, Independente e Democrática e o PSD - Partido Social Democrática.

O país está dividido em duas regiões administrativas: Barlavento, com 7 concelhos e 13 freguesias e sede na cidade de Mindelo, na Ilha de São Vicente; Sotavento, com 14 concelhos e 18 freguesias e sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago.

Apenas 4 ilhas têm mais de um concelho: Santo Antão tem 3 concelhos (Ribeira Grande, Paúl e Porto Novo), Santiago tem 9 (Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santa Catarina, Santa Cruz, São Miguel e Tarrafal), Fogo tem 3 (São Filipe, Santa Catarina e Mosteiros) e São

Nicolau tem 2 (São Nicolau e Tarrafal). As restantes ilhas têm um concelho cada uma, com o nome da ilha em que se situam.

Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática, baseada na lei constitucional de 1992, revista em 1999 com aumento dos poderes do Presidente da República. Garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. Reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação econômica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício, por todos os cidadãos, das liberdades fundamentais. Tem como objetivo fundamental a realização da democracia econômica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A Assembléia Nacional tem 72 deputados eleitos por sufrágio universal, para maiores de 18 anos, e sistema proporcional de representação. Há eleições presidenciais e parlamentares de cinco em cinco anos e municipais de quatro em quatro anos. O Supremo Tribunal é um órgão de soberania independente, cujos juizes são designados pela Assembléia Nacional.

Cabo Verde reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, a forma republicana de governo, a democracia pluralista, a separação e a interdependência dos poderes, a separação entre as Igrejas e o Estado, a independência dos Tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da Administração Pública.

A soberania pertence ao povo, que a exerce pelas formas e nos termos previstos na Constituição. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática, devendo respeitar e fazer respeitar as leis. As leis e os demais atos do Estado, do poder local e dos entes públicos em geral, só serão válidos se forem conformes com a Constituição.

O poder político é exercido pelo povo através do referendo, do sufrágio e pelas demais formas constitucionalmente estabelecidas. Para além da designação por sufrágio dos titulares dos órgãos do poder político, estes poderão ser também designados pelos representantes do povo ou pela forma constitucional ou legalmente estabelecida.

A língua oficial é o português. Mas o Estado vem promovendo as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.

Cultura

Fruto da miscigenação de europeus livres e escravos da costa africana, o povo cabo-verdiano tem uma forma de estar e de viver muito própria e o crioulo - a língua nacional - emergiu como idioma dessa comunidade majoritariamente mestiça.

Um breve olhar sobre a cultura cabo-verdiana dir-nos-á, em primeiro lugar e, fundamentalmente, que ela é mestiça, híbrida, assim como a população, a língua, a música e a culinária. Alicerçada numa matriz tropicalista, mas também judaico-cristã e greco-latina, a cultura cabo-verdiana possui características singulares, polarizada em dois extremos, que lhe dão um cunho de universalidade. De fato, o ocidente e o sul, a Europa e a África encontram-se bem presentes na singularidade dessa cultura de homogênea diversidade.

No domínio religioso predomina o cristianismo, nomeadamente o catolicismo professado por 96% da população.

Enquanto país com uma privilegiada posição geo-estratégica, encontrando-se, praticamente, no centro do mundo ocidental, entre o Norte e o Sul, o Ocidente e o Oriente, na rota das grandes linhas de navegação e de comércio, Cabo Verde serviu durante muito tempo de placa giratória e de entreposto de escravos trazidos da África e enviados depois para a América do Sul, pelo que acabou por ser um importante laboratório de língua e de aculturação, com a ladinização dos escravos destinados às outras colônias e ao povoamento das ilhas a partir de 1460. Assim sendo, desde cedo se sedimentou no seio dos escravos aculturados pelo encontro da cultura europeia com diversas culturas, presentes na diversidade cultural dos escravos trazidos de várias regiões africanas, a abertura e receptibilidade ao diferente, ao estranho, que ao longo do tempo se traduziu numa capacidade de assimilação e moldagem do alheio, consoante as necessidades e os contextos, ao ponto de conseguir transformá-lo em algo totalmente diferente e novo. Assim se explica, por exemplo, a singularidade de algumas manifestações culturais em que se notam, claramente, laivos da África e da Europa, ao mesmo tempo em que delas se distancia.

A descontinuidade territorial do arquipélago e o mar possibilitaram, por outro lado, que essas transformações se processassem de forma diferente no todo territorial, permitindo, por conseguinte, fenômenos de aculturação diversos e, portanto, manifestações culturais diversificadas, com *nuanças* próprias de ilha para ilha, ao mesmo tempo semelhantes devido (a matriz) alguns pontos comuns. Esse mesmo fator de diversificação

constituiu ainda um importante meio de aproximação e da necessidade de conhecimento, da descoberta do outro, pelo que, desde sempre, o cabo-verdiano cultivou esse gosto de ir mais além, de viajar e transpor o umbigo ilhéu, à procura de novos horizontes. Sendo certo também que foi imprescindível e determinante, nesse processo, o contexto geo-social e histórico da seca, fome e abandono, que ditaram também a necessidade de procura de melhores condições de vida em outras paragens.

Economia

A economia cabo-verdiana diferencia-se da maior parte da dos países africanos, não tanto pelo nível de desenvolvimento real, muito acima da média das economias-tipo da África Ocidental, mas principalmente pela sua estrutura, onde o domínio do peso do setor terciário (cerca de 70% do PIB em 2005 e mais de 66% do emprego) a faz aproximar da estrutura típica das economias desenvolvidas¹¹.

O PIB - Produto Interno Bruto - em 2005 era de 1035 milhões de dólares, e PIB per capita 2063 dólares. O volume de exportações de bens e serviços em 2005 era de 166 milhões de dólares e volume de importações de 501 milhões de dólares. A moeda CVE (Escudo cabo-verdiano); 1€= 110.265 CVE.

Os recursos econômicos de Cabo Verde tradicionalmente dependem, sobretudo, da agricultura, pecuária, pesca, remessa dos emigrantes e, recentemente, do turismo. A agricultura e a pecuária sofrem os efeitos das secas cíclicas. As culturas mais importantes são: o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata doce e a mandioca.

O sector industrial encontra-se num processo de forte desenvolvimento, destacando a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extração de sal e artesanato. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confecções são os principais produtos exportados.

A moeda corrente é o escudo de Cabo Verde que detém uma paridade fixa com o euro, no âmbito do Acordo Cambial entre Portugal e Cabo Verde, realizado em 1998. As remessas da emigração, a ajuda internacional, gestão rigorosa dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana.

¹¹ Fonte: Caixa Geral de Depósitos, 2007

Cabo Verde, consciente do enorme potencial turístico das suas ilhas, tem vindo a investir em projetos de infra-estruturas básicas - rede de distribuição de água potável, vias de comunicação rodoviária, transportes aéreos e marítimos, etc. além de outros benefícios como bonificações nas aquisições de terrenos, incentivos fiscais e facilidades aduaneiras necessários à captação do investimento, nomeadamente o externo, e desenvolvimento do turismo, uma das prioridades do desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

A estabilidade política, o empenho dos sucessivos governos na construção e consolidação da democracia e a situação geográfica do arquipélago, beneficiando das influências climáticas da proximidade a África e da equidistância à Europa e América do Sul, fazem de Cabo Verde um país com grande potencial de eleição para o investimento estrangeiro, principalmente na área do turismo e outras que possam promover ou apoiar seu desenvolvimento.

As diferentes constituições das ilhas permitem a existência de vários tipos de turismo que variam tanto dentro da mesma ilha, em algumas ilhas, como de ilha para ilha, de acordo com as suas características e suportes de apoios aos vários tipos de turismo. Assim, é possível praticar em Cabo Verde o turismo balnear, principalmente nas ilhas do Sal, Boavista e Maio, turismo de natureza nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau, montanhosas e escarpadas, o turismo de circuitos, o turismo cultural e outras atividades.

O clima das ilhas mais acidentadas é variado e com alguma pluviosidade. É temperado graças à ação moderadora que o oceano e os ventos alísios exercem sobre a temperatura, sendo que as médias anuais raramente se elevam acima dos 25°C, nunca descendo abaixo dos 20°C. A temperatura da água do mar varia entre 21°C em Fevereiro e Março e 25°C em Setembro e Outubro. A estabilidade climática de Cabo Verde garante a possibilidade de se fazer turismo todo o ano.

Em Cabo Verde a taxa anual de crescimento demográfico é de 2% ao ano e a de mortalidade é baixa, comparadas às taxas médias de outros países com rendimento médio. A taxa de mortalidade infantil é de 27 por mil nados vivos. A esperança média de vida é hoje de 70 anos.

A população residente, segundo o censo de 2000, é de 434.263 habitantes, sendo a projeção do crescimento demográfico para o ano de 2008 estimado em mais 500 mil habitantes. A densidade populacional é de 124 habitantes por quilômetros quadrados e a população urbana de 231 mil habitantes. A população do país é jovem, tendo uma média de idade de 23 anos. A taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos é de 23%.

A escassez de recursos naturais e das chuvas no arquipélago determinou, ao longo da sua história, um fluxo emigratório permanente para diversos países do continente europeu, americano e africano. Atualmente estima-se em mais 600 mil cabo-verdianos na diáspora, sendo cerca de 300 mil nos EUA, embora os números variem consoante as fontes utilizadas e o critério adotado.

Capítulo 4.

A EMERGÊNCIA E A MANIFESTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS EM CABO VERDE

“As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra ‘comunidade’ é uma delas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’” (BAUMAN, 2003:7).

O enquadramento da problemática associativa em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a problemática do diálogo e da concertação para um desenvolvimento assente na participação dos cidadãos está presente na Lei Fundamental - a Constituição - na lei sobre a organização e funcionamento dos municípios, praticamente em todos os Programas dos sucessivos governos da nação, nos discursos políticos e nas preocupações dos atores sociais de desenvolvimento associativo, comunitário e empresarial. A parceria entre os municípios e as OSC - Organizações da Sociedade Civil, surge, assim, como uma opção política no quadro do processo de descentralização em curso desde 1991, no âmbito do qual se pretende estabelecer uma relação de partilha entre o Estado e as OSC na promoção do desenvolvimento e do bem - estar social, aumentando os “terrenos” de afirmação da cidadania e desenvolvendo métodos democráticos de controlo das políticas públicas.

A Constituição define a liberdade de associação como Direito à Liberdade (Art.28º), sendo o exercício da liberdade de associação regulado pela Lei nº 28/III/87, de 31 de Dezembro. Esta Lei dá enquadramento à generalidade das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, exceptuando as associações religiosas e as Ordens Profissionais.

Como referimos no capítulo anterior, o conceito de ONG, tal como é entendido na plano internacional, não existe no nosso ordenamento jurídico, o que tem provocado confusão de papéis, dificultado a tipificação das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e o relacionamento destas com os poderes públicos, bem como as relações dentro do tecido associativo nacional. Aliás, em nenhum momento, a Lei, em apreço, faz

referência expressa ao conceito ONG, mas também não obsta que uma associação se auto intitule como uma ONG, sem efeitos práticos de diferenciação institucional, uma vez que a lei estabelece as bases do regime comum das associações de fim não lucrativo. Por outro lado, tanto no âmbito da lei, em apreço, como no quadro de uma regulamentação específica pode-se legislar sobre um quadro jurídico de enquadramento das ONG - Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento. É o caminho que muitos países seguiram para se proceder a uma certa divisão das “águas” no interior dos tecidos associativos nacionais.

Por conseguinte, neste particular, é a própria Lei que deixa em aberto a possibilidade de diferenciação, legitimando, deste modo, a criação de um quadro jurídico específico às ONG's. Efetivamente, a Lei, em referência, define no Artigo 7º, nº 2 que *“incentivos e apoios especiais são prestadas às associações de utilidade pública”*. Em consequência, fixa dois requisitos, no Artigo 14º nº 1, para que uma associação seja declarada de utilidade pública: *“1) perseguir fim altruísta; 2) colaborar com a Administração na realização de atribuições do Estado ou dos municípios, designadamente no âmbito do desenvolvimento comunitário”*. Nesta perspectiva, as associações que, pelo mérito e alcance das suas actividades, forem declaradas de utilidade pública, têm direito a receber do Estado/Governo e dos municípios recursos necessários ao desenvolvimento das suas actividades, cumprindo, deste modo, uma exigência, legalmente, estabelecida. Por isso, compete ao Governo e aos municípios fazerem a declaração de utilidade pública.

Contudo a lei, remete para uma regulamentação específica, por decreto, a declaração de utilidade pública das associações (Artigo 14º, nº 4 da Lei nº 28/III/87, de 31 de Dezembro).

Reflectindo, um pouco, sobre o estatuto de utilidade pública, atribuível às associações, dois elementos se evidenciam: a) as associações declaradas de utilidade pública, compartilham com o Estado, a tarefa de produção do bem público e do desenvolvimento. Além da responsabilidade, adquirem um estatuto. Por isso têm direito a *“incentivos e apoios especiais”*. Têm, de fato, um nível de responsabilidade que não é exigido às demais associações; b) pressupõe-se que essas associações tenham um nível elevado de profissionalismo, estabilidade organizativa e, sobretudo obra feita, isto é capacidade de concepção e de realização. A gestão dessas associações são, cada vez mais entregues aos profissionais, aos chamados gestores sociais. A descentralização do papel ou das funções do Estado no desenvolvimento e promoção do bem - estar social para as associações, neste caso, as declaradas de utilidade pública, só poderá ocorrer em bases estáveis, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista técnico e institucional.

No contexto da realidade cabo-verdiana, predominam as associações de primeiro grau, ou seja, as organizações que têm como membros, cidadãos numa base do voluntariado. Entretanto, as associações organizam-se em estruturas associativas de grau superior, nomeadamente: a Plataforma Nacional das ONGs de Cabo Verde; a Associação das Associações Juvenis do Concelho do Tarrafal; a Coordenação da Plataforma das Organizações Camponesas do Sahel; a Associação das Associações de Santa Catarina; a Associação Cabo-verdiana de Empresas de Obras Públicas e Particulares, OÁSIS - Organização não Governamental das Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da Ilha de Santiago, etc.

A estrutura organizativa das Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos é comum e resulta do estabelecido na Lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro, isto é todas têm um órgão diretivo colegial, uma assembléia deliberativa e um órgão colegial de fiscalização. A organização administrativa resulta, na maioria dos casos, na existência de um serviço mínimo de registro e de arquivo. A organização técnica é concebida em função de programas e projetos, por isso não tem um carácter orgânico e permanente. Trata-se de uma gestão por programas e projetos, na maioria dos casos, financiados com recursos externos às associações, cuja contabilidade e prestação de contas, resultam dos procedimentos dos organismos ou instituições financiadoras.

Não existe um sistema de contabilidade comum às associações sem fins lucrativos, razão por que a contabilidade e o registro variam em função da capacidade técnica de cada OSC. A organização administrativa continua sendo uma das partes mais débeis do funcionamento das OSC cabo-verdianas. Além do mais, estas OSC ainda se caracterizam pelo fato da grande maioria dessas experiências utilizarem a associação como forma jurídica e de serem, na prática, altamente dependentes de financiamentos públicos. De forma que a forte influência do Estado enquanto fonte principal de financiamento, nomeadamente no processo de luta para a erradicação da pobreza e do desemprego, impacta diretamente sobre o nível de autonomia associativa, gerando, em alguns casos, o que França Filho e Laville (2004) denominam de “isomorfismo institucional”, isto é, a tendência à profissionalização da gestão das associações em termos tecnoburocráticos. Por outro lado, implica, em algumas situações, sua instrumentalização, interferindo, desse modo, diretamente sobre o grau de autonomia da iniciativa e sobre a própria viabilidade do seu projeto enquanto organização, correndo este o risco de perder o sentido enquanto ação pública cidadã. Nessa circunstância, *“as associações são apanhadas numa aplicação de*

medidas e programas, a tal ponto que muitas delas se perguntam sobre o sentido e o controle de suas ações” (DEFOURNY, et ALII, 1998:23).

O cooperativismo

A República de Cabo Verde é um país insular e arquipelágico, com grande escassez de recursos naturais e afetado por ciclos prolongados de seca que vem forçando, desde a segunda metade do século XVIII, a sua população à emigração, por vezes em massa, por diferentes países do mundo, nomeadamente, Estados Unidos da América, Senegal, Angola, São Tomé e Príncipe e, a partir dos anos de 1960, Portugal, Holanda, França, Luxemburgo, Suíça, Espanha e Itália.

País independente desde 5 de Julho de 1975, conscientes das suas enormes carências, os sucessivos governos, em parceria com a comunidade internacional, empenharam-se no processo de construção nacional, reconhecendo e elegendo os homens e as mulheres cabo-verdianos como principal e mais precioso recurso do país e, conseqüentemente, estabelecendo como uma das prioridades o desenvolvimento dos setores da educação, saúde e infra-estrutura.

Com a abertura política em 1990 e adoção dos princípios e práticas de economia de mercado, reformas profundas nos domínios econômicos e sociais foram sendo implementadas com o apoio dos principais parceiros internacionais de Cabo Verde, com especial destaque para o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Dentre os principais acontecimentos políticos realizaram-se as primeiras eleições democráticas e pluripartidárias: as legislativas e presidenciais em 1991 e as autárquicas (municipais) em 1992. Concomitantemente iniciou-se o processo de descentralização política e administrativa, e, nos anos seguintes, privatizaram-se praticamente todas as empresas públicas estatais. Criaram-se e implementaram-se políticas de promoção e de incentivo ao investimento externo e privado nacional e, com isso, processou-se a retirada progressiva, hoje quase completa, do Estado dos setores estratégicos da economia nacional.

Ainda, no âmbito dessas reformas, assistiu-se à extinção do Instituto Nacional das Cooperativas e do Fundo de Apoio às Cooperativas e à apropriação dos recursos gerados pelo movimento cooperativo e sua utilização em fins outros como a criação da Caixa de Crédito Agrícola sediada na cidade de Assomada, Município de Santa Catarina, no interior de Santiago, instituição essa que redundou em um fracasso absoluto.

É de se ressaltar que o movimento cooperativo cabo-verdiano é parte constitutiva do processo histórico da construção do Estado de Cabo Verde, sendo a sua trajetória dividida basicamente em duas grandes etapas: a independência nacional e o advento da Segunda República em 1990.

No entanto, muito embora numa perspectiva de feição mais histórica, e técnico-jurídica, a concepção básica do cooperativismo, segundo Monteiro (2002), aparece no Código Comercial de Portugal de 1879, que tratava das sociedades comerciais contendo, porém, um capítulo sobre as cooperativas. As cooperativas eram concebidas como sociedades comerciais em que os rendimentos não eram distribuídos em função da participação no capital, mas sim em função da participação no seu conjunto de cada sócio na atividade da cooperativa. Esse era o traço distintivo essencial entre sociedades comerciais propriamente ditas e as cooperativas. Uma outra característica indicava que: *“as sociedades cooperativas são especializadas pela variabilidade do capital social e pela ilimitação do número de sócios”*. Mas, o traço distintivo essencial era a questão da forma de participação nos dividendos da própria sociedade.

Um aspecto do Código Comercial, ainda extremamente atual e pertinente, diz que o caráter particular nestas sociedades é a circunstância dos lucros por ventura apurados nas suas atividades não ser distribuídos aos sócios em função do capital por cada um dos subscritores e sim proporcionalmente a participação que cada qual haja tido para empresa comum: como consumidor, como produtor, como fornecedor de materiais para transformação econômica, subalternizando, desse modo, a função do capital que não tem qualquer domínio na empresa.

Essas cooperativas vinham sendo muito acarinhadas no sistema jurídico português e o governo via com a maior simpatia a sua organização, seu progresso quer para a defesa dos economicamente débeis, quer para a proteção de atividades em crise como é o caso de agricultura.

O Decreto Lei de 24 de Novembro de 1971 estabelece que as cooperativas sejam aquelas que prosseguem o interesse econômico lucrativo. Todas aquelas realidades que não prossigam interesse econômico lucrativo não são sociedades cooperativas, mas associações. O mesmo Decreto acrescenta que sempre que as sociedades cooperativas se proponham exercer ou efetivamente exerçam atividades que não sejam exclusivamente econômicas de interesse para os associados ficam sujeitos ao regime legal do direito da associação. Esta questão é extremamente elucidativa e importante porque tem a ver com a problemática da definição legal do que seja cooperativa.

Mas nos termos do Decreto Lei 101/II/90, que estabelece as novas Bases Gerais das Cooperativas, no seu Artigo 1º, entre outras, diz que as cooperativas não têm fins lucrativos. O que pode parecer pelo menos, à primeira vista, uma concepção radicalmente diferente da do Código Comercial e, especialmente, do Decreto de 1971.

Na verdade, não se trata de um problema meramente teórico, é também um problema de delimitação de setores de propriedade e de formas de organização social dentro do ordenamento jurídico de um determinado país.

Segundo Monteiro, aquando da discussão das Bases Gerais das Cooperativas a grande preocupação na altura era fazer um corte radical com o sistema até então vigente, de concepção e regulamentação das cooperativas. Só a idéia de as cooperativas estarem a ser reguladas pelo Código Comercial em 1975/76, logo após a independência, já era motivação suficiente para se querer disciplinar de outra forma, porque era como que confundir as cooperativas com os comerciantes, com as associações.

Para se verificar até que ponto as leis não são neutras, em maior ou menor grau, pode-se descortinar por detrás da norma qual é a doutrina política, a filosofia, o valor ético que se pretende transmitir à sociedade. Assim, o Decreto Lei nº. 80/79: Bases Gerais das Cooperativas, no seu preâmbulo, diz que o movimento cooperativo é um meio privilegiado para o nosso povo se libertar da dominação e exploração, um meio de combater as tendências contra o progresso. Por outro lado, havia, por trás dessa filosofia política, uma concepção de pobreza: as cooperativas concebidas como organizações dos pobres; “*as cooperativas como organizações sociais criadas pelos trabalhadores das cidades e dos campos*”, portanto, vistas como instrumentos de luta e de organização para a libertação dos mais carenciados da situação de dependência face aos comerciantes e da pobreza extrema.

Pode-se, nesse caso, constatar que não era apenas uma questão de filosofia política prevalecente, pois a situação material de vida da grande maioria da população, nomeadamente no meio rural, era muito crítica favorecendo, assim, o reforço dessa concepção.

O fato é que sempre que há ortodoxia, no mais das vezes, há maior purismo e é por isso que as Bases Gerais traçam um conjunto de regras que têm a ver com a pureza da coisa e do momento. É como se se quisesse, com o movimento, sacudir a poeira com o cheiro a comerciante e a qualquer tipo de atividade econômica de exploração rentável, que tivesse algo a ver com a dominação.

Porém, a agravante, na perspectiva desse autor, é a circunstância de em 1975/76 não existir na prática, em vigor, qualquer legislação sobre cooperativas. Não se estava

seguramente a aplicar a lei comercial. Aplicavam-se sim as normas materiais que tivessem a ver com as concepções das pessoas que estavam à frente do movimento e com concepção também do sistema político vigente. Portanto, o Código Comercial, na prática, já tinha sido revogado, o que era, entretanto, um absurdo. Não ser aplicado porque também regulava atividades dos comerciantes!

Ainda no Decreto Lei 80/79, o legislador diz que o objetivo primeiro do cooperativismo é constituir uma forma de participação privilegiada do povo na construção de uma nova sociedade. Comparando-o com o Decreto Lei nº. 101/II/90, neste, o primeiro objetivo é: *“promover o bem estar econômico, social e cultural dos seus membros”*.

Pode-se ainda comparar a definição de cooperativa nos dois decretos. O Decreto 80/79 diz que *“as cooperativas são organizações sociais criadas pelos trabalhadores das cidades e dos campos na base do livre consentimento para prossecução de objetivos comuns constituindo unidades econômicas nas quais participam ativamente todos os seus membros”*.

Enquanto que, para o Decreto 101/II/90, *“as cooperativas são agrupamentos de pessoas de livre constituição, de composição e capital variáveis e que, na base de cooperação e entre ajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, prosseguem, sem fins lucrativos, objetivos econômicos, sociais e culturais comuns através de uma empresa”*.

De resto, importa ainda esclarecer o sentido da expressão “sem fins lucrativos”. A idéia de sem fins lucrativos tem a ver com o princípio de não maximização dos lucros. Que é coisa diferente. Quer dizer que objetivo das cooperativas não seria a maximização dos lucros. E, para que de certa forma, isso se reflita nos fins, em segundo lugar, vem consagrado que as cooperativas devem contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Portanto, a concepção é de não maximização dos lucros apesar de ter substrato empresarial. Isso é importante porque também se quis fazer uma distinção em relação às associações. Estas não têm um substrato empresarial ou pelo menos não devem ter. Não organizam meios em termos empresariais, não têm estabelecimentos, etc.

Não obstante todo esforço em definir os setores e estabelecer as respectivas atribuições e competências, o debate continua e outras soluções poderão surgir no futuro. Reconhece-se, entretanto, uma certa urgência em se estabelecer distinções claras entre cooperativas, sociedades comerciais e associações.

Além do mais é extremamente importante essa faceta de não definição da cooperativa em função do seu objetivo, mas em função da obediência aos princípios do movimento cooperativo. E é em vão que nós procuraríamos, na nossa concepção, distinguir as cooperativas das sociedades comerciais por seu objeto. Pela simples razão do Artigo 4º da Lei dizer que as cooperativas podem ter por objetivo qualquer ramo de atividade não vedado à iniciativa privada.

Conforme referimos atrás, a primeira grande etapa da trajetória do movimento cooperativo cabo-verdiano é o período que decorre de 1975, data da independência nacional, a 1990, ocasião da abertura política.

A década de 1970 caracteriza-se, em linhas gerais, pela função que as cooperativas desempenharam no abastecimento em gêneros alimentares de primeira necessidade às populações mais carentes dos meios rurais, e sua forte ligação às estruturas intermédias e de base do Partido PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde), então partido dirigente da sociedade e do Estado. *“Infelizmente, o cooperativismo em Cabo Verde não foi interiorizado à escala macro-social e pelas elites cabo-verdianas pelo seu ideário, mas sim como consequência lógica de uma ideologia dominante, sendo a sua expressão máxima o regime de partido único. Esta foi, sem dúvida, um erro de concepção e de interpretação histórica que veio a consumir-se com a instauração da IIª República. (...) Nunca se pensou que a criação de uma empresa cooperativa é sobretudo um acto de escolha consciente, portanto um acto de cidadania”* (SANTOS, 2002:182). Portanto, nunca se pensou que, sendo expressão efetiva da liberdade, pudessem existir em qualquer regime, pois não são ‘criaturas’ de nenhum regime em particular.

Em 1974, período de transição política criou-se a Central das Cooperativas de Cabo Verde que se encontrava sob a tutela do Partido e do Ministério da Economia.

No entanto, a grande mudança dá-se com a assunção definitiva do Estado das funções de promoção e de apoio ao setor cooperativo, por meio da criação do Instituto Nacional das Cooperativas, em 1978, que tinha, sobretudo, a incumbência de executar a política do Governo para o setor cooperativo; da criação do Fundo de Apoio às Cooperativas em 1979; e formação da primeira geração de quadros técnicos formados no país - Técnicos de Organização e Promoção Cooperativa, entre 1981 e 1984. Segundo Santos (2002), era o auge da experiência social cooperativa em Cabo Verde e uma inovação, senão mesmo “revolução” no contexto da sub-região africana a que Cabo Verde pertence. Foi nessa prodigiosa década de 1980 que a experiência cooperativa cabo-

verdiana se tornou objeto de estudo pelo BIT (Bureau International du Travail), Aliança Cooperativa Internacional e a Universidade Cooperativa Internacional.

Em 1987, realiza-se em São Jorge, no interior de Santiago, a Universidade de Verão da UCI sobre o tema: “Lês arts et metièrs du développement”, colocando o “caso” cabo-verdiano no epicentro da reflexão com a participação de várias universidades francesas, canadenses, cooperativas de pesquisa-ação e instituições de renome internacional em matéria de pesquisa-ação para o desenvolvimento.

Começaram a surgir cooperativas criadas e geridas por técnicos em várias áreas, nomeadamente construção civil, habitação, ensino, confecções, estudos e projetos, cultura formação profissional, artesanato e pescas.

Do ponto de vista da estruturação do movimento, surgem as primeiras experiências de integração cooperativa, principalmente no setor da distribuição, com Uniões e uma Federação Nacional, esta com um volume de vendas anual superior a 600.000.000\$00 (escudos cabo-verdianos), equivalente a 8.391.608,30 dólares dos EUA.

Reflexões, experiências e pesquisas de terreno, faziam emergir ainda que de forma tímida, a trilogia da economia social: empresas cooperativas, mutualidades e desenvolvimento comunitário. É com esta perspectiva que foram realizadas as primeiras experiências de desenvolvimento comunitário, a partir de 1983, no interior de Santiago, nas localidades de Loura, Rui Vaz e Achada Ponta, a formação de animadores locais para o Desenvolvimento Local Integrado (1984) e criada a Cooperativa de Estudos e Pesquisas “Coop-Agir” que produziu 12 trabalhos de pesquisa-ação validados por prestigiadas Universidades Francesas, integrados no “Réseau d’Hautes Études en Pratiques Sociales”.

Em 1986, o então Ministério do Desenvolvimento Rural, lança um projeto de formação, com o apoio da FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), dos quadros desse Ministério sobre a abordagem participativa no desenvolvimento das bacias hidrográficas, tendo como campo de aplicação a Ribeira de Selada, no Município de Santa Catarina.

Em 1987, o BIT, promove uma reflexão, em São Jorge, sobre a abordagem participativa na execução dos trabalhos das FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra)¹².

¹² Emprego público de carácter sazonal criado pelo Governo quando, em virtude da seca, a produção agrícola é má, com o objetivo minimizar os seus efeitos e garantir as condições mínimas de sobrevivência nomeadamente às famílias mais carenciadas das comunidades rurais mais afetadas.

1989, Cabo Verde leva a sua experiência à Conferência Regional do CILSS (Comitê Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel), em Segou, no Mali e chefia o Grupo de Trabalho sobre a participação das populações na gestão do território.

Em suma a mudança digna de registro acontece ainda na década de 1980, em que a solução cooperativa é apropriada socialmente por segmentos da população que constituem parte das nossas elites. Uma nova percepção da problemática cooperativa se configurava e, pouco a pouco, se desenvolvia a idéia e o conceito de que a cooperativa não é apanágio dos pobres, mas sim um instrumento ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento nacional e que as empresas cooperativas faziam parte de um conjunto mais vasto da economia associativa ou solidária.

O associativismo

O início dos anos de 1990, como referimos atrás, marca uma viragem de fundo do panorama cooperativo cabo-verdiano. Política e ideologicamente identificado ao regime monopartidário do PAIGC¹³, de tendência socialista, prevalecente no período de 1975 a 1990, com a instauração da democracia e a adoção de princípios da economia de mercado, o Governo eleito em 1991 não definiu uma política que ajudasse as cooperativas a fazerem a sua transição com ganhos, adequando-se às exigências da economia de mercado emergente. Assim, as cooperativas caíram no anonimato, perderam visibilidade e significado social.

Desse processo de reformas que abrangeram setores da administração pública central e local, resultou a perda de milhares de postos de trabalho e com ela a desintegração de relações de sociabilidade e o surgimento de um regime laboral em que os empregos se tornaram cada vez mais precários, afetando de forma mais direta e abrangente as camadas mais desfavorecidas da população nos centros urbanos e nas comunidades rurais.

As comunidades rurais vivem basicamente da atividade agrícola, pecuária, pesca artesanal, construção civil, pequeno comércio formal e informal, extração de britas e areias no leito das ribeiras e nas praias do litoral das Ilhas, e também das remessas dos emigrantes aos familiares.

¹³ Até o primeiro golpe de estado na Guiné Bissau, em 14 de Novembro de 1980, o PAIGC era um partido político binacional que dirigia as sociedades e Estados da Guiné e de Cabo Verde. Com a ruptura (inviabilização) do Projeto da Unidade Guiné e Cabo Verde, um dos principais fundamentos do PAIGC, criou-se em Cabo Verde em 20 de Janeiro de 1981 o PAICV.

Pratica-se a agricultura de sequeiro na época das chuvas, de Julho a Outubro, e a agricultura de irrigação nos vales das bacias hidrográficas, nomeadamente, nas ilhas mais pluviosas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau.

A agricultura e a pecuária são duas atividades que se sustentam mutuamente, complementam e maximizam os rendimentos das famílias rurais. Essas atividades são desenvolvidas, de uma maneira geral, em pequenas parcelas de terra, na base de uma organização familiar, exploradas segundo práticas culturais tradicionais e, por isso, de baixa rentabilidade, sendo, entretanto, essenciais para a subsistência das famílias das comunidades rurais e para o abastecimento dos mercados locais e, sobretudo, os dos centros urbanos do país.

Entretanto, não obstante o cenário acima exposto, a paisagem rural vem se mudando progressivamente, com maior incremento nos últimos 12 anos, devido à introdução de novas tecnologias agropecuárias: introdução de irrigação gota a gota; experiências de implementação de projetos integrados de desenvolvimento de bacias hidrográficas, nomeadamente nos municípios do interior da ilha de Santiago e, principalmente, graças ao movimento e dinamismo associativo que vêm transformando as comunidades rurais num dos principais atores e parceiros na implementação de políticas públicas a nível local, assumindo, assim, a condição de principais protagonistas e líderes das iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Portanto, apesar da quase extinção do cooperativismo cabo-verdiano no contexto das reformas acima mencionadas, no âmbito da execução do projeto de descentralização política e administrativa, levada a cabo pelos sucessivos governos a partir de 1992, foram criados novos municípios e implementados políticas e programas de reforço e capacitação do poder local; promoção, criação, organização e capacitação de organizações da sociedade civil em geral e das associações comunitárias, particularmente no meio rural.

Ressalta-se que uma parte substancial dos recursos da ajuda pública internacional passa a ser reservada ao financiamento direto de iniciativas e projetos dos municípios e das organizações da sociedade civil, sobretudo no meio rural. Nesse contexto, ocorreu o fenômeno de “erupção” e proliferação de associações com destaque para as associações de base comunitária no meio rural, particularmente, no interior de Santiago, a maior ilha do arquipélago, onde se concentra mais da metade da população do país, estimada em 500.000 habitantes.

Esse movimento de emergência e dinamização do associativismo numa conjuntura de reformas políticas, econômicas e sociais, designadamente as reformas do Estado de

caráter neoliberal (CIMADAMORE, e ALII, 2006) e introdução da questão da pobreza e da problemática da sua erradicação, não deixa de ser um processo portador de algumas inquietações e, por conseguinte, suscita reflexões e alguns questionamentos, dos quais dois nos parecem relevantes para a preocupação desta pesquisa.

A primeira questão tem a seguinte formulação: considerando a existência de uma estreita relação entre o *boom* do associativismo cabo-verdiano e as reformas econômicas e políticas implementadas no país a partir dos anos de 1990, será que um projeto de economia solidária, no caso cabo-verdiano, se apresenta como uma solução proposta pelo capitalismo mundial através do FMI, Banco Mundial e da própria cooperação internacional, de “*tratar ao melhor custo a questão social, fazendo daí gerar miséria e pobreza não por funcionários responsáveis e bem formados, mas pelos beneficentes ineficazes e de motivações duvidosas*” (CAILLÉ, 2005:199), conforme propugna os desacreditadores mais revolucionários da economia capitalista?

A segunda questiona se atualmente as políticas públicas nacionais relativamente à economia solidária estarão reproduzindo as relações históricas da caridade e do assistencialismo tentando controlar e manipular as associações ou estarão se conduzindo no sentido de contribuir para a construção da cidadania promovendo a autonomia e a emancipação dos associados e das respectivas comunidades?

Para Caillé, mau grado todas as prevenções, a referência à economia solidária parece contudo reunir o maior número dos que, em diversos graus, procuram remédio para os malefícios do tudo-mercado.

Por conseguinte, a preocupação desta pesquisa, talvez um pouco mais otimista, compartilha a posição dos que admitem, entre os quais Singer, como sendo uma novidade a abordagem da economia solidária como opção válida e viável de organizar a economia ou ao menos parte dela e não unicamente como remédio para o desemprego e exclusão social.

Nessa perspectiva, começa a firmar-se o ponto de vista de que empreendimentos solidários não precisam ser de pessoas pobres, podendo também prosperar em mercados que exigem proficiência técnica e administrativa.

Quanto à manifestação do fenômeno no contexto da realidade cabo-verdiana, referindo particularmente ao meio rural da Ilha de Santiago, não seria de todo correto pensar uma economia solidária cabo-verdiana como sendo propriamente um fenômeno emergente. Isso porque, embora sendo de caráter espontâneo e informal, estabelecendo-se com base em relações de parentesco e de vizinhança, os modos de ação coletivos comunitários mobilizados e organizados a partir da solidariedade são práticas que

acompanharam a constituição e desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana como estratégia de enfrentamento e de sobrevivência das populações às adversidades da vida nas ilhas. Isso, em virtude, principalmente, da ocorrência de secas cíclicas e da ausência de recursos naturais. Essa forma de solidariedade comunitária e tradicional é conhecida e designada por “djunta mo” expressão do crioulo, língua nacional, que literalmente significa “juntar as mãos” ou então “ajuda mútua”; solidariedade; etc., nomeadamente, em atividades ligadas a agricultura, construção de moradias, catástrofes naturais, cultura, lazer, organização de eventos, etc.

No que concerne ao processo de exclusão social, questão centro do debate visando uma explicação e compreensão da problemática da emergência e disseminação de iniciativas e experiências de economia solidária, ela constitui, sem dúvida, um fenômeno histórico-estrutural, que participa efetiva e ativamente da constituição e do desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, cuja origem é predominantemente escravocrata, transcorrendo todo período da colonização portuguesa até a realidade atual, sendo, por isso, inerente à sua própria formação econômica e social.

Por conseguinte, o circuito formal de trabalho essencialmente baseado nas esferas do mercado e da administração pública central e local tem estado sempre muito longe de absorver o conjunto de sua população ativa e carente de emprego o que, agravado pelas secas, forçou milhares de cabo-verdianos à emigração nomeadamente para os países da Europa, Estados Unidos da América e África.

Nessa perspectiva, pensamos que a problemática dum economia solidária cabo-verdiana se define essencialmente enquanto iniciativas de combate para erradicação da pobreza, especialmente no meio rural. Aliás, uma extensa faixa da população do país sempre esteve privada de acesso aos circuitos formais de emprego e de qualquer outra espécie de benefícios, sobrevivendo graças às diferentes formas de solidariedade tecidas localmente no quotidiano das redes comunitárias, às remessas dos emigrantes, além das práticas informais de comércio, de produção de bens e de prestação de serviços que compõem o setor de economia no meio rural.

Portanto, a problemática dum economia solidária não se colocaria tanto em termos de crise na construção do liame ou dos vínculos sociais, mas em termos dum preocupação crescente com a garantia de condições de vida dignas para a maioria das famílias, portanto, num contexto dum árdua e persistente luta para a erradicação da pobreza no meio rural.

A questão do combate à pobreza, elevada à condição de uma espécie de ação patriótica que procura mobilizar e congregar todas as forças vivas e a sociedade em geral,

vem possibilitando o surgimento de um grande número de iniciativas bastante díspares, provenientes de diferentes âmbitos institucionais, como a iniciativa privada ligada às empresas; à Cáritas¹⁴ cabo-verdiana, provenientes da esfera do Estado, muito pródiga em iniciativas, tanto a nível nacional como municipal; da cooperação internacional bilateral e multilateral; da cooperação descentralizada municipal e da sociedade civil.

Entretanto, é de se sublinhar que o campo privilegiado de emergência de iniciativas e práticas de combate à pobreza é o da própria sociedade. E neste universo tão heterogêneo de práticas, algumas demonstram a especificidade de articular solidariedade com a elaboração de atividades econômicas: são estas que consideramos como desenhando o projeto de uma economia solidária e que constitui o objeto da nossa observação e análise empíricas no contexto da realidade cabo-verdiana.

O PNLP - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza inscreve-se nos esforços do Governo de Cabo Verde na busca constante da melhoria sustentável das condições de vida das populações mais pobres e vulneráveis do país, cuja caracterização e perfil foram definidos através da informação do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias realizado em 1988/89. O Programa assenta nos seguintes princípios orientadores: reduzir a pobreza de forma durável e sustentável; combater a pobreza no quadro descentralizado; e promover a participação e a coordenação de esforços. A complexidade do Programa é traduzida pelo número e âmbito dos sub-programas que o compõem, nomeadamente: integração dos grupos pobres na economia; melhoria do acesso social dos grupos pobres da população; melhoria social e reforço da capacidade institucional.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza tem como objetivo promover a redução sustentada e durável da pobreza no país, fixando-se como objetivos específicos os seguintes: promover a integração dos grupos pobres da população no processo de desenvolvimento; melhorar os indicadores sociais dos pobres; reforçar a capacidade institucional de planificação, coordenação e seguimento de atividades de luta contra a pobreza. O PNLP pretende focalizar a sua atuação na camada da população que vive abaixo do limiar da pobreza, com prioridade para os seguintes grupos alvos, os quais se

¹⁴ A Cáritas cabo-verdiana faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Enquadra-se na Pastoral da Igreja Católica realizada pelas Dioceses cabo-verdianas dando uma contribuição importante para a melhoria das condições de vida das famílias mais pobres.

interpenetram: mulheres, sobretudo as mulheres chefes de família; desempregados e, particularmente os jovens desempregados; grupos em situação de vulnerabilidade trabalhadores das FAIMO - Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra.

No quadro desse Programa participa um importante leque de intervenientes, quer a nível de financiamento, quer a nível de coordenação, gestão e execução do mesmo. Para implementar o PNLP, o Governo de Cabo Verde obteve apoio financeiro de várias instituições credoras e doadoras, entre as quais, a IDA (Associação Internacional para o Desenvolvimento), o FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), o BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a Cooperação Austríaca.

Os principais projetos do PNLP e seus financiadores são:

1. Projeto de Desenvolvimento do Setor Social (PDSS), com um orçamento de 18,1 milhões de dólares, sendo 90% financiado pela IDA e 10% pelo Governo de Cabo Verde. O Projeto era de âmbito nacional e teve uma duração de 4 anos (de 2000-2004).

2. Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), orçado em 18,335 milhões USD sendo 50% financiado pelo FIDA, 36% pelo Governo de Cabo Verde e 14% pelas comunidades beneficiadas. A duração do Programa é de 9 anos (2000-2009). As Ilhas e os Municípios beneficiários são Brava, Fogo, Santiago (Municípios de São Miguel e Tarrafal), Santo Antão (Municípios de Paul, Porto Novo e Ribeira Grande) e São Nicolau.

3. Projeto de Promoção Socioeconômica de Grupos Desfavorecidos (PSGD), orçado em 781 milhões ECV (Escudos Cabo-verdianos), correspondendo atualmente a 10.923.076,00 dólares, 90% financiado pelo BAD e 10% pelo Governo de Cabo Verde. Teve uma duração de 5 anos (2000-2005). As ilhas beneficiárias foram Santiago, Santo Antão e São Vicente.

Capítulo 5.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

“A pobreza é velha como o mundo. Sufia não tinha nenhuma chance de melhorar sua situação econômica. Mas porquê? Eu era absolutamente incapaz de responder a essa pergunta. Desde a infância somos habituados a ver pobres à nossa volta e nunca perguntamos porque eles são pobres” (YUNUS, 2006:20).

A grade de análise: os pressupostos de base

Face ao amplo espectro de experiências voltadas para gestão e regulação social, é interesse e preocupação da nossa pesquisa a compreensão, nomeadamente, daquelas iniciativas que articulam a sua finalidade social e política com o desenvolvimento de atividades econômicas, introduzindo ainda a solidariedade no centro da elaboração dos seus projetos e das suas atividades, ou seja, das iniciativas e experiências que se configuram como projeto de organizações de economia solidária.

Tratam-se particularmente de experiências fortemente vinculadas a um quadro territorial específico de pertencimento - um bairro, uma aldeia, uma localidade, uma região, etc. - e que tentam através da sua prática enfrentar a resolução das suas problemáticas locais. Nessa perspectiva, a referência ao tecido social local e suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas é o que marca ou define a própria idéia de economia comunitária.

Tratando-se de um projeto de economia solidária, e diferentemente do que ocorre com a solidariedade na sua acepção mais tradicional, ela, a solidariedade, afirmada como uma ação voluntária das pessoas projeta-se sobre um espaço público. Ou seja, os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração das atividades econômicas, porém com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente etc. Com isto, está-se a sugerir a idéia de que a economia solidária tem por vocação combinar uma dimensão comunitária mais tradicional com uma dimensão pública mais moderna na sua ação (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Isto é particularmente evidente nos casos em que a

ação associativa, fortemente baseada nos vínculos comunitários, ataca a resolução de problemas públicos concretos ligados às condições de vida das pessoas no contexto de um bairro ou duma localidade ou região, como são, no caso, as organizações objeto da nossa pesquisa. E é exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental.

A nossa insistência é de que o registro da solidariedade permaneça a base fundamental sobre a qual se erguem as atividades econômicas. Estas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias, isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários. Parece residir precisamente neste aspecto, o traço característico maior dessa economia. Ou seja, o fato dela encontrar no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades e para resolução dos problemas das pessoas e suas comunidades.

Para a análise das informações coletadas, procedemos à elaboração de uma grade de análise baseada essencialmente na combinação duma proposta de critérios norteadores das iniciativas de economia solidária, sugerida por França Filho e Laville (2004), com os princípios definidores e caracterizadores dessas iniciativas apresentados por Singer (2002). Os critérios de França Filho e Laville refletem cinco grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária. Convém referir, que duas dessas características coincidem claramente com os princípios que definem e orientam os empreendimentos de economia solidária segundo a proposta de Singer, sendo o esquema complementado com os restantes princípios incluídos na seqüência, conforme a seguir se apresenta:

1. A pluralidade de princípios econômicos, ou seja, a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade;
2. A autonomia institucional;
3. A democratização dos processos decisórios;
4. A sociabilidade comunitário-pública;
5. A finalidade multidimensional;
6. Posse coletiva ou compartilhada dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir;
7. Destinação do excedente anual segundo critérios aprovados após discussões e negociações entre todos.

8. Reputar como finalidade básica a quantidade e a qualidade do trabalho e não a maximização do lucro.

A Associação dos Amigos de Figueira Muita



Figueira Muita localiza-se no Município do Tarrafal que se situa na região mais a norte da Ilha de Santiago. Tarrafal tem uma superfície de 112,4 km² e uma população de 17.784 (censo de 2000), sendo 7.904 homens e 9.880 mulheres.

Figueira Muita é uma das 20 localidades desse Município, situando-se a 15 km da Vila do Tarrafal, na divisa do mesmo com o Município de Santa Catarina. Tem uma população de 228 habitantes, dos quais 54% são mulheres. Repartidas em 46 famílias, a maior parte da sua população possui idade compreendida entre os 5 e os 45 anos de idade. A sua população ativa de 123 pessoas representa 53,9% da população total.

O seu povoamento é disperso devido principalmente às condições orográficas da localidade que se situa numa encosta a mais de 600 metros de altitude, beneficiando, em contrapartida de um micro-clima que favorece a prática de agricultura de sequeiro, pecuária e silvicultura.

O setor da construção civil emprega cerca de 9% dos efetivos totais da comunidade. O volume global do emprego composto por 93 postos de trabalho distribuídos entre os setores primários (agricultura, silvicultura e pecuária) e terciários (administração pública transporte e comércio) beneficia 75,6% da sua população ativa favorecendo mais a população feminina do que a masculina.

A taxa de desemprego de 24% afeta mais as mulheres que constituem a maioria da população residente. 61,4% da população com mais de 14 anos de idade possui o nível de ensino básico integrado¹⁵ e 31,9% não possui qualquer nível de instrução.

Construção de cisternas familiares, o abastecimento de água e a energia, o problema do desemprego, habitação, formação profissional, micro-crédito, apoio para o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento - AGR, entre outras, constituem as principais preocupações dessa comunidade.

A tradição e experiência do passado em matéria do “djunta mó” (ajuda mútua) favoreceu sobremaneira a sensibilidade e motivação das pessoas em se organizarem numa associação de desenvolvimento comunitário.

A ADAF - Associação dos Amigos de Figueira Muita foi criada em 2001, sendo a escritura de sua constituição realizada em 4 de Novembro de 2004. A iniciativa foi protagonizada por um grupo de quarenta sócios fundadores sendo trinta e uma mulheres e nove homens, todos pertencentes à comunidade, para, de forma organizada e coletiva, enfrentar os problemas de pobreza agravados pela persistência das secas continuadas, escassez dos recursos naturais e falta de emprego.

Trata-se de uma Associação de direito privado, dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de carácter apolítico, com sede em Figueira Muita, que persegue fins sociais e de solidariedade social, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico de Figueira Muita.

Segundo Maria Júlia, Presidente do Conselho de Direção, a idéia da sua criação foi corroborada pelas “boas notícias” que na ocasião se divulgavam sobre os benefícios da intervenção das associações nas comunidades rurais do interior da Ilha de Santiago. Esse fato, de certa forma, confere alguma consistência empírica à tese de Singer, segundo a qual, o que impele a economia solidária de se difundir com força cada vez maior já não é mais (não apenas) a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica da sua implementação.

¹⁵ Equivalente ao ensino fundamental no Brasil

Figueira Muita é uma comunidade que vive quase totalmente dependente das FAIMO - Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra - quando estas, sazonalmente, iniciam suas atividades nos domínios de conservação de solos e águas, agricultura e pecuária familiares, infra-estruturas comunitárias, etc. oferecendo assim, emprego, sobretudo, às famílias mais carenciadas da comunidade.

Maria Júlia é peremptória ao afirmar: *“para mim está muito claro que hoje em dia o desenvolvimento está nas mãos de quem vive na comunidade. Sabemos que quando se trata de desenvolvimento local para o combate à pobreza temos que apostar sempre na organização”*.

Ela destaca o grande peso e dinamismo das mulheres, nomeadamente mulheres chefes de família, na criação, constituição e funcionamento da Associação; participação nos seus órgãos sociais e realização das atividades na comunidade.

Das principais motivações para levar a bom termo esse projeto de emancipação e desenvolvimento comunitário são, primeiramente, o fato da comunidade de Figueira Muita compartilhar a consciência de que a melhoria das condições de vida dos seus membros, ou seja, o desenvolvimento da sua comunidade depende, sobretudo, de iniciativas empreendidas localmente com base nas necessidades e expectativas reais e expressas no quotidiano das pessoas da comunidade. Por outro lado, por ter chegado à conclusão de que o engajamento e participação ativa da comunidade no âmbito da implementação do PNLP - Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e do PLPR - Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural é imprescindível para que os projetos e programas reflitam suas necessidades, pontos de vista e esperanças.

Ora, isso significa que nos encontramos perante uma organização que é uma emanção e expressão da motivação da comunidade em se organizar na base do voluntariado e da solidariedade para coletivamente assumirem seus próprios destinos e, deste modo, resolver os seus problemas, dinamizar e liderar o processo de desenvolvimento de sua comunidade. A ADAF conta hoje com 75 associados. Um dos motivos de orgulho da sua Presidente é o fato de todas as famílias da comunidade ter pelo menos um membro engajado na Associação.

Seus principais parceiros são ACDI/VOCA¹⁶, através do Programa PL 480¹⁷, o Ministério do Ambiente e Agricultura, através da Direção Geral da Agricultura,

¹⁶ACDI/VOCA é uma ONG norte-americana que promove o crescimento económico e o desenvolvimento da sociedade civil em democracias emergentes e países em desenvolvimento.

¹⁷ É o Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola iniciado em Cabo Verde em 1992 pela USAID - Agência Internacional de Desenvolvimento dos EUA, sob a administração da ACDI/VOCA, em

Silvicultura e Pecuária, a Câmara Municipal do Tarrafal, a OÁSIS - Organização das Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da Ilha de Santiago, a ASDIS - Federação das Associações para a Solidariedade Social e o Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago, a Embaixada dos Estados Unidos da América, a CRP - Comissão Regional dos Parceiros do PLPR - Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural, dos Municípios de São Miguel e Tarrafal e a Agência de Viagens “Orbitur”.

Importa, numa perspectiva geral, referir à importância crucial da ação dos parceiros para permitir a viabilidade econômica e social dos empreendimentos. Reportando à Girard (2004), o movimento associativo, no caso concreto o cabo-verdiano, e a ADAF em particular, precisa de parceiros em relações não-hierárquicas, isto é, em relações ao mesmo tempo autônomas e dependentes. Isto é uma dependência escolhida que não exclua a autonomia, pois: *“não é mais o proletariado que é portador da história, mas todos os envolvidos em prol de uma real democracia”*.

Os parceiros acima mencionados, além da assistência técnica, formação e capacitação profissional e institucional são, sobretudo, os principais financiadores dos projetos e atividades da ADAF. Portanto, a origem e natureza dos recursos estão em conformidade com o primeiro critério norteador de um empreendimento de economia solidária, ou seja, o princípio de hibridação de economias: mercantil, não-mercantil e não-monetária. A ADAF, para a sua sobrevivência e sustentabilidade, socorre-se dos recursos públicos das instituições governamentais e não governamentais, da cooperação bilateral, multilateral e descentralizada, das empresas privadas, do voluntariado, doações, etc. Os produtos confeccionados na sua oficina, tais como roupas, rendas (obras de malha com desenhos) e bordados são comercializados no mercado local e regional, sendo os rendimentos daí advinentes utilizados para prosseguir fins públicos a nível da comunidade.

Pode-se verificar que é uma organização engajada em redes, como a CRP, de que é vice-presidente da Assembleia Geral e é também membro da OÁSIS e da ASDIS. Tem como prática a organização e participação frequente de intercâmbios na comunidade e também em outras regiões de Santiago. Esse engajamento se afigura como uma condição vital para a sua viabilidade enquanto organização, permitindo o seu autoconhecimento enquanto grupo. Segundo Girard (2004), reconhecer-se com outros que vivenciam as mesmas lutas e opções, bem como permitir o reconhecimento de seu peso na região e seu

ações desenvolvidas conjuntamente com as associações comunitárias de Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo, as ilhas com mais tradições agrícola no arquipélago.

potencial de desenvolvimento é importante para a viabilidade e perenização do empreendimento.

A ADAF encara a questão da sua viabilidade e sustentabilidade como um desafio, o que está bem expresso nas palavras da sua Presidente ao referir que a partir de 2002 e, principalmente em 2004, já se encontravam com capacidade endógena: recursos financeiros, organizacionais e humanos para, por meios próprios, resolver problemas da comunidade, nomeadamente com a organização e realização, desde 2005, de cursos de formação em corte e costura, rendas e bordados para as mulheres da comunidade.

É de se registrar a questão da valorização das dimensões educação, formação/capacitação dos associados e membros da comunidade nomeadamente mulheres e assinalar o fato das atividades de confecção de vestuários, rendas e bordados serem realizadas não com o fim exclusivo de vender para o mercado, mas também de estimular e desenvolver as potencialidades das suas gentes, propiciar uma ocupação útil do tempo, e, através disso, a promoção e divulgação da localidade de Figueira Muita.

Importa ainda reter a importância que a ADAF atribui a dimensão cultural da comunidade com a organização de um grupo de batucadeiras, de dança e música tradicional de Santiago, não apenas para a animação na ocasião das festas e outros eventos organizados na comunidade, mas também como recurso privilegiado da mobilização e do reforço da coesão comunitária, de manifestação, promoção e divulgação das tradições, potencialidades e especificidades próprias da localidade e comunidade de Figueira Muita.

“Temos a consciência clara de que a nossa associação não pode apenas funcionar como uma espécie de agência de emprego. Ela deve estar sempre organizada e motivada para mobilizar e congrega a comunidade para continuar procurando soluções para seus problemas”. Este trecho, proferido pela Presidente da ADAF, revela uma preocupação em preservar e consolidar a dimensão da organização enquanto projeto coletivo emanado da própria comunidade e por esta assumida numa lógica de solidariedade e numa estratégia duradoura e sustentável para enfrentamento da problemática da luta contra a pobreza e resolução dos problemas da comunidade.

As principais atividades desenvolvidas pela Associação na comunidade são obras de conservação de solos e águas, construção de vias de acesso, trabalhos de florestação com a plantação de 31712 plantas na comunidade, construção de 18 diques de captação de água e respectiva manutenção, construção de 7.500 metros de socalcos, construção de cisternas familiares particularmente para as famílias mais carenciadas. Em Figueira Muita todas as residências estão dotadas de cisternas para captação da água das chuvas. A

realização de atividades dessa natureza e envergadura comprova a existência de uma das características que melhor define os empreendimentos de economia solidária que é projeção de sua ação (projetos e atividades), no espaço público comunitário, nos domínios ambiental, social, cultural, etc., para enfrentar e solucionar problemas tradicionalmente do âmbito e competência do Estado. O que, por outro lado, evidencia uma outra característica importante, que é a finalidade multidimensional da ADAF. Isso significa que a sua dimensão econômica serve como um meio para realização do seu objetivo que se define prioritariamente em termos sociais, culturais, ecológicas e políticos. Sendo ADAF uma Associação de base comunitária, a característica: “sociabilidade comunitário-público” é muito acentuada, resultando de uma forma específica de combinação entre padrões comunitários de organização e de relações sociais com práticas de atividades e realização de projetos voltados para afirmação do princípio da alteridade (LÉVINAS, 2005) ou de um agir no espaço público.

São órgãos da ADAF: a Assembléia Geral constituída por todos os associados que tenham suas quotas¹⁸ em dia. Ela é dirigida pela mesa que se compõe de um Presidente, um vice-presidente e um secretário. O Conselho de Direção é constituído por cinco membros, dos quais um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois vogais. Apesar do estabelecido no estatuto e no regulamento interno, a ADAF reúne mensalmente, no último domingo de cada mês. As decisões são tomadas, após discussões abertas e amplamente participadas, de forma coletiva e quase sempre consensual. A nossa entrevistada refere ainda a uma vantagem que vem facilitando os trabalhos da Assembléia Geral e o processo de tomada de decisões nesse órgão, que é o fato de todos os associados conhecerem muito bem a realidade da comunidade e suas prioridades. Entretanto, acontece que no momento de selecionar as pessoas para os trabalhos na comunidade há sempre alguma tensão porque a tendência é de todos acharem que suas escolhas são prioritárias. Sem descurar os mais necessitados, no processo de seleção, a ADAF tem que levar em conta a natureza do trabalho a realizar que por vezes exige o recrutamento de mão de obra especializada. Para se chegar ao consenso, a melhor estratégia tem sido a discussão aberta com apresentação de propostas segundo critérios claros e justos, sendo a última palavra sempre reservada à assembléia.

¹⁸ O montante das quotas é o equivalente a R\$2,00, ou seja, 100\$00 (escudos cabo-verdianos) por mês.

Continua Maria Júlia: *“por exemplo, em 2005 realizamos uma assembléia para decidirmos se faríamos ou não um almoço comemorativo no dia um de Junho, dia internacional das crianças. Porque procedemos dessa forma? Para ficar claro para todos os associados e para a comunidade que todos nós temos a obrigação de prestar contas das nossas ações e das nossas escolhas e que as decisões e as responsabilidades têm que ser coletivas e compartilhadas”*.

As eleições para a renovação dos titulares dos órgãos da Associação são realizadas de forma regular e democrática, de acordo com o estatuto, sendo a última realizada no passado mês de Janeiro (de 2007).

ADAF tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É, por conseguinte, gerenciada de forma coletiva com base em órgãos colegiais democraticamente eleitos.

O seu património constituído pela sua sede social, pelos materiais e equipamentos de produção de bens e serviços, pelos rendimentos provenientes da realização das suas atividades, pelas quotas dos associados, pelas doações, etc., constituem uma propriedade coletiva e exclusiva da Associação e meios privilegiados de acesso e de projeção da sua ação no espaço público comunitário.

Os fundos acumulados resultantes das atividades realizadas pela Associação, por decisão da Assembléia Geral, são utilizados para o financiamento dos projetos e atividades da ADAF na comunidade. Atenção especial é dada aos mais carenciados no domínio de construção e reabilitação de moradias, educação, saúde, realização de festas, funerais, etc.

A Associação Agro-Hortelão

Hortelão é uma das 23 localidades do Município de São Miguel, uma comunidade que se localiza na bacia hidrográfica denominada Ribeira de Principal, tendo esta uma população de 2237 habitantes, com a seguinte distribuição pelas suas 4 comunidades: Principal 1478, Gongon 422, Xáxa 139 e Hortelão 198. A Ribeira de Principal situa-se a norte do Município e demarca no sentido leste oeste a fronteira entre São Miguel e o Município do Tarrafal. A oeste, no sentido sul norte, São Miguel faz fronteira com o Município de Santa Catarina.

São Miguel como Município tem 11 anos de existência. Tem uma superfície de 90.7 Km² e uma população de 16.104 habitantes (censo de 2000), composta por 7.114 homens e 8990 mulheres.

A comunidade Hortelão alberga 41 famílias totalizando 198 residentes, dos quais 59% constitui a população feminina. A maior parte da sua população tem idade compreendida entre os 5 e os 45 anos. A população ativa representa 52% da população total, da qual 80% encontra-se empregado no setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura). O setor secundário é dominado na sua quase totalidade pela agro-indústria de produção de aguardente de cana de açúcar que representa 85% da produção do setor. Emprega majoritariamente homens, ou seja 60% da sua população ativa. Entretanto, a presença feminina é predominante nomeadamente na produção de melado de cana de açúcar, licores e compotas de frutas. O comércio formal e, nomeadamente, o informal é outra atividade exercida predominantemente pelas mulheres jovens e chefes de família.

A taxa de desemprego de 20% afeta principalmente a população feminina. 57% da população com mais de 14 anos possui o nível de ensino básico integrado e 38% não possui qualquer nível de instrução.

Principais necessidades e problemas da comunidade: energia elétrica, infra-estruturas de telecomunicações (telefones fixos e móveis), desenvolvimento de turismo de habitação e de montanha, construção e reabilitação de habitações das famílias mais carenciadas, formação em técnicas de produção e comercialização de produtos agrícolas, produção e abastecimento de água para irrigação e consumo, construção de estradas e vias de acesso na comunidade e de acesso às comunidades vizinhas, construção de cisternas familiares e comunitárias, melhoramento do saneamento básico (coleta e transporte de lixo, sanitários comunitários e familiares), instalação de antenas para captação de sinais de TV e rádio, micro-crédito para financiamento de atividades geradoras de renda, designadamente no domínio da agricultura, pecuária, comércio, agro-indústria, restauração, artesanato, cabelereiro, etc.

A Associação dos Agricultores Criadores para o Desenvolvimento Comunitário da Localidade de Hortelão foi constituída em 20 de Maio de 1994, sendo o reconhecimento da sua personalidade jurídica efetuado em 16 de Setembro de 1996.

O acontecimento cuja relevância motivou a organização da comunidade de Hortelão numa Associação Comunitária de Desenvolvimento, relaciona-se com a necessidade urgente em pôr cobro aos conflitos frequentes e persistentes designadamente entre os agricultores, resultantes da disputa pela escassa oferta de água para irrigação e consumo. Como agravante, prevalecia na época uma administração ineficiente da parte dos Serviços Autônomos de Água e Saneamento da Câmara Municipal do Tarrafal, município

ao qual São Miguel pertencia até a sua elevação à categoria de Concelho em Novembro de 1996.

Assim, a Associação tinha como missão prioritária a de solicitar ao Ministério do Ambiente e Agricultura e ao INGRH - Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos a construção de mais infra-estruturas de captação, aprovisionamento e distribuição de água, propor e negociar para que seja a própria Associação a proceder à gestão e distribuição da água na comunidade e, assim procedendo, promover a reconciliação da comunidade, restabelecer a confiança e coesão no seu interior. Além disso, a Associação tinha como preocupação, questões ligadas, designadamente, ao meio ambiente, educação, saúde, formação, cultura e lazer.

Hortelão integra uma região toda ela montanhosa cavada por vales profundos e encostas de declive muito acentuado, cuja elevação atinge o seu máximo na zona da Serra de Malagueta com uma altitude de 1300 metros. Em contrapartida, possui um micro-clima cuja pluviosidade, mesmo nos anos mais secos, garante a produção agrícola de sequeiro. Portanto, a principal preocupação com o meio ambiente prende-se com a questão da proteção das encostas através da plantação de árvores, inclusive fruteiras, e pastagens para o gado, construção de socalcos, reservatórios de água e levadas de modo a viabilizar a prática da agricultura, e realização de atividades de educação, formação e sensibilização da comunidade para preservação do meio ambiente, utilização e exploração dos recursos naturais de forma racional e sustentável. No domínio da educação a preocupação é principalmente com a educação pré-escolar que é desenvolvida em parceria com a Câmara Municipal, apoio para o transporte escolar aos alunos mais carenciados, educação e sensibilização da comunidade, nomeadamente dos jovens para o enfrentamento de problemas ligados ao tráfico e consumo de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, HIV-SIDA, defesa e proteção do meio ambiente, etc. A formação profissional, no domínio da Agricultura, prioriza as novas tecnologias de irrigação e introdução de novas técnicas e práticas culturais, introdução e experimentação de novas culturas, técnicas de manuseamento, transformação, embalagem e comercialização de produtos agrícolas. No domínio da pecuária: melhoramento de raças, assistência técnica e veterinária aos pecuaristas, produção e conservação do pasto. A nível da cultura: valorização e preservação das tradições locais que se manifestam através do artesanato, música, dança, culinária, festas de romaria. Com o lazer a preocupação da Associação é essencialmente com atividades para ocupação dos tempos livres, nomeadamente de jovens e crianças, práticas de atividades esportivas, organização de eventos, festas, etc.

A Agro-Hortelão emerge num contexto de grave crise cuja repercussão foi a instauração de um ambiente de hostilidades e desconfianças no interior da comunidade e, com isso, a desintegração dos vínculos comunitários. Portanto, a Agro-Hortelão resultou de uma necessidade premente das pessoas ultrapassarem suas diferenças e se unirem, voluntária e solidariamente, em torno de um projeto coletivo forjado sobre problemas concretos vivenciados no quotidiano, como forma de coletivamente enfrentá-los e resolvê-los, projetando numa base planejada e, na medida do possível, consensual o desenvolvimento da comunidade no seu todo.

Quanto a nós, primeiramente, há evidências de que o contexto da emergência da Associação Agro-Hortelão é por si só, uma circunstância que favorece o reforço da confiança e auto-estima da comunidade, legítima e confere credibilidade a sua organização para representá-la e liderar o processo de combate para erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida na comunidade. Por outro lado, essa circunstância constitui uma base sobre a qual a Associação está alicerçando o processo de consolidação da sua viabilidade e autonomia, enquanto projeto que retira sua força e sentido na ação cidadã projetada no espaço público local, visando a resolução dos problemas da sua sobrevivência e a promoção do desenvolvimento da sua comunidade.

À semelhança da ADAF, constata-se na Agro-Hortelão uma forte presença e dinamismo das mulheres constituindo a maioria dos seus associados, numa relação de 71 mulheres para 46 homens, ou seja, 60,68%.

A partir de 1996, com a legalização e início da execução dos projetos e atividades na comunidade, a Agro-Hortelão foi acumulando excedentes que foram investidos na construção de uma pequena indústria de produção de aguardente e melado de cana de açúcar e na aquisição de um caminhão para apoio às suas atividades, entre as quais, a recolha e transporte de lixo da comunidade para o aterro sanitário municipal. Assim, pouco a pouco, começou criando condições para geração de emprego e renda para os associados e para a comunidade em geral, e se introduzindo na gestão dos bens comuns e da vida comunitária.

As principais atividades realizadas na comunidade são, entre outras, a construção de infra-estruturas de conservação de solos e água, nomeadamente, a construção de socialcos, reservatórios de água, diques de retenção, florestação, lançamento de sementes para pastagem. A nível social a Associação vem privilegiando atividades como a construção e reabilitação de moradias das famílias e pessoas mais carenciadas, concessão de apoios diversos nas áreas de educação, saúde, cultura e desporto. Uma das infra-

estruturas mais emblemáticas para a comunidade é o Centro Comunitário construído com o financiamento da Embaixada dos EUA. O Centro dispõe de espaços para a sede da Associação, para o funcionamento de um jardim infantil, para a realização de atividades de formação e de lazer principalmente para os jovens, dispendo ainda de um anexo onde funciona uma industrial de produção de compotas, geléias e doces que são comercializados nas ilhas da Boavista, Sal, Maio e Santiago.

Os principais parceiros da Agro-Hortelão são a ACDI/VOCA, através do Programa PL 480, a DGASP - Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária - do Ministério do Ambiente e Agricultura, a Cooperação Francesa, a Plataforma Nacional das ONGs, Embaixada dos EUA, Corpo da Paz dos EUA, OÁSIS, ASDIS, CRP, Câmara Municipal de São Miguel.

Como referimos na análise anterior, os parceiros são, sobretudo, financiadores dos projetos e das atividades da Associação, mas também colaboram a nível de assistência técnica, assessoria, formação e acompanhamento institucional, principalmente nos primeiros anos da sua existência. Por conseguinte, pode-se constatar que os recursos mobilizados pela Associação são de origem e natureza diversa, com um peso maior para instituições públicas governamentais e não governamentais e cooperação bilateral e multilateral. Porém, os recursos do mercado são também significativos na Agro-Hortelão resultados de suas atividades ligadas designadamente a agro-indústria, confecção de rendas, bordados e panos de terra.

Ora isso indicia que a Agro-Hortelão, na condução da sua dinâmica organizacional, opera uma articulação não apenas entre as três fontes de recursos que representam os três princípios do comportamento económico - o mercantil, o não-mercantil e o não-monetário (ou recíprocatário) -, mas também entre distintas lógicas de ação (social, cultural, ambiental, etc.), mobilizando ainda diferentes legitimidades no plano da sua prática associativa considerando o seu nível de interatividade com o envolvente institucional.

Por outro lado, atividades formativas em diversas áreas e temas como a saúde sexual e reprodutiva, prevenção e combate à VIH-SIDA e doenças sexualmente transmissíveis, enfrentamento da problemática do ambiente, combate ao uso e tráfico de droga, produção e comercialização de rendas e bordados, promoção de cursos de corte e costura, confecção de panos de terra, disseminação da culinária, cabeleireiro, restauração, guias turísticos, vêm merecendo toda a atenção da Associação.

Parece, a nosso ver, evidente que a característica (ou critério) “finalidade multidimensional” está bem presente na dinâmica organizativa da Agro-Hortelão pelo fato

de, a par da dimensão econômica, internalizar, nomeadamente, através da educação e formação, as dimensões social, cultural, ecológica e política, no sentido da afirmação do princípio de alteridade e de um agir no espaço público de proximidade ou comunitário. Assim sendo, o econômico é apenas um meio para a realização do objetivo da Associação que se define prioritária e, basicamente, em termos sociais, políticos e ecológicos.

A Agro-Hortelão, ainda se define nos termos de Caillé (2004), como uma “associação de pleno direito”, na medida em que outorga privilégio ao vínculo em detrimento do bem utilitário e como uma “associação para si”, no sentido em que ela não restringe o âmbito da sua ação apenas aos seus membros internos, porém, volta-se prioritariamente, para resolução de questões que se encontram no seu entorno, ou melhor, na sua comunidade; questões essas de caráter eminentemente públicas.

À semelhança da ADAF, a Agro-Hortelão participa de redes de organizações de nível superior de âmbito regional e nacional, representadas por OÁSIS, ASDIS, CRP e Plataforma Nacional das ONGs. Essas redes constituem suportes indispensáveis ao reforço e consolidação da sua autonomia institucional; à preservação do seu projeto enquanto organização política, social e ecologicamente comprometida com a sua comunidade; ao intercâmbio permanente de experiências, saberes, informações com outras associações que se encontram engajadas e implicadas em mesmas lutas e opções.

É digno de registro o fato da Agro-Hortelão, apercebendo-se duma conjuntura em que as parcerias e os financiamentos tradicionais vêm-se escasseando; da circunstância de Cabo Verde ter sido graduado ao grupo dos países de desenvolvimento médio, ter apostado na mobilização de novas parcerias com associações congêneres, no país e no estrangeiro, como forma de tomar contato com experiências e soluções ensaiadas e desenvolvidas em outros contextos de realidade e, assim, também, conseguir financiamentos, idéias e soluções para serem aplicados na resolução dos problemas da sua comunidade. O exemplo modelo dessa parceria é a cooperação que ela está desenvolvendo com uma Associação portuguesa do Município de Viana do Alentejo cujo projeto de produção de compotas, geléias e doces já se encontra em pleno funcionamento.

Quanto ao funcionamento dos órgãos, a Assembléia Geral reúne em sessão ordinária uma vez por ano e extraordinariamente sempre que for convocada por iniciativa da mesa da Assembléia Geral, a pedido do Conselho de Direção, do Conselho Fiscal, de um número mínimo de dez por cento do total dos 117 associados em pleno uso dos seus direitos. Entretanto, na prática, conforme o depoimento do seu Presidente, a Assembléia Geral reúne trimestralmente. Essa prática, já internalizada pelos associados e pela

comunidade em geral (uma vez que as sessões são abertas aos membros e aos não-membros) tem como objetivo manter os associados e a comunidade informados e motivados em participar e a dar a sua contribuição para a comunidade. O Conselho de Direção funciona quinzenalmente e o Conselho Fiscal semestralmente.

Uma prática que vem facilitando o bom entendimento entre o Conselho de Direção e a Assembléia Geral é que nas reuniões daquele normalmente participam membros dos outros órgãos e quando não podem participar são informados sobre as discussões e decisões havidas. Uma outra vantagem consiste no fato de todos os associados, membros e responsáveis dos órgãos sociais da Associação residir na comunidade. Isso facilita, sobremaneira, a comunicação, realização de reuniões, como reforço à coesão e à mobilização, tanto na Associação quanto na comunidade.

No que diz respeito à participação nas reuniões dos órgãos é de se realçar que, até a criação da Associação, as pessoas não gostavam de participar em reuniões e discussões coletivas que muitos consideravam como perda de tempo. Entretanto, com o advento da Associação; com a realização de ações educativas, formativas, informativas e de sensibilização para várias problemáticas comunitárias; com a introdução de mudanças concretas nas condições de vida das pessoas, começou-se, de fato, a acreditar nas virtudes da Associação e no fato de que uma comunidade mobilizada, coesa e organizada pode transformar-se num agente de mudança da sua condição e num interlocutor privilegiado junto aos poderes públicos e aos parceiros nacionais e internacionais do desenvolvimento do país. É assim que os associados e a própria comunidade no seu todo passaram a comparecer e a participar em todas as reuniões e eventos organizados pela associação na comunidade. Importa ter presente que Hortelão é uma comunidade pequena de 198 pessoas, com um povoamento relativamente concentrado o que facilita a comunicação e mobilidade das suas gentes. Segundo o Presidente da Agro-Hortelão a participação média da comunidade é de 80%, mas em algumas ocasiões é ela e praticamente total.

Os órgãos são eleitos por um mandato de dois anos e as eleições para a renovação dos titulares dos órgãos têm sido realizadas regularmente nos termos do estatuto.

As decisões, nomeadamente as que são da competência da Assembléia Geral, são tomadas, por vezes, após discussões acaloradas e tensas, mas de forma coletiva e democrática, prevalecendo, normalmente, o bom senso e o interesse da coletividade.

A Associação tem autonomia de gestão que é feita de forma coletiva e democrática, na base do voluntariado, da igualdade e da liberdade dos seus associados.

Os excedentes decorrentes da realização das atividades da Associação são maximizados pela quantidade e qualidade de trabalhos que a maioria dos associados e da comunidade que nelas participa está sempre disposta a consentir de modo a poder obter o máximo de recursos para serem reinvestidos na obras comunitárias. Portanto, o registro do voluntariado e da reciprocidade está sempre no centro da realização dos projetos e das atividades, mesmo quando estas são de caráter econômico. Por outro lado, pode-se vislumbrar, nesse aspecto, o outro traço característico das organizações de economia solidária conforme a nossa grelha de análise, a “sociabilidade comunitário-pública”, ou seja, o padrão de relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir. Portanto, há indícios de uma combinação entre a valorização das relações comunitárias ou duma sociabilidade primária, o modo de relação social coextensivo ao que é permitido chamar sociedade primeira, aquela que funciona pela dádiva e pelo simbolismo (CAILLÉ, 2004) e a afirmação do princípio da alteridade, ou seja, de um agir no espaço público de proximidade.

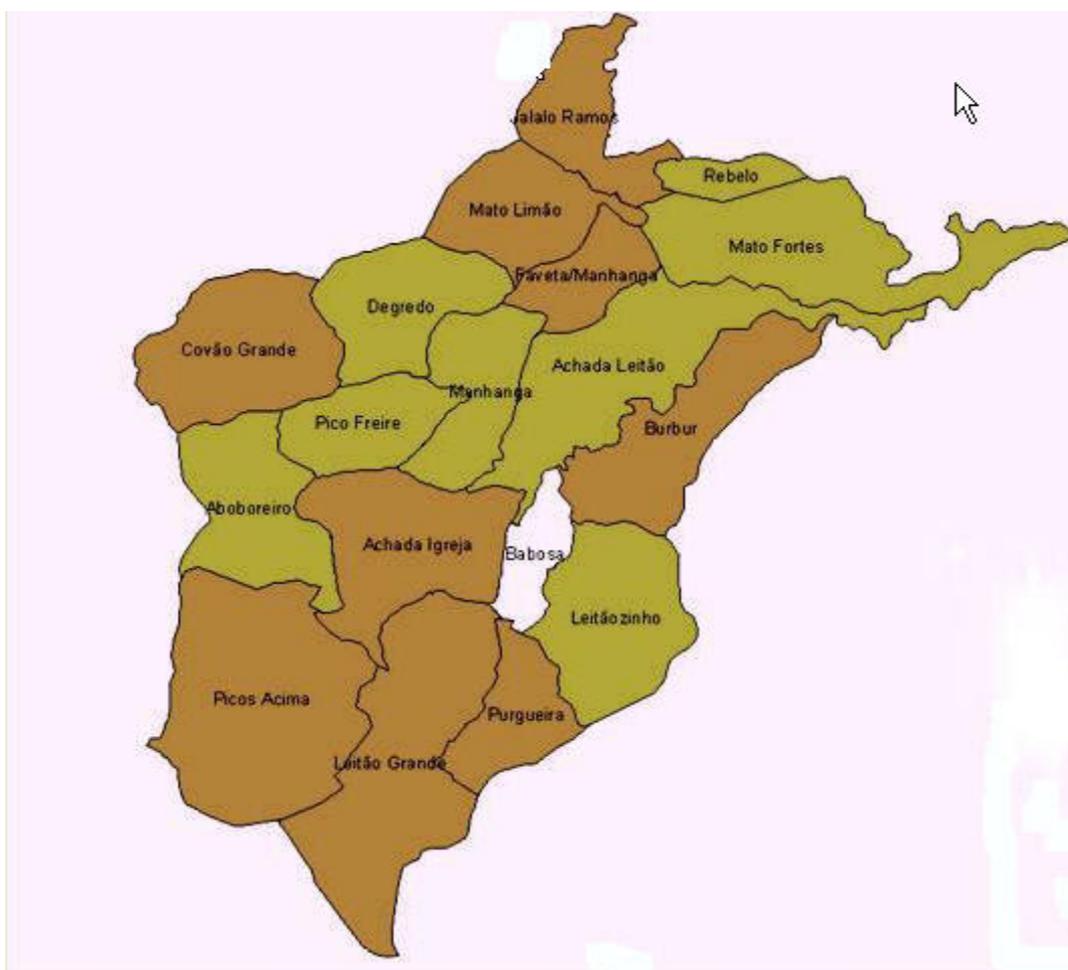
De resto, verificou-se que todo o patrimônio da Associação é administrado coletiva e democraticamente pelos seus órgãos sociais e é propriedade exclusiva da mesma.

A Fami-Picos

Picos é o cognome da Freguesia, atualmente, também, Concelho de São Salvador do Mundo elevado a categoria de Município em 2005, obtendo, assim, a sua autonomia política e administrativa do Município de Santa Catarina de Santiago.

A Associação de Apoio às Iniciativas de Auto-Promoção Familiar, abreviadamente designada por Fami-Picos, foi criada em inícios do ano de 1997 e a escritura pública da sua constituição realizada em 19 de Outubro de 1997. É uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, cuja finalidade é apoio, promoção e incentivo às iniciativas de autopromoção e de desenvolvimento local, finalidade essa que se desdobra na persecução de objetivos como o fomento de ações de educação para o desenvolvimento, nomeadamente a realização de ações formativas e socioculturais, de modo a contribuir para a elevação da consciência das pessoas sobre a necessidade de incremento do espírito de solidariedade, ajuda mútua e cooperação na resolução de problemas comuns; realização de ações que proporcionem aos grupos organizados e, sobretudo, às mulheres e aos jovens, meios e condições de acesso ao crédito

mútuo e a fatores e meios de produção; apoio e assistência técnica aos grupos mutualistas de poupança e crédito na sua área de intervenção.



As mutualidades de poupanças e créditos no novel Município de São Salvador do Mundo, correntemente designado por Picos, são práticas que vinham sendo realizadas desde a década de 1990 pelas mutualidades das localidades de Manhanga, Picos Acima e Achada Igreja (ver mapa do Município). No entanto, em 1997, devido a dificuldades de ordem financeira e organizativa, essas organizações decidiram associar-se numa espécie de federação que denominaram de Fami-Picos, como estratégia visando designadamente o reforço institucional das associações, uma maior visibilidade, significado e reconhecimento das mesmas junto às respectivas comunidades, às instituições públicas governamentais e não governamentais, à cooperação bilateral, multilateral e descentralizada, às empresas e à população em geral.

Importa ainda referir que a Fami-Picos rege-se pelos princípios de livre adesão, democracia interna, educação e formação dos membros, intercooperação e solidariedade.

Desde já, podem-se destacar nessa Organização, dois traços específicos a qualquer iniciativa e experiência de economia solidária. Primeiramente, o fato de ser um agrupamento voluntário, que se inspira na referência a um laço social que se mantém pela implementação de uma atividade econômica e que, por isso mesmo, depende do princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regendo as relações entre as pessoas associadas. A outra especificidade atém-se ao fato de se constituir numa ação comum, empreendida local e coletivamente para o enfrentamento de problemas concretos ligados à vida das suas associadas e respectivas comunidades. Por estar baseada na liberdade e igualdade entre os membros constitui-se num vetor de acesso ao espaço público que atribui aos membros capacidade de serem entendidos e de agir numa perspectiva de mudança institucional. Portanto, a organização assim constituída, excetuando o seu papel econômico, instaura espaço público de proximidade, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou poder administrativo.

É de se ressaltar que 60% dos associados da Fami-Picos são mulheres chefes de família, o que denota uma particularidade do meio rural cabo-verdiano, nomeadamente no interior da Ilha de Santiago. Normalmente são as mulheres que assumem a responsabilidade pela sobrevivência da família, pela educação dos filhos e são, por outro lado, pedras basulares de todas as formas de participação comunitária.

Segundo Osvaldo, nosso entrevistado, a Fami-Picos iniciou suas atividades com 267 associados das 3 mutualidades de poupança e crédito - Manhanga, Picos Acima e Achada Igreja -, sendo todas elas de comunidades da Freguesia e Concelho de São Salvador do Mundo. Atualmente a Organização possui 2.000 associados, pertencentes a 11 mutualidades de poupança e crédito em efetivo funcionamento, resultantes do alargamento das suas atividades para municípios vizinhos de Santa Catarina e Santa Cruz.

Continua Osvaldo: *“Em Santa Catarina alargamos com mais duas mutualidades, sendo uma em Ribeira da Barca e outra em Rincão. Em Santa Cruz criamos uma mutualidade na localidade de Cancelo, e neste momento estamos implantando mais uma mutualidade nas localidades de Achada Lém e Fundura, em Santa Catarina. Além destas, algumas associações comunitárias estão despertando interesses pela nossa organização e querem associar-se a nós. Por exemplo, a ADP-Picos já é nossa filiada bem como mais duas associações do Município de Santa Catarina, uma em Arribada e outra em Engenhos, ambas membros efetivos da nossa organização. Pretendemos ainda alargar nossa atividade de mutualidade com força e determinação cada vez maiores, de modo a*

abranger numa primeira fase, toda a Ilha de Santiago e, no futuro, dar-lhe uma abrangência nacional”.

Ainda da análise do seu estatuto e do conteúdo do depoimento do seu gerente substituto e chefe de contabilidade, pode-se verificar que a sua estrutura, organização e funcionamento se fundam em princípios de organizações de economia solidária. Nesse sentido, está-se perante uma experiência que França Filho e Laville (2004) denominam, entre outras, de “poupança solidária” ou “finança de proximidade”, que participa da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro, uma vez que o seu objetivo é permitir às pessoas pobres e, portanto, excluídas do sistema bancário a obtenção de recursos financeiros para criarem seu próprio emprego e, deste modo, melhorar as suas condições de vida. Nessa perspectiva, a Fami-Picos é, de fato, um instrumento comunitário de democratização do acesso ao crédito, acesso esse, em regra, muito seletivo, aliado a uma oferta também muito restrita, em função da necessidade das instituições financeiras nacionais de maximização da rentabilidade de suas operações financeiras. Uma outra preocupação em jogo neste tipo de iniciativa é, sobretudo, com a chamada utilidade social do investimento financeiro. Trata-se, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção de projetos e atividades articulando ações de luta para erradicação da pobreza e exclusão social, de preservação do ambiente, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc.

À semelhança das associações atrás analisadas, embora seja uma Associação de segundo grau (uma Organização de associações), a Fami-Picos encontra-se estruturada nos seguintes órgãos: a Assembléia Geral, o Conselho de Direção e o Conselho Fiscal. Esses órgãos são instâncias de deliberações e decisões coletivas, com uma ampla participação democrática dos seus associados. A nível operacional e administrativo foi criado, desde 2000, um serviço técnico e de gestão que, autonomamente, executa as diretrizes e os objetivos da Associação, em articulação com uma Comissão de Crédito e uma Comissão de Educação e Solidariedade Social.

Destaca-se ainda a questão da autonomia institucional e de gestão dessa Organização. Nela prevalece a prática da modalidade de autogestão, executada de forma coletiva e democrática, garantindo, deste modo, numa base igualitária e de liberdade, a participação efetiva de todas as suas associadas no processo de tomada de decisões, nomeadamente a nível das sessões da Assembléia Geral. Segundo o depoimento do Osvaldo, estatutariamente a Assembléia Geral reúne duas vezes por ano. *“De três em três meses elaboramos e apresentamos as contas de gestão. Anualmente apresentamos aos*

nosso associados para apreciação e aprovação, o relatório de atividades e conta de gerência do ano findo, bem como plano de atividades e orçamento para o ano seguinte. O Conselho Diretivo reúne-se de três em três meses”. Na Assembléia Geral da Fami-Picos estará sempre representado um membro de cada associação nela filiada. Isso porque, segundo o nosso entrevistado, seria muito difícil reunir todos os associados das associações de mutualidade em uma Assembléia Geral, tanto mais que cada mutualidade têm os respectivos órgãos e reúnem de acordo com seus estatutos e regulamentos internos e, por conseguinte, realizam suas assembléias de renovação de seus órgãos e eleição de seus representantes. A Comissão de Crédito reúne-se praticamente todos os meses e às vezes até mais, dependendo do volume dos pedidos de crédito a ser analisado e aprovado. A Comissão de Educação e Solidariedade reúne anualmente para prestação de contas de como utilizou os fundos postos à sua disposição para o atendimento das necessidades sociais.

A propriedade ou posse dos bens patrimoniais e meios de produção da Associação é coletiva e compartilhada por todos os associados.

Quanto aos excedentes acumulados em cada ano de exercício, excetuando uma percentagem de 20% destinada ao financiamento de ações de educação e de solidariedade social, o restante serve para realimentação permanente do fundo de crédito da Associação.

A Fami-Picos é uma organização de grau superior (uma Federação de associações), mas, acima de tudo, é uma criação das suas associadas, fundada nos mesmos princípios e valores, cuja lógica de ação, organização e funcionamento é servir a causa do desenvolvimento local nas comunidades de intervenção das suas associadas. É notável, entretanto, que não obstante perseguir objetivos específicos como os de estruturar, organizar e pôr a funcionar em termos de eficiência econômica e administrativa um serviço de micro-finança; representar, prestar assistência técnica e acompanhamento às suas associadas; procurar novas parcerias e financiamentos, etc., a característica de “sociabilidade comunitário-pública” encontra-se presente em sua dinâmica organizativa, o que, aliás, a configura como sendo uma organização de economia solidária. Nessa perspectiva, a solidariedade, afirmada como uma ação voluntária das suas associadas projeta-se sobre o espaço público das suas ações. Ou seja, as suas associadas e a própria Fami-Picos desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração dos projetos e das atividades econômicas, porém, com vistas ao enfrentamento de problemas públicos mais gerais, situados no âmbito do pequeno comércio formal ou informal através do financiamento de atividades geradoras de renda e emprego no âmbito da venda

nomeadamente ambulante de produtos agrícolas, hortícolas, produtos alimentícios de primeira necessidade, vestuários, calçados, louças, refeições, animais, carnes, peixe, etc. No domínio da habitação: construção e reabilitação de moradias das famílias mais carenciadas, em parceria com as beneficiárias. Na agricultura familiar: formação aos agricultores em técnicas e práticas culturais mais adequadas e mais produtivas, introdução do sistema de irrigação gota a gota, experimentação de novas espécies de sementes e plantas, manuseamento, transformação e comercialização dos produtos agrícolas visando à melhoria e rentabilidade da produção agrícola. Na pecuária: introdução de raças melhoradas, nomeadamente gado bovino, caprino, suíno, assistência técnica e veterinária aos pecuaristas, construção de estábulos, produção e conservação do pasto. Na educação: apoio em materiais escolares e transportes aos alunos mais necessitados, atividades de conscientização, informação sobre temáticas que afetam a vida das pessoas na comunidade. Formação e aperfeiçoamento profissionais direcionados, principalmente aos jovens e mulheres chefes de famílias em áreas das suas atividades. Por exemplo, como organizar e administrar pequenos negócios. A nível da cultura: preservação e divulgação das tradições e produtos locais, no domínio do artesanato, música, dança, culinária, etc. Assistência técnica, seguimento da execução dos projetos financiados pela Fami-Picos, etc., sempre numa perspectiva e estratégia de luta para a erradicação da pobreza nas comunidades de origem e intervenção das suas associadas. Com isto, está-se a reiterar a sugestão da idéia de que a economia solidária e a Fami-Picos no caso vertente, têm por vocação combinar uma dimensão comunitária mais tradicional com uma dimensão pública mais moderna na sua ação (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Pois, está-se perante a experiência de uma organização cuja ação baseada fortemente nos vínculos comunitários, ataca a resolução de problemas públicos concretos ligados às condições de vida das pessoas no contexto das comunidades e regiões respectivas. Haverá por ventura ação mais pública, cidadã e solidária do que dotar os mais pobres de meios para combater a pobreza?

Segundo o depoimento do nosso entrevistado, um dos acontecimentos mais marcantes na vida da Fami-Picos foi o estabelecimento de uma parceria e cooperação com a Fundação para o Desenvolvimento em África, ADF, uma ONG dos Estados Unidos da América do Norte com a qual assinou um contrato no valor de 11.500.000\$00 (onze milhões e quinhentos mil escudos cabo-verdianos), equivalentes a 160.839,16 dólares americanos, destinados, sobretudo, à assistência técnica e ao reforço do crédito.

Outro importante parceiro é o PNLP - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza. A Fami-Picos conseguiu através desse Programa um empréstimo no valor de 6.000.000\$00

(83.916,08 dólares) para o reforço do seu fundo de crédito. Através do PPSEGD - Projeto de Promoção Socioeconômica de Grupos Desfavorecidos - do PNLP, pretende criar mais associações de poupança e crédito, dando atenção especial à dimensão da formação e informação para a consolidação dessas futuras associações. Encontram-se numa fase bastante avançada da sua constituição, pelo que planeja, brevemente, elevar para 15 o número de associações de mutualidade, poupança e crédito filiadas na sua fileira.

Ainda no quadro da frutífera cooperação com a ONG norte-americana, assinaram-se mais alguns contratos de financiamento que possibilitaram a prorrogação dessa cooperação por mais um ano: em um montante de 18.000.000\$00 (251.748,30 dólares)¹⁹ para o reforço do fundo de crédito; a doação de uma viatura 4x4 em apoio aos serviços dessa Organização e mais um outro de 3.000.000\$00 (41.958,00 dólares) para reabilitação da sede da mesma. Encontra-se em fase adiantada de construção um edifício com dois pisos para futura sede da Fami-Picos, cujo orçamento é de 14.000.000\$00 (195.804,19 dólares), totalmente financiado pela ADF.

Na perspectiva de aumentar a sua capacidade de financiamento, a Fami-Picos assinou um protocolo com a Caixa Econômica de Cabo Verde por um empréstimo de 40.000.000\$00 (559.440,55 dólares).

Ligado aos trabalhos do Projeto de Correção Torrencial Integrada da Bacia Hidrográfica dos Picos a Associação tem 45 projetos relativos a atividades agrícola, pecuária e comércio, sendo 21 de agricultura, 19 de pecuária, e 5 de comércio. Para a execução desses projetos Já foram desembolsados 14.000.000\$00 (195.804,19 dólares).

Os projetos de correção torrencial integrada das bacias hidrográficas, financiados pela cooperação internacional e pelo Governo de Cabo Verde, têm sido elaborados e executados segundo os princípios e metodologia da abordagem participativa em que o envolvimento e participação diretos das associações comunitárias de desenvolvimento das comunidades abrangidas pelo projeto e não só, são, entre outras, uma das condições imprescindíveis para a viabilização do mesmo. Aliás, constituem mesmo uma “imposição” dos próprios parceiros internacionais engajados no projeto.

Anualmente a Fami-Picos reserva um fundo que é encaminhado para a Comissão de Educação e Solidariedade destinado ao financiamento de atividades sociais.

No que concerne aos parceiros da Fami-Picos, à semelhança das associações atrás analisadas, são também bastante diversificados, com a diferença de que, neste caso, a

¹⁹ 1 dólar dos EUA corresponde a 71\$50 (escudos cabo-verdianos).

cooperação com a ONG dos EUA foi decisiva para reforço e reconhecimento institucional de que ela goza hoje. Pois a ADF não apenas concedeu financiamentos para sustentar a atividade de micro-crédito da Fami-Picos, como também financiou a implantação e desenvolvimento institucional dessa organização sem o qual não teria a evolução que teve num período relativamente curto de tempo, ou seja, de 2000 ao momento atual.

Basta vermos, pelo depoimento do nosso entrevistado, que houve uma grande evolução que eleva atualmente os créditos da Fami-Picos para 1500 clientes (beneficiários), num montante acumulado de 130.000.000\$00 atribuídos em créditos, equivalente a 1.818.181,80 dólares.

Quanto à origem e natureza dos recursos mobilizados e utilizados, referimos atrás que uma das diferenças da perspectiva de finança solidária em relação à abordagem liberal se situa, por um lado, no fato de, nessas experiências, a seleção dos projetos e atividades a investir se fundar sobre critérios de utilidade social direcionados, prioritariamente, para a problemática do enfrentamento e do combate para a erradicação da pobreza. Por outro lado, coloca-se muita ênfase no procedimento de acompanhamento da execução dos projetos, após o financiamento dos mesmos.

Na perspectiva de França Filho e Laville (2004), considerando o caso concreto da Fami-Picos, pode-se, assim, observar à imagem da própria dinâmica mais geral da economia solidária, que o universo da finança solidária se posiciona numa imbricação entre três economias. Neste campo, tão diverso e complexo, certas experiências parecem mais próximas do setor bancário (mercantil), mantendo com ele relações de parceria privilegiadas para encontrar o essencial dos seus recursos. No caso da Fami-Picos, vimos que assinou um protocolo de financiamento de 40.000.000\$00 com a Caixa Econômica de Cabo Verde. Outras atividades assemelham-se mais a uma iniciativa parapública, tal é a intensidade da relação com o pólo não mercantil, em que os subsídios públicos são vitais para a sobrevivência da Associação. Um exemplo são os 6.000.000\$00 financiados pelo PNLP, os 14.000.000\$00 financiados pelo Projeto da Correção da Bacia Hidrográfica dos Picos provenientes de investimentos públicos, da cooperação internacional e dos financiamentos da ONG dos EUA. Outras atividades, ainda, parecem situadas numa posição mais equilibrada entre os três pólos (posição sempre difícil de manter), nutrindo o essencial dos seus recursos numa dinâmica recíproca: o capital social dos associados que constituem o fundo de crédito mútuo ou recíproco, as doações, e todas as atividades realizadas na base de voluntariado, ou seja, no registro da dívida.

A finalidade multidimensional é também uma característica presente na Fami-Picos, pois, o micro-crédito, sua principal atividade, ao qual se associa atividades sociais diversas, encontra-se subordinado ao princípio da reciprocidade e constitui, sobretudo, um instrumento privilegiado de luta para a erradicação da pobreza nas comunidades locais e no meio rural do interior de Santiago em geral.

À semelhança do que acontece com as associações atrás analisadas e com as organizações de economia solidária em geral, também para a Fami-Picos se coloca o desafio em termos de preservação da sua autonomia e do seu projeto inicial, face às injunções do mercado e dos poderes públicos.

A ASDIS

A ASDIS é uma Federação das Associações para a Solidariedade Social e o Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago, fundada em 1996 por 18 associações comunitárias de desenvolvimento.



Para a emergência da ASDIS contribuiu especialmente a situação de deterioração das precárias condições de vida no meio rural do interior de Santiago. Para apoiar os mais carenciados a enfrentar o problema da pobreza, em 1996 as associações de agricultores e pecuários começaram a conceder micro-créditos aos seus associados para o financiamento

de atividades geradoras de emprego e renda. Entretanto, no momento da recuperação dos desembolsos enfrentavam sérios problemas porque estavam lidando com algo para o qual não se encontravam preparados. Foi então que numa Assembléia Geral da OÁSIS - Organização das Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da Ilha de Santiago -, que se reúne de dois em dois meses, cada presidente em representação da sua associação, expôs suas preocupações sobre a questão de micro-crédito e, subsequentemente, discutiu-se a necessidade da criação de um fundo para o micro-crédito e de uma organização específica para sua gestão. Nesse sentido, estabeleceu-se, para a constituição desse fundo, uma contribuição de 300.000\$00 (4.195,80 dólares) por cada uma das 18 associações presentes na reunião. Essas associações vinham trabalhando, de segunda a sábado de cada semana, em atividades ligadas ao Projeto PL 480, coordenado pela ACDI/VOCA e pela DGASP (Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária). Porém, conscientes do caráter temporário desses empregos, seus associados/trabalhadores, prescindiram de receber os dias de salário trabalhados aos sábados que ficaram depositados para a constituição de um fundo para autofinanciamento das associações. Portanto, foi com esse excedente que as associações participaram para a constituição do fundo de crédito no âmbito da criação da ASDIS que ficou com a incumbência da instalação, organização, funcionamento e gestão desse fundo.

A ASDIS começou efetivamente a funcionar e, por conseguinte, a conceder os primeiros créditos a partir de Junho de 1999, priorizando numa primeira fase apenas os seus associados. Mas, logo depois liberou o crédito para qualquer um que dele necessitasse para o financiamento das suas atividades em domínios como, agricultura e pecuária familiares, pesca, venda ambulante, pequeno comércio, restauração, cabeleireiro, enfim, abarcando todas as atividades suscetíveis de geração de auto-emprego e renda nas comunidades rurais. Entretanto, definiu, desde logo, o seu público alvo que são os trabalhadores das FAIMO - Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra, agricultores, pecuários, artesãos, comerciantes informais no qual incluiu vendedores ambulantes, de quiosques e de pequenos negócios. Hoje, inclui vendedores ambulantes que dispõem de viaturas para venda de mercadorias em diferentes localidades da Ilha de Santiago.

Segundo o seu gerente, Francisco Tavares, a ASDIS tem dois tipos de crédito. Crédito solidário em que grupos de pessoas se juntam para concorrer ao crédito funcionando como avalistas um do outro e crédito individual, de 10 a 100 mil escudos, em que a pessoa tem que apresentar-se com um fiador. Para empréstimos superiores a 100 mil escudos os candidatos têm que apresentar três fiadores ou um imóvel como garantia. O

direito de acesso ao crédito é garantido a todos os integrantes do grupo alvo, estando, portanto, descartado qualquer tipo de discriminação.

“Aplicamos uma taxa de juros de 3% ao mês. Muitos acham - as vozes críticas - que esta taxa é elevada. Mas nós continuamos insistindo que não é. Há três anos realizamos um estudo em que os beneficiários respondiam que seu maior problema é ter acesso a esse crédito de que tanto necessitam. Portanto, nunca ninguém (clientes ou candidatos a) reclamou da taxa de juros que nós aplicamos, mas sim do acesso ao crédito. Muhammad Yunus, o nobel da paz, pratica micro-créditos a uma taxa de juros de até 60%. Portanto, a nível mundial, as taxas de juros de micro-créditos vão de 1 a 60%. Daí que achamos aceitável a taxa que vimos aplicando”.

Segundo Francisco, para concessão de crédito a ASDIS exige que os clientes paguem 4% do valor do empréstimo que é denominado cota. Esse valor é para cobrir os encargos que a Associação tem com os beneficiários. Pois estes, quando chegam ao escritório da ASDIS, para solicitar seus empréstimos, apenas apresentam documentos de identificação. Todo o processo é organizado e realizado pela ASDIS. Os técnicos deslocam às respectivas localidades e residências para se inteirarem da situação socioeconômica dos clientes; ministram cursos de formação, nomeadamente em gestão de pequenos negócios; eles são acompanhados mensalmente para se verificar se os investimentos estão sendo aplicados corretamente e se têm problemas na gestão de seus empreendimentos; e ainda a Associação tem encargos com a comunicação com os seus clientes.

A ASDIS ainda exige do cliente a abertura de uma conta na Caixa Econômica para o depósito de um fundo chamado fundo de garantia equivalente a 8% do total do empréstimo solicitado. Este fundo fica retido no banco e só é restituído após o completo reembolso do crédito. Significa que se um cliente num mês tiver dificuldades em fazer o reembolso, uma parte desse fundo de garantia será transferida para a conta da ASDIS para regularizar as contas do cliente.

A última categoria de público alvo listado acima chamou-nos atenção para o que França Filho e Laville (2004) denominam de “risco liberal”, ou seja, face à diversidade de experiências, este campo apresenta-se bastante heterogêneo quanto ao conteúdo das iniciativas. Algumas experiências de finança solidária apresentam uma certa vulnerabilidade no sentido da possibilidade de sua apropriação sob a ótica de um discurso, nós diríamos de uma praxe, liberalizante do ponto de vista econômico. Pois, a situação de concentração do crédito ou ajuda em empreendedores individuais, como acontece em algumas experiências e parece estar acontecendo também, nos casos da Fami-Picos e da

ASDIS, pode conduzir a uma situação em que antigos assalariados se transformem em “novos terceiros subcontratantes”, ou seja, uma situação em que essas organizações de micro-crédito financiariam micro-projetos individuais de criação de empresas por desempregados ou mesmo empresas já existentes e em efetividade de funções. Portanto, experiência do gênero se inscreveria melhor no registro de uma economia de inserção (de caráter assistencialista) do que propriamente no de uma economia solidária.

Pelo exposto, pode-se, por outro lado, constatar a presença de alguns traços característicos de organizações econômicas solidárias. Primeiramente, a sua especificidade enquanto agrupamento voluntário de associações comunitárias que decidiram se organizar na base de solidariedade para coletivamente constituir uma associação federativa vocacionada para a prestação de serviços de micro-crédito às suas associadas e comunidades. Ora, a implementação dessa atividade e a participação na mesma não é separado do vínculo social que a motiva e lhe dá o sentido, sendo, portanto, dependente da reciprocidade enquanto princípio de comportamento econômico e das relações entre os associados e destes com as respectivas comunidades.

Quanto à dimensão comunitária da ação, como segunda especificidade básica de um projeto de economia solidária, encontra-se intimamente relacionada ao caráter voluntário e coletivo da ação das associações enquanto iniciativa cidadã. Expressão da liberdade e criatividade das mesmas em proceder à inovação e mudança institucional de que elas mesmas e a própria ASDIS são exemplos, a instalação e funcionamento de um serviço de micro-crédito se constitui como um instrumento através do qual se instauram espaços públicos autônomos de proximidade nos quais se projetam ações e projetos concretos visando a resolução dos problemas dos associados e promoção do desenvolvimento das respectivas comunidades. Destaca-se o fato desses processos regularem-se, prioritariamente, pela lógica da solidariedade e da dádiva.

No que concerne aos órgãos sociais e ao funcionamento da ASDIS é similar à Fami-Picos. Também dispõe de uma estrutura técnica e de gestão dirigida por um gerente, que executa e implementa as diretrizes e os objetivos dos seus órgãos sociais.

É um empreendimento autogerido pelos próprios associados através de órgãos colegiais democraticamente eleitos; as decisões são tomadas normalmente de forma consensual precedidas de discussões e esclarecimentos nos quais participam, na base de igualdade e liberdade, o coletivo dos seus associados.

A propriedade e posse do patrimônio e dos meios de produção da ASDIS são de natureza coletiva e compartilhada, sendo assim, utilizados na realização das suas atividades.

Iniciaram-se as suas atividades de micro-crédito, com um fundo próprio que logo se revelou insuficiente. Então, assinou um contrato de empréstimo com o PNLP, que dispõe de um financiamento do BAD - Banco Africano de Desenvolvimento - para o micro-crédito, de 15.000.000.\$00 (209.790,20 dólares) para o reforço do seu fundo de crédito, cujos desembolsos se procederam da seguinte forma: 4.500.000\$00 (62.937,06 dólares) em 2002/2003, 4.500.000\$00 em 2004/2005 e 6.000.000\$00 (83.916,08 dólares) em 2006.

Se em 2004, a ASDIS mobilizou um crédito de 4.000.000\$00 (55.944,06 dólares) sendo a maior parte destinada à agricultura, só em 2005 concedeu um total de 35.000.000\$00 (489.510,48 dólares) em créditos.

Em 2007, conseguiu uma linha de crédito de 35.000.000\$00 (489.510,48 dólares), no quadro dos projetos das bacias hidrográficas de Picos e Engenhos, destinado ao financiamento de agricultores residentes nessas bacias e um contrato com o Ministério do Ambiente e Agricultura no valor de 2.200.000\$00 (30.769,23 dólares) para créditos a agricultores da bacia hidrográfica de Charco, uma comunidade rural do Município de Santa Catarina, no interior, a oeste, da Ilha de Santiago.

A composição dos parceiros, origem e natureza dos financiamentos não são muito diferentes da Fami-Picos. Referimos especialmente ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza que representa o poder público, mas mobiliza recursos da cooperação internacional bilateral e multilateral, nomeadamente do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola; os fundos próprios das associações constituídos por seus excedentes; A Caixa Económica de Cabo Verde e a cooperação descentralizada, representada principalmente pela ACDI/VOCA cuja parceria foi decisiva, nomeadamente através da formação dos agentes de crédito, para a instalação e o funcionamento da ASDIS.

Conforme referimos na análise da organização anterior, a tônica diferencial da perspectiva da finança solidária relativamente a perspectiva liberal é o fato de a primeira proceder à seleção dos projetos e atividades a ser financiados com base em critérios de utilidade social dos mesmos. No caso da ASDIS, orientados especificamente pela problemática da luta para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento comunitário das comunidades rurais de Santiago. Por outro lado, valoriza-se, sobremaneira, a

componente de acompanhamento da execução dos projetos e atividades após o financiamento.

Repetindo um pouco a análise efetuada anteriormente, por se tratar de empreendimentos da mesma natureza, pode-se constatar que a ASDIS enquanto experiência de finança solidária também se posiciona numa imbricação entre três economias. O sistema de micro-crédito em Cabo Verde constitui experiências que, por sua natureza e atribuição, parecem mais próximas do setor bancário (mercantil), mantendo com ele relações de parceria para a obtenção do essencial dos seus recursos. No caso em análise, o setor bancário e mercantil é representado pela Caixa Econômica de Cabo Verde e pelo Banco Africano de Desenvolvimento; a iniciativa pública ou o setor não-mercantil encontra-se refletido na parceria e cooperação com o PNLP e o Ministério do Ambiente e Agricultura; o setor não-monetário que parece tender para uma posição de tentar instaurar um certo equilíbrio entre os três pólos (posição sempre difícil de manter), nutrindo parte substancial dos seus recursos a partir de uma dinâmica recíproca: o fundo constituído pelos excedentes das associações com o qual se criou a ASDIS e as atividades realizadas na base de voluntariado, ou seja, no registro da dívida, as doações etc.

A vertente de seguimento dos projetos e atividades após financiamentos pela ASDIS, encontra-se bem patente no depoimento do seu gerente: *“nós efetuamos acompanhamento regular dos nossos clientes e dos candidatos a crédito com a finalidade de verificar se os créditos estão sendo aplicados corretamente e de acordo com os fins para que foram solicitados; inteirar da situação socioeconômica dos candidatos a beneficiário; e também marcar presença no terreno como forma de facilitar e viabilizar o processo de recuperação dos créditos, condição de sustentabilidade do empreendimento”*.

A característica de “sociabilidade comunitário-pública” reflete-se numa tentativa de combinação singular e simultânea entre a valorização das relações comunitárias e a afirmação do princípio da alteridade assente em padrões de relações personalizadas tanto na organização e execução dos trabalhos como na interação com os clientes e os potenciais beneficiários. O que, aliás, é apenas um prolongamento da solidariedade tradicional característica das relações de sociabilidade tecidas no seio dos grupos primários de parentesco, vizinhança, camaradagem prevalente nas comunidades rurais em Santiago e de Cabo Verde em geral.

O crédito é dado a qualquer pessoa que é pobre, independentemente de ter ou não experiência em negócios. Porém, a formação para a administração de pequenos negócios é a condição *sine qua non* para que os créditos sejam concedidos. As pessoas mais

carenciadas representam cerca de 70% do total dos clientes da ASDIS. Seus pedidos compreendem um montante que vai de 10 mil a 100 mil escudos e por deliberação da última Assembléia Geral realizada em Janeiro deste ano (2007), o gestor passa a ter a competência de aprovar esses créditos em 24 horas e, em alguns casos, até no mesmo dia.

Segundo o nosso entrevistado, se em 2007 a ASDIS totaliza um montante de créditos concedidos em 72.000.000.\$00 (1.006.993,00 dólares), é porque trabalhou instrumentos importantes que lhe permitiram ter uma visão estratégica. Ela elaborou o seu plano estratégico para um período de cinco anos, com seus objetivos, metas e caminhos a seguir. É no âmbito do plano estratégico que decidiu abrir as filiais nas cidades da Praia e da Assomada.

Ele ainda informa que existe uma empresa independente que faz auditoria à ASDIS, estando em curso a auditoria das contas de 2005 e 2006. Isso lhe permite uma gestão transparente e séria.

Todos os trabalhadores da ASDIS têm previdência social e pagam IUR - imposto único sobre o rendimento - apesar de ser uma associação. Há o entendimento de que se devem criar condições para que seus trabalhadores tenham uma carreira e direito a aposentadoria após um determinado tempo de serviço, ter acesso a benefícios de saúde como têm os demais trabalhadores das empresas, e, agora, também os funcionários da função pública.

No quadro da Federação Nacional de Organizações de Micro-Crédito, denominado por FAM-F, a ASDIS é Presidente da Mesa da Assembléia Geral. Tem tido, aliás, um papel ativo no seio dessa Organização criada para, entre outras atribuições, servir de interlocutor junto ao governo e a outras instituições nacionais e internacionais, redes de organizações congêneres regionais ou internacionais.

Para concluir esta análise queríamos apresentar algumas diferenças entre ASDIS e Fami-Picos. A primeira tem a sua sede na vila da Calheta do Município de São Miguel é, sobretudo, uma organização de micro-crédito das associações comunitárias de desenvolvimento para a solidariedade social e desenvolvimento comunitário da Ilha de Santiago. Por se tratar de um serviço que pela sua complexidade e abrangência exige recursos organizacionais, tecnológicos e humanos especializados foi criada com a missão específica de prestação de serviços de micro-crédito a essas associações e às suas respectivas comunidades. O seu âmbito de intervenção é toda Ilha de Santiago; seu sistema de crédito é aberto a todos os necessitados que se enquadram no seu público alvo.

Por seu lado, Fami-Picos tem a sua sede na vila de Achada Igreja no novel Município de São Salvador do Mundo, mais conhecido por Picos. Trata-se de uma organização de associações de mutualidade, poupança e crédito que inicialmente atuavam apenas em três comunidades de um Município, que ainda até 2005 integrava o Município de Santa Catarina. Esta Organização concede créditos exclusivamente aos seus associados. Entretanto, vem ajudando a criar e instalar outras mutualidades tanto em São Salvador do Mundo como nos municípios de Santa Catarina e de Santa Cruz. Não obstante ser uma organização aberta à adesão de novos membros, tendo inclusive no seu seio três associações comunitárias de desenvolvimento, o espaço de abrangência da sua ação é mais restrito, atuando apenas em três municípios do interior de Santiago. Em contrapartida, do nosso ponto de vista, apresenta uma maior solidez e *performance* institucional do que a sua “congênera” ASDIS. No entanto, importa referir que é ambição da Fami-Picos cobrir, a médio prazo, toda Ilha de Santiago e no futuro se projetar a nível nacional.

A OÁSIS

A Organização não Governamental das Associações dos Agricultores, Pecuários, Avicultores e Pesca da Ilha de Santiago, designada por OÁSIS, foi criada em 1996 e tem a sua sede social na vila da Calheta, no Município de São Miguel Arcaño. A OÁSIS surgiu da idéia da criação de uma organização que se responsabilizasse por todas as associações comunitárias de base. Atendendo que essas associações têm problemas comuns, em vez de cada uma isoladamente procurar a solução para os seus problemas, chegaram à conclusão de que seria preferível se associarem numa única organização “chapéu”, de âmbito regional, para coletivamente promover e dinamizar o associativismo e o desenvolvimento local na Ilha de Santiago e, particularmente, no meio rural do interior da Ilha. Na ocasião, segundo o nosso entrevistado, Humberto Batalha, foi também necessário envolver e convencer os 18 técnicos auxiliares das ribeiras - bacias hidrográficas - do interior de Santiago a abraçar o projeto. Esses técnicos além de prestar assistência aos agricultores residentes nas bacias hidrográficas do interior de Santiago tinham, por outro lado, a função de animadores locais. Portanto, eram pessoas que, no âmbito das suas atribuições, palmilhavam diariamente as diferentes comunidades dessas bacias hidrográficas e tinham, normalmente, relações personalizadas e de confiança com as pessoas das comunidades em que interviam e conheciam os problemas que elas vivenciavam no quotidiano, alguns dos quais, inclusive, ajudaram a resolver. Assim, no processo da criação da OÁSIS e até de

outras associações comunitárias, tiveram um papel importante na mobilização, informação e dinamização das comunidades em se organizarem em associações.



A OÁSIS é constituída por 73 associações comunitárias e por um total de 3064 associados espalhados por todo o território da Ilha, beneficiando um total de 25.000 agregados familiares.

Uma das suas principais atribuições é prestar assistência técnica e assessoria às associações, ministrar formação para o desenvolvimento institucional e dos seus associados. Nesse sentido, assegura, à partida, a formação de um contabilista para cada associação; ministra ainda formação em áreas como associativismo, problemática ambiental, elaboração de projetos ou de fichas de projetos para as associações concorrerem aos financiamentos existentes junto à entidades públicas e privados, nacionais e internacionais, das quais se destacam, a título de exemplo, a Cooperação Francesa e a Luxemburguesa, o Fundo Europeu de Desenvolvimento e o próprio Tesouro. Dispõe de uma comissão de mulheres responsável pela realização de palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e contagiosas; funciona ainda como elo entre associações e

instituições financiadoras. Por exemplo, assina contratos com o Ministério do Ambiente e Agricultura e outras entidades e, seguidamente, estabelece convênios com as associações para execução dos projetos e atividades.

A OÁSIS promoveu a criação da ASDIS proporcionando-lhe as condições para que se instalasse e funcionasse em espaço próprio e de forma autônoma, tendo uma estrutura técnica e de gestão, estatuto e regulamento interno próprios.

Quanto às atividades que a OÁSIS realiza, o grosso gira em torno da conservação de solos e águas, concretamente, construção de reservatórios, diques de retenção, florestação e também, embora em menor escala, obras comunitárias, tais como jardins infantis, escolas, centros comunitários, chafarizes, marco fontenário, etc.

No que concerne às ações da OÁSIS visando a sustentabilidade e autonomia das suas associadas, segundo o nosso entrevistado, é uma questão que tem sido muito debatida ao longo dos últimos anos. De uma maneira geral, as associações têm-se preocupado muito em diversificar suas atividades de modo a assegurar auto-emprego e atividades geradoras de renda aos seus associados. Uma das grandes dificuldades para o associativismo no meio rural, designadamente no interior de Santiago, é a circunstância de se encontrar na iminência de perder um poderoso e histórico parceiro que é a ACDI/VOCA que brevemente encerrará suas atividades no país. Até então, o grosso dos financiamentos aos projetos das associações comunitárias provinham da ajuda alimentar americana que, infelizmente, terminou. Perante esse cenário, o otimismo e determinação do Humberto é evidente quando ele diz: *“De qualquer modo, continuamos muito empenhados mantendo contatos permanentes com entidades cujas atividades estão voltadas para o meio rural e outras que, conhecedoras do desenvolvimento comunitário protagonizado pelas associações, demonstram vontade e disponibilidade em financiar os projetos e atividades das associações”*.

Humberto prossegue, *“durante este ano tivemos duas audiências com a Senhora Ministra da Agricultura expondo nossa preocupação relativamente à questão da continuidade dos financiamentos para que o associativismo não perca o seu dinamismo, considerando que uma boa parte das associações ocupa-se de atividades de conservação de solos e água. Para nossa tranqüilidade, ela informou-nos que a pesar da retirada, para breve, da ACDI/VOCA de Cabo Verde, os projetos permanecerão, terão continuidade e serão financiados pelo próprio Ministério de Agricultura através de fundos do Tesouro”*.

Ele cita o exemplo de entidades como *“a Cooperação Francesa e a Austríaca têm demonstrado muito interesse pelas nossas atividades e vimos trabalhando juntos”*. Mesmo

algumas estruturas/instituições dentro do próprio Ministério de Agricultura, como o INGRH - Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, desde há três anos, vêm negociando com a OÁSIS para que, nas localidades onde existam água e furos para irrigação, os mesmos fiquem sob a gestão e exploração direta dos agricultores. Pois isso contribuiria para que estes se sentissem mais motivação, autonomia e responsabilidade, o que, por outro lado, permitir-lhes-ia participar diretamente no desenvolvimento e na administração dos recursos locais.

Segundo o nosso entrevistado, para o financiamento dos seus projetos e atividades, a OÁSIS depende do pagamento das cotas pelas suas associadas, cujo montante se revela pouco expressivo relativamente ao volume de atividades que se propõe realizar. Cada associação membro paga 10.000\$00 (139,86 dólares) ao ano, ou 3% do valor dos contratos assinados para a execução das atividades nas comunidades. Assim, a OÁSIS procura constantemente novas parcerias para o financiamento de seus programas e projetos. *“Nessa perspectiva, estamos no último ano da execução de um projeto internacional ligado ao CILSS - Comitê Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel -, em Achada Leite, uma localidade muito árida do interior de Santiago”*. Trata-se de um projeto integrado onde existe áreas para arborização e para lançamento de pasto. Já se encontra nessa localidade um número significativo de animais de raça melhorada; uma área para prática de irrigação gota a gota com a plantação de cana sacarina cujo sistema de bombagem da água é movido pela energia solar, sendo uma parte da mesma destinada ao consumo doméstico. O projeto encontra-se numa fase bastante avançada, devendo terminar nos próximos seis meses.

A OÁSIS está negociando o financiamento de mais projetos de aproveitamento de energia renovável solar e eólica, designadamente para a iluminação rural, contando já com a assistência técnica e o financiamento do PNUD. Um consultor estará disponível a partir de Outubro (de 2007) para, em 45 dias, proceder à elaboração de estudos e projetos que, uma vez executados, permitirão levar a energia para algumas comunidades que de outra forma não seriam beneficiadas.

Entretanto, outros projetos e programas estão sendo permanentemente pensados e planejados de forma a manter vivo o dinamismo do associativismo e do desenvolvimento comunitário em Santiago. A OÁSIS também se regozija que o governo tenha reconhecido o seu trabalho e se tenha disponibilizado em colaborar e apoiá-la institucionalmente. *“Entretanto, a questão da sustentabilidade da OÁSIS e dos seus associados é ainda algo que nos preocupa imensamente, principalmente quando não tivermos projetos e financiamentos similares aos da ajuda alimentar americana. Estamos desde já nos*

preparando para estas dificuldades, pensando e procurando outras alternativas sendo que muitas delas passarão certamente pela nossa capacidade de inovação e de geração de recursos para solucionar nossos próprios problemas”.

Analisando a questão da autonomia da OÁSIS e suas associadas, mas na perspectiva do relacionamento com as estruturas da administração central do Estado, o nosso entrevistado considera que, de uma maneira geral, não têm tido problemas dignos de registro dado que, por princípio, não só evitam confrontos diretos com essas estruturas como também evitam qualquer tipo de abordagem que extravase o âmbito estritamente institucional ou profissional. Porém, reconhece que algumas associações passam por esse tipo de constrangimento, apesar de, nos encontros de reflexão e em outras oportunidades, insistentemente, a OÁSIS lembra às suas associadas e respectivas lideranças de que não devem deixar-se envolver em “esquemas” de natureza político-partidária, tendo sempre presente a natureza e os fins das associações consagrados nos estatutos.

Humberto desabafa lamentando o que ele denomina de “falhas” em algumas mudanças efetuadas em delegações e direções do Ministério do Ambiente e Agricultura. Ele reconhece que algumas chefias desses serviços foram nomeadas com o propósito deliberado de introduzirem critérios político-partidários no exercício das suas atribuições. Fala, concretamente, de um Delegado designado para o interior de Santiago que se conduzia discriminando algumas localidades em função de suas simpatias políticas. Para pôr cobro à situação, ele disse ter convidado, na ocasião, a Secretária de Estado de Agricultura para uma visita aos Municípios de São Miguel e Tarrafal, nos quais algumas comunidades estavam sendo vítimas de discriminação por parte desse Delegado do MAA. A OÁSIS aproveitou a oportunidade para realizar uma Assembléia Geral extraordinária no Centro Comunitário de Hortelão, no Município de São Miguel, convidando os Presidentes das Câmaras dos Municípios acima mencionados e todos os Presidentes das Associações Comunitárias de Base, para, na presença da Secretária de Estado, manifestar veementemente o seu repúdio pela atitude discriminatória desse Delegado para que fique claro que a OÁSIS trabalha com e para as comunidades, com quem está profundamente comprometida e não para qualquer partido político e nem mesmo para o Governo que apenas considera seu parceiro.

Humberto informou-nos que, normalmente, recomendam a quem tenha a pretensão de participar em campanhas eleitorais, que solicite o seu afastamento da atividade associativa durante o período das campanhas. Ele cita o exemplo de um presidente de uma associação que foi vereador em uma Câmara Municipal de um Município do Interior de

Santiago e de outros dirigentes associativos que participaram em campanhas políticas pelos respectivos partidos e que, entretanto, foram afastados, durante esse período, das lides associativas e só após o término das campanhas é que retomaram suas atividades nas respectivas associações. Destaca ainda o caso de uma associação que devido a disputas político-partidárias protagonizadas por alguns líderes associativo e pelos políticos locais, as reuniões da associação se transformaram em “arenas” de discussões político-partidárias. Ele fala ainda de uma outra situação difícil, em uma outra localidade, em que havia uma disputa acirrada entre dois dirigentes associativos, que durante muito tempo impediu a Associação de vingar e cumprir sua missão nessa comunidade. Ele disse: *“chegamos ao extremo de convidá-los a se afastarem da direção da associação para que se possa viabilizar a eleição de novos titulares dos órgãos e assim repor a normalidade”*.

Quanto à sua apreciação sobre o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Humberto deu ênfase especial ao componente PLPR. Começou informando que houve mais um outro componente do Programa que iniciou a partir de 2005, enquadrado no PLPR, denominada de *Operação Esperança*. *“Mas nós não concordamos com a metodologia de execução dos trabalhos posta em prática por esse Programa, com agravante do mesmo ter sido colocado sob a administração da Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade, instituição que substituiu o anterior Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade, a qual, além de não possuir vocação para construção de infra-estruturas sociais (designadamente, a construção e a reabilitação das moradias das populações mais carenciadas), por ter a sua sede na capital (portanto, distante das comunidades rurais e das suas reais necessidades) foi incapaz de administrar a execução dos projetos atendendo os objetivos que estavam na base da sua criação”*.

Segundo o nosso entrevistado, o Senhor Primeiro Ministro decidiu criar o Programa *Operação Esperança*, na sequência da sua visita ao Município de Santa Cruz em 2003. Nessa ocasião foi confrontado com situações de extrema pobreza, tendo constatado designadamente as condições extremamente degradantes em que as pessoas viviam nesse Município e, por conseguinte, a grande solicitação das mesmas para conseguir melhorar a sua habitação ou então ter uma nova casa. Para o financiamento do Programa ele mobilizou 120.000.000\$00 (1.678.321,60 dólares). Infelizmente, na sua perspectiva, os resultados alcançados ficaram aquém do esperado o que veio a ser confirmado por um inquérito, para o efeito, realizado em virtude da metodologia adotada, conforme referiu atrás.

Argumenta, entretanto, que qualquer associação, em respectiva comunidade, tem estado efetivamente empenhada na luta contra a pobreza e a OÁSIS por seu turno, vem dando uma importante contribuição nesse processo. *“Mas luta contra a pobreza enquanto Projeto que, no meio rural, vem sendo executado através das CRPs - Comissões Regionais de Parceiros - existentes nas ilhas de Santo Antão, Fogo, São Nicolau, Brava e Santiago (São Miguel e Tarrafal), pelo menos nestes municípios de Santiago não tem correspondido às expectativas criadas estando por isso um pouco distante dos objetivos e metas estabelecidos”*. No que diz respeito à CRP de São Miguel e Tarrafal, criado como um suporte de sustentabilidade no combate à pobreza nesses municípios considerados dos mais pobres do país, tem tido um desempenho pouco satisfatório, tendo o Município de São Miguel como o maior prejudicado na afetação dos recursos para financiamento dos projetos e ações de desenvolvimento comunitário.

Além disso, inicialmente, houve um entendimento de que, alternadamente, por um período de dois anos, Tarrafal ficaria com a Presidência do Conselho Diretivo e São Miguel com a da Assembléia Geral e que, ao término desse período, seriam realizadas eleições para renovação dos órgãos. Porém, passaram-se já quatro anos e as eleições ainda não foram realizadas. Como a situação tende a piorar a OÁSIS vai realizar uma Assembléia Geral para discutir e posicionar-se sobre o assunto e, seguidamente, solicitar uma intervenção urgente do Coordenador Nacional da UCP (Unidade de Coordenação dos Projetos)-PNLP.

Quanto ao papel desempenhado pelo micro-crédito na luta para a erradicação da pobreza, Humberto foi peremptório em afirmar que *“o sistema de micro-crédito em geral e o praticado pela ASDIS em particular tem dado uma contribuição importante nesse processo, particularmente no meio rural. Hoje, muitas pessoas, em todas as comunidades do interior de Santiago, possuem pequenos negócios, em todas as áreas de atividade ou profissão, graça aos créditos concedidos nomeadamente pela ASDIS. Créditos que, aliás, não conseguiriam na banca ou instituições do gênero”*.

Neste momento está-se a discutir e avaliar a possibilidade da redução da taxa de juros dos créditos de 3% para 2% ou, na pior das hipóteses, para 2,5% para que os realmente pobres passem a ter ainda mais acesso aos créditos e tenham, por outro lado, mais facilidade nos reembolsos dos mesmos. O atual gestor da ASDIS tem um conhecimento muito bom da área de pequenos negócios e tem tido um desempenho muito bom.

A ASDIS abriu recentemente uma filial em Santa Cruz porque, neste momento, 60% dos atendimentos são destinados às pessoas provenientes desse Município. Planeja ainda abrir uma outra agência na capital até ao final deste ano (2007), porque, apesar de na cidade da Praia ONGs como OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde e MORABI - Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento praticarem o micro-crédito, muitos são os que vêm solicitar créditos em São Miguel e ou Santa Cruz para o financiamento das suas atividades ou pequenos negócios.

Pelo acima exposto, analisando a OÁSIS na perspectiva das características definidoras de organizações de economia solidária, não obstante ser uma ONG pode-se, primeiramente, constatar que é um agrupamento voluntário que nasce da necessidade das associações se organizarem para criar e instalar uma Associação de nível superior, de representação, assessoria, fiscalização, intermediação das mesmas e de dinamização e promoção do associativismo para o desenvolvimento comunitário na Ilha de Santiago. Intimamente relacionada com a primeira especificidade está o caráter comum duma ação empreendida de forma voluntária, solidária e coletiva, visando a resolução de problemas comuns. Essa ação inspira-se nos vínculos sociais tecidos nas comunidades de base, sendo o seu móbil principal, a liberdade e a criatividade das associações em inovar ou em adotar, de forma criativa, soluções institucionais e tecnológicas com as quais instauraram espaços públicos autônomos de proximidade, sob o registro de processos regulados pela solidariedade e orientados para o enfrentamento e resolução de problemas públicos concretos, designadamente, no âmbito da luta contra a pobreza nas comunidades rurais de Santiago. Esta especificidade reflete ainda a finalidade multidimensional da OÁSIS, pois, a par da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política que constituem diferentes lógicas de sua ação e campos sobre os quais projeta e realiza suas atividades e que, no conjunto, enformam o seu objetivo.

Da coexistência e associação particular entre relações comunitárias baseadas na personalização e no interconhecimento, por um lado, e da necessidade de afirmação do princípio de alteridade no sentido de um agir no espaço público, por outro, se configura a característica ou princípio de “sociabilidade comunitária pública”.

Quanto ao funcionamento dos seus órgãos sociais, em conformidade com o seu regulamento interno, a OÁSIS reúne-se de dois em dois meses em encontros de reflexão que culminam com a Assembléia Geral do fim do ano, para que as associações possam, conjuntamente, debater problemas comuns do seu quotidiano e se manter informadas e motivadas. Entretanto, o estatuto estabelece a realização duas reuniões ao ano, talvez

porque o jurista partiu do pressuposto de que todos os associados se encontrem no mesmo nível de conhecimento e informação, o que a realidade do quotidiano veio a desmentir. Na verdade, existe um desnível acentuado e diferenciado de conhecimentos entre os associados, de tal modo que se revelou extremamente vantajoso a realização de reuniões com essa frequência, permitindo, assim, um maior inter-conhecimento dos associados e uma melhor interiorização dos princípios e valores que orientam o associativismo e as associações em particular.

Os órgãos sociais são, à semelhança das demais associações, constituídos por uma Assembleia Geral, um Conselho de Direção e um Conselho Fiscal. São órgãos colegiais cujos membros são eleitos democraticamente, de dois em dois anos. As decisões, designadamente na Assembleia Geral, são tomadas de forma democrática com ampla participação do coletivo dos associados em pleno gozo dos seus direitos. A OÁSIS é administrada por uma estrutura técnica e de gestão que executa, no dia a dia, as deliberações, decisões e diretrizes dos seus órgãos sociais.

Quanto à natureza e origem dos recursos mobilizados para o financiamento dos projetos e das atividades, destacam-se algumas parcerias importantes como o Governo, através do PNL - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e a DGASP - Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Ambiente e Agricultura. O Programa de Micro-Realizações da União Européia, a Cooperação Francesa estão mais direcionados ao financiamento de pequenos projetos geradores de emprego e renda, como, por exemplo, o projeto pecuário de introdução de raças melhoradas; construção de cisternas em algumas comunidades carentes em infra-estruturas de captação de água; introdução de tecnologia de irrigação gota a gota nas localidades onde haja condições para a prática da agricultura de irrigação. Outros parceiros são as organizações não governamentais nacionais e internacionais como, por exemplo, ACDI/VOCA, a Plataforma Nacional das Organizações congêneres da OÁSIS nas ilhas do Fogo, Santo Antão e São Nicolau. Uma diversidade de parcerias significa, quase sempre, diversidade de origem e natureza dos recursos mobilizados pela OÁSIS que, na perspectiva de Polanyi, se sintetizam em três fontes de recursos, representando três princípios do comportamento econômico: o mercantil, resultado da venda de bens e dos serviços prestados pela OÁSIS, o não-mercantil, constituídos por subsídios provenientes de instituições governamentais e não governamentais e não-monetário, oriundos de práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e outras formas de trocas regidas pela dádiva.

A OÁSIS, por outro lado, funciona como uma espécie de guardião moral das suas associadas, “doutrinando-as” e formando-as permanentemente no sentido de ajudá-las a preservar a sua autonomia e o sentido do seu projeto enquanto organização forjada no ideal associacionista e na prática de ações de cidadania no espaço público local e comunitário.

Quanto aos projetos e atividades normalmente realizados pela OÁSIS, além dos referidos acima, gira em torno de trabalhos de conservação de solos e águas, tais como, construção de reservatórios, diques de retenção, florestação, projetos pecuários de introdução de raças melhoradas, introdução de tecnologias de irrigação gota a gota e, também, habitação para famílias carentes, infra-estruturas comunitárias, tais como, jardins infantis, escolas, centros comunitários, chafarizes, marco fontenário, etc.

É uma organização dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, praticando uma gestão autônoma e compartilhada pelo coletivo dos seus associados ou dos seus órgãos, numa base democrática e igualitária.

A propriedade e posse de todo o seu patrimônio são coletivas e compartilhadas pelo conjunto das associações membros nos termos do seu estatuto e regulamento interno

A Plataforma Nacional das ONGs

A Plataforma das ONGs, à semelhança da OÁSIS, é uma espécie de “organização chapéu”, neste caso, das associações comunitárias e das organizações não governamentais de desenvolvimento. Ela denomina-se Plataforma das ONGs, mas de fato é uma plataforma das associações. Entretanto, não admite a adesão de associações desportivas, culturais, recreativas, socioprofissionais, sindicais e outras, porque, apesar do tratamento legal ser o mesmo e de todos se enquadrarem no terceiro setor, os objetivos e as formas de intervenção são completamente diferentes.

Foi criada em 1996 por 32 associações como uma organização exclusiva das ONGs. Mas, posteriormente, decidiu-se pela admissão das associações comunitárias porque se pretendia obter uma maior representatividade, com um maior número possível de membros. Porém, algum tempo depois, quis-se e inclusive tentou-se reduzir o número de associações na Plataforma e impedir a admissão de novos membros. Como era de se esperar, as associações comunitárias reagiram argumentando que, procedendo desse modo, a Plataforma estaria demonstrando que apenas as usou no passado para engrossar as suas fileiras para em seguida descartá-las por não serem mais necessárias. Perante esse fato, a Plataforma reconsiderou sua posição e neste momento conta um total de 200 associados,

dos quais, 117 são associações comunitárias. Encontram-se distribuídos pelas ilhas com maior densidade e dinamismo associativo como Santiago, Santo Antão e Fogo, ilhas de densidade média como São Vicente, Sal e Maio, e ilhas com baixa densidade e dinamismo associativo como São Nicolau, Boavista e Brava. Esse número inclui um conjunto de associações quase que especializadas, portanto, direcionadas para questões ou temas como educação, infância, gênero, VIH-SIDA, direitos humanos e cidadania, terceira idade, etc., incluindo também associações de micro-crédito e de mutualidade e poupança que se encontram entre as mais dinâmicas do país, dedicando-se quase que exclusivamente ao micro-crédito.

Verifica-se, de igual modo, que a Plataforma das ONGs se caracteriza por ser um agrupamento voluntário e se constituir numa ação comum empreendida de forma coletiva para o enfrentamento de problemas que dizem respeito às suas associadas e respectivas comunidades de pertencimento.

Atualmente, segundo o seu Presidente, o maior drama da Plataforma é o fato dela estar sendo vítima do seu próprio crescimento. É uma organização de caráter nacional, com numerosos associados e, por isso, alvo de imensas solicitações. As expectativas nela depositadas são cada vez maiores, tanto da parte dos seus membros como também dos seus parceiros internacionais e nacionais e da própria sociedade civil, ultrapassando de longe a sua real capacidade de resposta quer em termos técnicos e organizativos quer em termos de recursos materiais e financeiros disponíveis. Enfim, uma situação que comporta o risco de um desencantamento, nomeadamente dos seus associados. A estratégia adotada para dar melhor enquadramento ao problema foi a elaboração de um plano estratégico para os próximos cinco anos.

Importa ainda referir a um outro constrangimento, este já de ordem financeira, dado que a sua única fonte segura de receitas são as cotas dos seus associados, de 2500\$00 (34, 97 dólares) ao ano e por associação. Um ano de cotas pagas por todas as associações, no entanto, não cobrem as despesas de um mês de funcionamento da Plataforma. Como agravante, ela não beneficia de quaisquer subsídios de instituições nacionais, nem mesmo para financiar o seu funcionamento. Por isso, funciona de forma precária e sempre acoplada aos projetos. Por conseguinte, já há praticamente consenso no seio da Plataforma sobre a possibilidade do Governo vir a compartilhar nas suas despesas de funcionamento. Porém, o dilema é, na perspectiva do Presidente, como aceitar um subsídio do Governo sem subverter o seu caráter não governamental? De todo modo, esse subsídio, a ser aceito, teria que ser atribuído mediante regras claras e transparentes que funcionassem

independentemente do governo que em cada momento estivesse no poder e que fosse um sistema monitorado pela Assembléia Nacional. Ora, se as ordens profissionais e outras formas de associação recebem financiamentos do Governo para funcionamento porque não também a Plataforma das ONGs, tanto mais que ela funciona para terceiros e não para si mesma, questionou o seu Presidente.

Pode-se de imediato, destacar dois aspetos que podem concorrer para a caracterização da Plataforma das ONGs como uma organização de economia solidária. Primeiramente, não obstante as dificuldades, nomeadamente financeiras, acima mencionadas, é inequívoca a sua preocupação em preservar a sua autonomia, o sentido que motivou a sua criação e orienta a sua ação enquanto organização, de modo a não permitir a sua instrumentalização ou cooptação face às injunções dos governos e do mercado. Por outro lado, na nossa perspectiva, pode-se enquadrar a Plataforma no conceito de uma “associação para si”, segundo a tipologia de Caillé, cujo objetivo primeiro é a satisfação de um público diferente dos seus membros o que, à partida, pode parecer contraditório, uma vez que o público alvo principal da Plataforma é precisamente as suas associadas. Entretanto, a nosso ver, a sua missão de promoção, assessoramento, assistência técnica, formação, mobilização de parcerias e de financiamentos, persegue objetivos eminentemente públicos, ou seja, dotar suas associadas de condições para a consolidação da sua autonomia e sustentabilidade, por um lado, e dotá-las de meios para o enfrentamento da problemática do combate para a erradicação da pobreza, promoção duma cidadania orientada para ação no espaço público comunitário. Atualmente, os indícios dessa valorização da afirmação do princípio da alteridade parecem mais acentuados com a implementação do projeto de cursos de formação profissional para inserção dos mais pobres, nomeadamente os jovens, no mercado do trabalho. Além do mais, enquadra-se, por sua vez, numa “associação de pleno direito”, no sentido em que outorga privilégio ao vínculo sobre o bem, colocando a solidariedade no centro da elaboração dos seus projetos e atividades, embora algumas ONGs a ela filiadas se caracterizam mais como associações de militância moral, (Caillé), pois são ONGs que se ocupando de problemas ou temas específicas, se encontram, por isso, mais próximas do Estado e da administração pública central ou local e, por conseguinte, poderiam sujeitar-se a uma maior especialização e burocratização, além de um certo risco de aliciamento e instrumentalização por parte das entidades públicas que tutelem os domínios da sua intervenção. Uma situação que ainda não ocorreu no caso da experiência da Plataforma das ONGs. Mesmo assim, essas ONGs

se perfilam mais como “associações para os outros”, pois tendem mais a romper com o princípio de mutualidade e reciprocidade.

Quanto às parcerias é de se referir que desde há sensivelmente dois anos a Plataforma iniciou em Cabo Verde em cooperação com os seus parceiros das ilhas macaronésias: Madeira, Açores e Canárias, mas, sobretudo, Açores, um Projeto de instalação de um Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico. Algumas pessoas e instituições encontram-se ligadas a esse Projeto como a Plataforma das ONGs, o Ministério do Trabalho Família e Solidariedade e instituições académicas. O principal objetivo é implantar um Centro de Estudos direcionado para pesquisa e ação, voltado para práticas associativas de economia solidária, para, em estreita colaboração e articulação com as universidades, pesquisar as experiências de economia solidária com o objetivo de obter contribuições científicas e tecnológicas para a melhoria dessas práticas.

Grosso modo, segundo o Presidente da Plataforma das ONGs, *“todas as associações comunitárias e ONGs de desenvolvimento em Cabo verde praticam, de alguma forma, economia solidária. Mas numa perspectiva mais restrita e precisa do conceito, as associações comunitárias de agricultores e pecuários, o Atelier-Mar em São Vicente, sobretudo, a sua experiência de agro-turismo na localidade de Lajedos em Porto Novo na Ilha de Santo Antão, são talvez dos melhores exemplos de associações que se organizam e funcionam com base em princípios de solidariedade e de reciprocidade”*.

Os parceiros de fato da Plataforma são exclusivamente internacionais. Por uma questão de cortesia, refere ao Governo e às instituições públicas centrais e locais como seus maiores parceiros, mas, na verdade, trata-se de uma parceria mais de concertação e não de afetação de recursos financeiros ou materiais. Da parte do Governo alguns recursos chegam, sobretudo, às associações comunitárias e, em menor escala, às ONGs, através da assinatura de contratos-programa para a execução de infra-estruturas comunitárias, obras de conservação de solos e água, por intermédio das quais as associações realizam seus excedentes. A Plataforma ao longo da sua existência nunca recebeu qualquer recurso do orçamento do Estado, embora reconheça que, sem o aval do Governo os parceiros multilaterais e bilaterais não teriam financiados seus projetos. Quem normalmente financia a Plataforma das ONGs são, nomeadamente, as suas congêneres dos países desenvolvidos designadamente da Europa e da América do Norte: ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos, Instituto Marquês de Valle Flôr, Solidarité Socialiste: Formation, Coopération & Développement, ACDHRS - African Center for Democracy and Human Rights Studies, AFVP - Associação Francesa dos Voluntários do Progresso, CIDAC -

Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, as cooperações bilaterais e multilaterais e algumas instituições financeiras internacionais. Alguns projetos são financiados pelas agências de cooperação de países como França, Luxemburgo e EUA, sendo os EUA através do Projeto PL 480 da ajuda alimentar, e também por um fundo gerido pelo próprio Embaixador dos EUA em Cabo Verde.

No caso em análise, prevalece de igual modo, o princípio/característica “pluralidade de princípios econômicos”, ou seja, a natureza e origem diversas dos recursos designadamente financeiros mobilizados pela iniciativa, sendo predominantes, no caso da Plataforma, a articulação e combinação de recursos provenientes das instituições internacionais governamentais e não governamentais, multilaterais, bilaterais e descentralizadas. Recursos não-monetários sob a forma de quotas dos associados, trabalho voluntário, doações, etc. e também, embora pouco significativo, recursos provenientes do mercado pela venda de bens e prestação de serviços.

Quanto aos órgãos são a Assembleia Geral, o Conselho de Direção e o Conselho Fiscal. Têm uma composição e um funcionamento idêntico às demais associações atrás analisadas. É de se enfatizar que embora com nuances próprios ao dinamismo e ao grau de organização de cada associação, existe e funciona também na Plataforma das ONGs um mecanismo de decisão interna que é coletivo baseado no ideal de participação democrática dos seus associados.

A “sociabilidade comunitário-pública” é uma característica cuja presença se pode constatar, embora não com tanta evidência e intensidade quanto nas duas primeiras associações comunitárias de desenvolvimento acima analisadas ou mesmo nas organizações das associações como a Fami-Picos, ASDIS e OÁSIS. Portanto, apesar da sua composição (associações e ONGs) na dinâmica da sua ação organizacional coexistem e interagem as lógicas comunitárias e públicas.

A “finalidade multidimensional” como traço característico também se encontra presente, embora de forma mais limitada e menos direta ligada ao âmbito da formação e assistência técnica às suas associadas. Mas esse âmbito vem-se alargando com a instalação e funcionamento de um centro de estudos de economia solidária do atlântico e com a iniciativa de criar e instalar uma escola de formação profissional para o mercado do trabalho.

A propriedade e posse dos meios de produção e do património em geral são próprias e exclusivas da Plataforma, portanto, de natureza coletiva e compartilhada pelos seus associados.

A Plataforma não consegue acumular excedentes dada a dimensão das solicitações que é chamada e atender no seu dia a dia. Mas caso houvessem excedentes estes seriam aplicados no financiamento do seu funcionamento e dos projetos e atividades das suas associadas. Não são conhecidas, entre as associações comunitárias e não só, práticas de partilha de excedentes entre os associados no final de cada ano de gerência.

CONCLUSÃO

Queríamos, em termos teóricos e conceptuais, reter e ressaltar a relevância do paradigma da dádiva como referencial teórico para o estudo e análise das iniciativas e experiências de economia solidária em virtude do mesmo permitir ultrapassar o triplo reducionismo economicista-mercantil, utilitarista - positivo - e metodológico, sob o qual estas experiências não se deixam apreender nas suas dimensões econômica, social, política e cultural. Mas, sobretudo, por ser, dentre as ferramentas conceptuais disponíveis, a mais adequada para apreender e compreender, nomeadamente, a tensão entre lógicas distintas inerentes ao fenômeno de economia solidária. Por conseguinte, esta pesquisa tentou trilhar o caminho aberto com os trabalhos de Mauss e Polanyi e, mais recentemente, Caille, Laville e outros para o pensamento e o desenvolvimento de um projeto de emancipação que não apenas recuse o esquecimento do político como também coloque a solidariedade no centro da elaboração de projetos e atividades econômicas.

As contribuições de Mauss e Polanyi consistem basicamente na disponibilização de uma grade de análise que permite apreender o caráter plural da economia real ao colocar em evidência a existência de uma diversidade de princípios econômicos de produção e de distribuição e, de igual modo, pela atenção para formas de enquadramento institucional do mercado. A perspectiva de que a referência a uma economia plural não é subentendida por nenhum pressuposto de consenso, constituindo uma grade de análise que apresenta a vantagem de respeitar os fatos e de poder atualizar tanto complementaridades como tensões e conflitos entre as polaridades econômicas (LAVILLE, 2004).

Nesse sentido, não há um modo único de organização da economia que seria a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de distribuição que coexistem. Assim, a irredutibilidade do econômico ao mercantil é o que permite a apreensão de grande parte da vida econômica regida prioritariamente pela solidariedade, que garante a sobrevivência de grande parte das populações, sobretudo nos países menos avançados.

Polanyi propõe uma visão da economia constituída por quatro pólos de produção e distribuição de riqueza aos quais estão associados quatro princípios de comportamento econômico: a economia mercantil, associada ao cálculo utilitário; a redistribuição à obrigação; a reciprocidade à dádiva e à domesticidade, sendo esta uma forma de reciprocidade limitada ao grupo fechado. A visão ampliada da economia (introduzida com

este conceito de economia plural) implica enxergar os três pólos - reciprocidade engloba dádiva e domesticidade - na sua complementaridade, enquanto criadores e consumidores de riqueza. Assim, o conceito de economia solidária é entendido como uma projeção ao nível micro e mesossocial deste conceito macrossocial de economia plural. Disso decorre que, nessas experiências, os recursos mobilizados pelas iniciativas também sejam plurais. Por outro lado, a economia solidária parece representar mais um meio para a descoberta de sentido na elaboração em comum de projetos econômicos em que as pessoas se inscrevem em coletivos concretos (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Nessa perspectiva, esses autores sugerem que a vocação fundamental de uma economia solidária se situa em dois aspectos principais: na hibridação de economias e na afirmação de um agir no espaço público, implicando este último ir além de uma dinâmica comunitária que restringe os benefícios da sua ação. De modo que, a especificidade da economia solidária reside na hibridação de economias - dimensão econômica -, na prática de serviços solidários de proximidade - dimensão social -, na afirmação de sua ação enquanto projeto - dimensão política -, no reconhecimento da importância da dimensão cultural - em muitos casos os projetos empreendidos são emanção direta da vida dos grupos implicados, incorporando seus costumes, valores e “savoir-faire”, em outros, os próprios projetos definem-se em torno de atividades culturais. Por exemplo, um dos projetos da Associação dos Amigos de Figueira Muita é de índole cultural: música e dança tradicional da Ilha de Santiago.

No entanto, embora se tenha partido de uma definição da economia solidária como conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania, o desafio que se coloca a este fenômeno não é o de um substituto da ação do Estado. Ao contrário, seu objetivo é muito mais o de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir uma reimbricação da economia num projeto político de integração social e cultural. É nesse sentido que se considera a economia solidária como emanção de ações coletivas, buscando a instauração de novos modos de regulação. Por conseguinte, perspectiva Laville que, com Mauss e Jaurés, o conceito de solidariedade democrática insiste sobre as relações estreitas entre dom, reciprocidade e redistribuição, ao invés de sublinhar suas diferenças.

Por seu turno, Martins postula que, de uma maneira geral, as políticas de descentralização estão colocando novos desafios para a gestão estatal, implicando, igualmente, na necessidade do Estado fazer alianças com associações não governamentais

e associações locais, contribuindo para estimular diversas mobilizações cívicas e autonomizantes.

Quanto à questão dos móveis da ação, ao fato associativo basta-lhe reconhecer a possibilidade de ações empreendidas sem fim lucrativo, ou que subordinam o fim lucrativo a outras considerações não instrumentais. A associação, tal como o dom, segundo M. Mauss, repousam sobre um princípio de liberdade e de obrigação intimamente misturados através do qual se realizam interesses comuns. Por conseguinte, onde a obrigação incita a quitar uma dívida, onde o interesse mercantil ou instrumental leva a sair do registro da dívida equilibrando a cada instante os direitos e os deveres, os débitos e os créditos, o dom e a ação associativa estimulam a entrar no ciclo da circulação da dívida que, quando funciona bem, cria o endividamento mútuo positivo (GODBOUT, 1999).

Do ponto de vista sociológico, o dom é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo. Este só pode se formar no registro da incondicionalidade condicional, aquele no qual cada um se compromete a dar incondicionalmente a cada um, mas se mostra igualmente disposto a sair do jogo, a qualquer momento, se os outros não o jogam.

Além do mais, infere-se a existência de um nexos privilegiado entre associação e democracia que, como o dom e o político, são uma só e mesma coisa, mas em escala diferente. Essa hipótese, segundo Caillé, por sua natureza, tende a lançar a interrogação sobre o lugar da democracia em nossas sociedades em pistas novas. Pois a sorte da democracia não se joga somente no nível do pacto coletivo tácito, no nível do político; não apenas no nível da política instituída, no nível do que se poderia designar como os espaços públicos secundários. Ele joga também, e talvez em primeiro lugar, no seio desses espaços públicos primários que são as associações. Porém, a ressalva de Martins (2002) é no sentido de que o reconhecimento da dádiva como um sistema de obrigações paradoxais considerado como básico para a criação do vínculo social, não significa estar automaticamente no campo da democracia.²⁰

Por conseguinte, Caillé, reportando à essência da associação, sugere que dom, associação e política são realidades indissociáveis que não se podem compreender plenamente a não ser quando interpenetradas uma pela outra.

É municionado com esses óculos teóricos que procedemos à definição, construção e delimitação do nosso objeto de pesquisa. No essencial, o objetivo consiste na tarefa de tentar responder a questão: *quais são os principais indícios da existência de iniciativas e*

²⁰ Apresenta como exemplo a dádiva patrimonialista - o clientelismo - que ainda hoje contribui para a sobrevivência, no Brasil, de um sistema de poder autoritário fundado em relações personalizadas.

experiências de economia solidária em Cabo Verde? A partir desta questão formulamos uma hipótese segundo a qual *o contexto atual de um projeto de economia solidária cabo-verdiana, do ponto de vista da sua manifestação concreta na realidade, é melhor representado pelas associações comunitárias de desenvolvimento das comunidades rurais do interior de Santiago.*

Da análise das informações coletadas, uma das principais conclusões resultantes desta pesquisa é a constatação de que, independentemente da forma jurídica, da denominação, do conteúdo, do grau de dinamismo, de estruturação e de desenvolvimento organizacional das diversas iniciativas e experiências dos empreendimentos econômicos não capitalistas existentes em Cabo Verde, existem efetivamente aquelas que, a exemplo das associações comunitárias de desenvolvimento da Ilha de Santiago, embora não sejam identificadas e denominadas sob o rótulo de economia solidária, entretanto, se estruturam, organizam e funcionam segundo princípios e valores das associações de economia solidária.

A relevância do papel dessas organizações enquanto formas alternativas e autônomas de regulação social e forças de mobilização, socialização, dinamização e coesão sociais no meio rural é inquestionável. É de se destacar, nomeadamente, o que elas têm representado e o desempenho que as mesmas vêm apresentando na luta para erradicação da pobreza e desertificação no meio rural, não obstante se ter constatado também suas imensas vulnerabilidades e constrangimentos em levar avante a realização dos seus objetivos e ideais de emancipação e de desenvolvimento das respectivas comunidades.

De uma maneira geral, constatamos que há uma grande dependência das associações e suas organizações, dos financiamentos públicos sejam eles do Estado, das organizações internacionais bilaterais, multilaterais e descentralizadas, públicas e/ou privadas. E, por outro lado, a constatação de que, normalmente, nas organizações da sociedade civil cabo-verdianas em geral refletem-se, no essencial, os problemas estruturais do próprio país, nomeadamente o da sua dependência econômica dos parceiros internacionais do seu desenvolvimento. Aliás, uma situação que se revela ambivalente porque não obstante constituir uma vulnerabilidade séria aos esforços de implantação, desenvolvimento e consolidação do projeto de economia solidária cabo-verdiana é ao mesmo tempo um desafio à capacidade de inovação não apenas na geração de soluções e recursos tecnológicos e, não só, mas também de saber aplicar de forma criativa soluções já experimentadas ou não em outros contextos de realidade social e cultural.

Observamos ainda que apesar das associações se encontrarem estruturadas em órgãos colegiais de direção e fiscalização e assembleias deliberativas, existe uma tendência para a concentração dos poderes e responsabilidades nos presidentes dos conselhos de direção o que pode significar uma certa fraqueza dos órgãos de fiscalização e controle das ações empreendidas por estes em nome das respectivas associações e, por outro, uma fraca participação dos associados no processo de tomada das decisões.

Nesse aspecto, tanto a Plataforma das ONGs como a OÁSIS referem a situações em que alguns presidentes das associações pelo fato de terem granjeados a confiança dos associados, fazerem uso das prerrogativas do cargo em benefício próprio, praticando, portanto, uma gestão danosa das associações que dirigem; casos em que as associações deixaram de funcionar ou mesmo se extinguiram porque seus presidentes cessaram as funções; associações que se transformaram em instâncias de disputa político-partidária entre os seus dirigentes; ou que foram instrumentalizadas por instituições públicas centrais ou municipais; a existência de critérios pouco transparentes na afetação e repartição dos recursos públicos às associações; situações de conflito de competência entre algumas associações e Municípios o que dificulta eventuais relações de parceria e cooperação entre esses atores. Entretanto, acreditamos que com a aprovação e implementação da Lei de Cooperação Descentralizada previstas para breve, esses problemas serão pouco a pouco debelados.

Mau grado o grande impulso que o sistema de micro-crédito vem conhecendo no país, sobretudo, a partir de finais da década de 1990 e recentemente, nomeadamente, com a aprovação pelo Parlamento da Lei nº. 15/VII/2007, de 10 de Setembro, que regula a atividade de micro-finança, as associações continuam enfrentando dificuldades em obter financiamentos para seus projetos e atividades. A criação da FAM-F - Federação Nacional de Organizações de Micro-Crédito constitui uma iniciativa dessas organizações se estruturarem em rede como forma de conferir maior eficácia às suas ações e, assim, enfrentar e superar problemas atinentes à sua viabilidade econômica e social enquanto empreendimentos, mobilizando e renovando parcerias sempre vitais para o efeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE, L. e SANTOS, M. (Coord.), Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOURDIEU, P. (Coord.) A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CAILLÉ, A. Antropologia do dom: o terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAILLE, A. “A sociedade mundial no horizonte”, pp. 17-41, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

CAILLÉ, A. Dé-penser l'économique: contre le fatalisme. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2005.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, Cabo Verde: dez ilhas, um país, cinco continentes. Lisboa: SGE Mediateca, 2007.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHANIAL, P. “Todos os direitos por todos e para todos: cidadania, solidariedade social e sociedade civil em um mundo globalizado”, pp.58-70, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

CIMADAMORE, A. e Alii, (Orgs), A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

COVEY, S. O poder da confiança: o elemento que faz toda a diferença. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Franklin Covey, 2008.

DEFOURNY, J. et Alii. Insertion et nouvelle économie sociale: Un bilan international, Paris, Desclée de Brouwer, 1998.

DEMO, P. Pobreza da Pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEMO, P. Política social, educação e cidadania. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FRANÇA FILHO, G. e DZIMIRA, S. “Dádiva e economia solidária”, pp.136-164, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

FRANÇA FILHO, G. e LAVILLE, J-L. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GODBOUT, J. e CAILLÉ, A. O espírito da dádiva, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOHN, M. Teoria dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HEMPEL, M. e LIMA, A. (Orgs) Democracia, sistemas eleitorais & economia social. Dakar, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAVILLE, J-L. “Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural”, pp. 42-57), in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

LÉVINAS, E. Entre Nos: Ensaio sobre a alteridade. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MARTINS, P. (Org.) A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, P. “O Estado e a redistribuição dos bens da cidadania no contexto pós-nacional”, pp. 71-88, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MONTEIRO, E. “Evolução da legislação cooperativa em Cabo Verde”, pp. 191-204, in HEMPEL, M. e LIMA, A. (Orgs) Democracia, sistemas eleitorais & economia social. Dakar, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

NASCIMENTO, E. (Coord.). O programa bolsa família na perspectiva dos direitos humanos. Brasília, Abril de 2006, versão preliminar.

NASCIMENTO, E. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários, in Bursztyrn, Marcel (Org.) - No meio da rua. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

NUNES, C. “Os elos horizontais da economia solidária: desafios e perspectivas”, pp.192-214, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

QUIVY, R. et CAMPENHOUDT, L. Manuel de Recherché en Sciences Sociales. Paris: Dunod, 1988.

SANTOS, B. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. “O cooperativismo em Cabo Verde: relato de um percurso”, pp. 179-190, in HEMPEL, M. e LIMA, A. (Orgs) Democracia, sistemas eleitorais & economia social. Dakar, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

SCHERER-WARREN, I. et Al, Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul (mimeo), 1997.

SINGER, P. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, pp. 81-130, in SANTOS, B. (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. et SOUZA, A. (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

VANDENBERGHE, F. “Trabalhando Marx: o marxismo e o fim da sociedade do trabalho”, pp. 91-121, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1996.

YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 2006.

ZAOUAL, H. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: COPPE/UFRJ, 2006.